

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**AS FORMAS ORGANIZACIONAIS E A INTENCIONALIDADE NO  
MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS ENTRE  
OS TERENA DA ALDEIA LAGOINHA, TERRA INDÍGENA  
BURITI - MS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA  
ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA**

DOURADOS, MS – 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**AS FORMAS ORGANIZACIONAIS E A INTENCIONALIDADE NO  
MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS ENTRE  
OS TERENA DA ALDEIA LAGOINHA, TERRA INDÍGENA  
BURITI - MS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA  
ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos finais para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Simas de Aguiar

DOURADOS, MS – 2013

**SÔNIA ELIAS COMAR**

**AS FORMAS ORGANIZACIONAIS E A INTENCIONALIDADE NO  
MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS ENTRE  
OS TERENA DA ALDEIA LAGOINHA, TERRA INDÍGENA  
BURITI - MS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA  
ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGAnt/UFGD

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar (Dr.,UFGD)\_\_\_\_\_

2º Examinador:

Gilton Mendes dos Santos (Dr., UFAM) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Levi Marques Pereira (Dr., UFGD)\_\_\_\_\_

À minha família

À minha mãe, Cecília (*in memoriam*)

Ao meu pai, Kalil

Ao povo Terena;

Ao "Seu" Basílio e "Dona" Leonora

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer apoio, demonstrar apreço, deixar claro que você sabe dar valor e considerar o que representa a pessoa ou pessoas que te incentivam e apoiam. Por isso agradeço...

Agradeço à minha família, em especial aos meus filhos Suyane, Temily e Naim, pela paciência e ajuda em momentos de desespero. Ao Vito, meu esposo, por nunca me deixar desistir.

À minha mãe Cecília que, esteja onde estiver, tenho certeza está radiante pela minha conquista. Ao meu pai Kalil, que sempre incentivou a mim e as minhas irmãs na busca pelo conhecimento.

Agradeço a CAPES e a UFGD pela bolsa parcial concedida.

Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Luiz Simas de Carvalho pelas incontáveis vezes em que ouviu meus desabafos, pela paciência e compreensão com as inconstâncias do meu trabalho.

Aos professores Dr. Levi Pereira Marques e Dr. Gilton Mendes dos Santos, por aceitarem compor minha banca examinadora. E à professora Dra. Beatriz Landa que gentilmente contribuiu com sugestões em minha banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da UFGD que ministraram disciplinas que muito contribuíram em meu aprendizado, Dr. Mario Teixeira de Sá Junior, Dr. Antonio Hilário Aguilera Urquiza, Dra. Grazielle Acçolini.

Agradecimento especial à professora Dra. Simone Becker que foi mestra e se tornou amiga e ao professor Dr. Levi Marques Pereira que me "deu uma mão", "um pé", "um braço" e um "coração imenso".

À coordenação do PPGAnt, no nome da professora Dra. Noemia dos Santos Pereira Moura e do secretário Pedro Vieira Neto, por sempre atenderem com carinho e dedicação.

Meu muito obrigada ao professor Dr. Jorge Eremites de Oliveira que me conduziu aos Terena da aldeia Lagoinha. Ao professor Éder, Terena da aldeia Buriti que me acompanhou em minhas primeiras incursões àquela Terra Indígena.

À Leni e a Silvana que desde muito tempo se tornaram parceiras, companheiras e confidentes. À Mariana, Nayara e Lauriene por partilharem comigo este momento de nossas vidas. Aos "meninos" José Henrique, Gabriel e Valdir pelas trocas e risadas em sala de aula. À eterna Satine, um grande abraço.

À Dra. Ana Zulmira, por me fortalecer na caminhada, o que me permitiu chegar até o fim. À amiga Márcia Brito, sempre tão amável e disponível.

Agradeço especialmente ao casal "Seu" Basílio e "Dona" Leonora que muito amavelmente me acolheu em sua casa como se fosse uma filha, na aldeia Lagoinha. Ao "Seu Miranda" pela disponibilidade em me acompanhar e apresentar à toda aldeia.

À todos os moradores da aldeia Lagoinha, Terra Indígena Buriti, por me permitirem entrar em suas vidas e através dos quais homenageio o povo Terena. Vocês estão sempre em minha mente e meu coração.

A todos vocês, muito obrigada!

*"Os primeiros donos desta terra somos nós.  
Esta terra que estamos pisando foi dos nossos ancestrais,  
nossos avôs e avós.  
Aqui é nosso e é aqui que nossos filhos, filhas, netos,  
todas as nossas crianças vão morar.  
Antigamente, quando não existia fazenda,  
a gente vivia desta terra, pegava mel, bocaiuva, jatobá  
todos os nossos alimentos.  
Antigamente nós éramos livres,  
passava por toda parte,  
não tinha cerca que nos impedia de ser livres".*

Basilio Jorge  
Cacique da aldeia Lagoinha

## RESUMO

Essa dissertação consiste em uma etnografia realizada entre os Terena da aldeia Lagoinha, Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, na região central do estado do Mato Grosso do Sul. Seu principal objetivo é focar as formas como estão organizados socialmente dentro dos atuais limites territoriais de 2090 hectares para fazer a gestão e uso dos recursos ambientais naturais e antrópicos existentes naquele espaço. Para tanto lançou mão de ferramentas de análise próprias da Antropologia Ecológica e de referenciais teóricos que auxiliam na compreensão dos processos de ocupação territorial dos Terena e a construção de sua territorialidade. Por se concentrar nas práticas da vida material dos Terena, grande parte da dissertação é voltada à descrição dos aspectos técnicos de suas atividades de subsistência e da organização das unidades sociais envolvidas no processo de produção. No entanto, o olhar também é voltado para busca do ideal vida Terena, o de viver junto, em família, de se agregar em *troncos familiares* para encontrar o seu bem viver.

**PALAVRAS-CHAVE:** recursos ambientais, território, organização social

## **ABSTRACT**

This thesis is an ethnographic study amongst the Terena people in the Lagoinha village, Buriti Indigenous Land (T.I.), situated between the municipalities of Dois Irmãos do Buriti and Sidrolândia, in the central region of the Brazilian State of Mato Grosso do Sul. Its main objective is to focus on the forms of social organization, within their present territorial limits of 2090 hectares, to manage and use existing environmental and anthropic resources. I used tools of Ecological Anthropological analysis and theoretical benchmarks to understand the processes of Terena's territorial occupation and the construction of their territoriality. As I concentrated on the practices around Terena's material life, great portion of the thesis is devoted to describing the technical aspects of their subsistence activities and the organization of the social units involved in the production process. At the same time, the perspective is also one of the search for the Terena ideal life, one of living together, as a family, to aggregate family branches to encounter their good way of life.

**KEYWORDS:** environmental resources, territory, social organization

## SUMÁRIO

Lista de imagens.....	12
Lista de mapas .....	13
Lista de figuras.....	13
Lista de quadros.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E AMBIENTAL DOS TERENA NA TERRA INDIGENA BURITI.....	40
1.1. Contextualização histórica da Terra Indígena Buriti.....	43
1.2. Contextualização econômica da região.....	52
1.3. O contexto ambiental regional.....	56
2. CONFIGURAÇÃO SOCIAL DA ALDEIA LAGOINHA.....	60
2.1. A ocupação atual dos espaços na aldeia Lagoinha.....	63
2.2. Os primeiros <i>troncos</i> e suas <i>fundações</i> .....	69
2.3. As categorias <i>fundantes</i> e <i>chegantes</i> .....	78
2.4. Organização política da aldeia Lagoinha - Os mais jovens e a ancestralidade.....	87
2.5. Configuração social da aldeia Lagoinha: relações entre os diferentes atores.....	94

3. DA ALDEIA LAGOINHA E SEUS PORMENORES.....	109
3.1. Dos espaços físicos da aldeia.....	111
3.1.1. Caracterização do meio ambiente físico.....	113
3.2. Dos rearranjos no uso dos espaços para atividades práticas econômicas e de subsistência.....	119
3.2.1. Das roças e dos hortos domésticos.....	120
3.2.2. Dos espaços coletivos da aldeia.....	129
3.2.3. Da área de retomada.....	133
3.3. As atividades econômicas dos Terena da Lagoinha para além da agricultura e pecuária.....	137
3.4. Questões do manejo da terra no atual espaço da aldeia e da retomada.....	140
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

## LISTA DE IMAGENS

Foto 01 - Casa na Lagoinha que representa períodos anteriores.....	76
Foto 02 - Modelo de cobertura feito de sapê.....	77
Foto 03 - Reutilização de materiais para artesanato.....	90
Foto 04 - Utilização da castanha de Cumbaru.....	91
Foto 05 - Crianças e jovens apresentando a dança <i>putuputu</i> durante o Dia do Índio - 19/04/1012.....	92
Foto 06 - Sr. Miranda ao lado de uma espécie remanescente.....	113
Foto 07 - Remanescentes de mata nativa.....	113
Foto 08 - Área de várzea na aldeia Lagoinha.....	115
Foto 09 - Área de várzea na aldeia Lagoinha.....	116
Foto 10 - Córrego Buriti.....	117
Foto 11 - Horto doméstico do Sr. Basilio Jorge.....	124
Foto 12- Plantio de mudas de Guariroba.....	124
Foto 13 - Hortos domésticos nos arredores da aldeia Lagoinha.....	125
Foto 14 - Hortos domésticos nos arredores da aldeia Lagoinha.....	126
Fotos 15 e 16 - Criação de aves.....	128
Fotos 17 e 18 - Vacas e bezerros do rebanho comunitário da aldeia Lagoinha.....	131
Foto 19 - Moradia construída na área de retomada.....	135
Foto 20 - Plantio de feijão na área de retomada.....	136

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização da Terra Indígena no município de Sidrolândia, estado do Mato Grosso do Sul e.....	42
Mapa 3 - Localização aproximada da aldeia Lagoinha.....	110

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 - Formações savânicas encontradas no Mato Grosso do Sul.....	58
Figura 02 - Croqui da aldeia Lagoinha.....	67
Figura 03 - Esquema genealógico de Vitor Marcelino.....	79
Figura 04 - Esquema genealógico de Ivo e Luiza Jorge.....	80
Figura 05 - Esquema genealógico de Basílio Jorge .....	83
Figura 06 - Esquema genealógico de Olga Bueno.....	84

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Principais produções agropecuárias do município de Sidrolândia.....	53
Quadro 02: Tabela com a divisão etária aproximada da aldeia Lagoinha.....	87
Quadro 03 - Espécies vegetativas nativas encontradas na aldeia.....	114

## INTRODUÇÃO

### Os caminhos da pesquisa

Acredito que minha relação com as diferentes etnias indígenas, especificamente com os Terena, em Mato Grosso do Sul, vem desde a infância, pelo fato de ser descendente dessa etnia e desde cedo ter contato com eles através da família materna em Aquidauana/MS, minha cidade natal. Apesar de essa relação ter se dado através de encontros esporádicos, tenho claras lembranças das visitas de meus avós maternos e da curiosidade que eu sentia em conhecer melhor seus modos de vida.

No entanto, a decisão de concentrar meu trabalho de campo em Antropologia entre os Terena veio somente depois de concluir a graduação em Ciências Sociais, no ano de 2010, na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - e entrar no Programa de Pós Graduação em Antropologia - PPGAnt/UFGD - em 2011.

Minha trajetória profissional também sempre me levou por caminhos que cruzavam com os das comunidades rurais e indígenas e a pensar a relação entre a sobrevivência física das mesmas e a forma como estão organizadas para chegar a esse fim. Logo após me formar como Técnica em Agropecuária, em 1984<sup>1</sup>, trabalhei como extensionista rural no estado do Amazonas por, aproximadamente, nove anos. Fiz parte de uma equipe multidisciplinar para a elaboração e implantação de um projeto socioeconômico e educacional para comunidades ribeirinhas e indígenas das proximidades de Manaus, em uma cidade chamada Iranduba. Minha atuação foi como professora de técnicas agrícolas para jovens do ensino básico fundamental e médio baseadas no Sistema de Aprendizagem Tutorial - SAT, desenvolvido pela *Fundación para la Aplicación y Enseñanza de las Ciencias* - FUNDAEC.<sup>2</sup>

Nesse período tive oportunidade de viajar pelo interior do Estado e conhecer um pouco da realidade que as comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas viviam. Essa experiência foi, sem dúvida, fator decisivo no momento de escolher a continuidade de

---

<sup>1</sup> Formei-me no então Centro de Educação Rural de Aquidauana - CERA, atualmente campus da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, com os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia.

<sup>2</sup> Instituição criada na Colômbia, no ano de 1974, que se dedica a criar estratégias para um desenvolvimento rural autônomo ([www.fundaec.org](http://www.fundaec.org))

minha carreira profissional tanto como Técnica Agrícola quanto, agora, como antropóloga e pesquisadora.

Mesmo após retornar para Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, continuei atuando na área de extensão rural junto a pequenos produtores rurais e comunidades indígenas, primeiro na Prefeitura Municipal de Dourados e depois no Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - IMAD<sup>3</sup>. Mais especificamente no ano de 2007, já aluna do curso de Ciências Sociais da UFGD, tive a oportunidade de coordenar o projeto de "Qualificação em trabalhos manuais - mulheres indígenas da aldeia Bororó", das aldeias de Jaguapirú e Bororó na reserva indígena de Dourados, financiado pela Carteira Indígena<sup>4</sup>.

A experiência profissional extrapolou os muros da academia e, naturalmente, a vontade de continuar me envolvendo com comunidades que vivem em áreas rurais me levou aos campos de pesquisa. Na UFGD, como graduanda em Ciências Sociais, participei de pesquisas junto aos assentamentos rurais nos municípios de Dourados, Itaquiraí, Navirai, Iguatemi, Rio Brillhante, entre outros, durante os anos de 2006 a 2010. Todas elas com ênfase nas questões de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Três importantes momentos surgiram como fruto das participações nas pesquisas. Primeiro, desenvolvi um projeto de Iniciação Científica, no ano de 2008, intitulado "A produção agroecológica no assentamento Sul Bonito em Itaquiraí: um estudo de caso", sob orientação da Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Alzira Salete Menegat; segundo, estagiei na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, projeto de extensão da UFGD, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa de Fátima Lomba de Farias. Por fim, em continuidade ao estágio, o trabalho de conclusão de curso deu-se nos assentamentos Guaçú e Santa Rosa, no município de Itaquiraí, junto a uma associação local, também sob orientação da professora Alzira, com o título: "A pluriatividade em assentamentos rurais: experiências da Associação 08 de Março nos assentamentos Guaçú e Santa Rosa em Itaquiraí - MS".

Apesar de, na graduação, ter me concentrado na área da Sociologia Rural, com seus métodos, conceitos e teorias específicas, considero esse período um importante passo na compreensão das estratégias que diferentes grupos humanos desenvolvem na

---

<sup>3</sup> Organização não Governamental local que realiza projetos nas áreas socioeconômica e ambiental.

<sup>4</sup> Ação do governo federal através do Ministério do Meio ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo objetivo é contribuir para a gestão ambiental das terras e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.

busca pela reprodução das relações sociais, pelo desenvolvimento econômico e pela permanência na terra. Percebi, nas pesquisas citadas, que não há uma "dualidade marcada" entre o urbano e o rural brasileiro, conforme apontado por Maria Isaura Pereira de Queiróz (1978) e Maria Nazareht Wanderley (1999, 2004, 2010), Adriano Correia Maia e Darlene Aparecida Oliveira Ferreira (2011).

Os espaços urbanos e rurais sofrem constante influência de um sobre o outro numa interdependência contínua. Mais ainda, o rural brasileiro não pode ser pensado fora do contexto social brasileiro e mundial, como em um universo isolado, autônomo, que funciona e se reproduz sozinho. Está em sintonia com os processos que acontecem no seu exterior e os reproduz, como a preocupação com a conservação ambiental e as dificuldades na produção agrícola. A "nova ruralidade", apontada pelos autores acima mencionados, está constantemente ressignificando seus espaços, não apenas no campo econômico como também de seu modo de vida.

Estendo essa característica da sociedade rural brasileira, de influenciar e ser influenciável pelo entorno, para as áreas indígenas do Mato Grosso do Sul. Elas não estão alheias à sociedade que as rodeia, ao contrário, interagem com ela. Nas últimas décadas estudos realizados pelo Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental -NEA, da Universidade Estadual de Campinas, apontam aspectos que se transformaram na dinâmica de desenvolvimento, principalmente a demográfica, das áreas rurais brasileiras. Em artigo sobre estes estudos Antonio Carlos Laurenti e Mauro Eduardo Del Grossi (2008) dizem que há uma interrupção do declínio da população rural, aumento da população com idade acima de dez anos de idade, diminuição do número de pessoas ocupadas na agricultura mercantil, conseqüentemente, crescimento do pessoal ocupado em atividade comercial não agrícola, aumento de pessoas desocupadas e procurando emprego entre outros aspectos.

Nesse sentido, as comunidades indígenas não só estão inseridas no contexto sócio econômico da ruralidade brasileira, como também sofrem as conseqüências da má gestão histórica do meio ambiente (BRAND, 2006; IMAD, 2007, 2009; PIMENTEL e FEHLAUER, 2009). Quando falo de má gestão do meio ambiente, me refiro diretamente a forma como o estado do Mato Grosso do Sul foi colonizado e a tendência econômica que adotou com o passar dos anos de uma agricultura intensiva e pecuária extensiva, e que falarei mais adiante no capítulo I da dissertação. A ênfase aqui é dada ao potencial da população indígena em ressignificar seus modos de vida, influenciando e sendo influenciados, assim como a população rural como um todo.

Aliado a essa constatação há um sentimento já internalizado em mim, desde que comecei a trabalhar junto a populações tradicionais<sup>5</sup>, de que, conforme explicado por Henrique Leff (2000), toda problemática ambiental é eminentemente social, e eu não poderia ignorar esse fato. Vemos, portanto, uma relação direta entre o modo de organização social das comunidades e de gestão do meio em que vivem, o que implica tanto na forma como ocupam os espaços físicos quanto nas estratégias sociais que desenvolvem para gerir esses espaços. Tal pensamento me levou ao desejo de dar continuidade à exploração dessa temática em minhas pesquisas; assim, após ingressar no Programa de Pós Graduação em Antropologia – PPGAnt, na UFGD, no ano de 2011, pude materializar essa vontade.

Em minha jornada pessoal de pesquisa, através de leituras e revisão bibliográfica acerca do tema, percebi que os estudos sobre a relação entre as formas organizacionais dos Terena e a gestão do meio em que vivem está dentro de um arcabouço teórico muito maior dentro da Antropologia. Deparei, antes de mais nada, com um tema que já é antigo e caro às Ciências em geral: a relação entre sociedade e natureza e a forma como os diferentes povos se relacionam e concebem o mundo.

Na revisão da literatura sobre o tema da relação sociedade e natureza pude perceber diferentes formas de abordar o mesmo assunto. Poderia realizar um diálogo com estudos que se concentram na relação sociedade e natureza, mas que dizem respeito aos estudos das condições materiais de existência das sociedades e, por isso, valorizam e destacam as atividades econômicas de subsistência; ou dialogar com textos que privilegiem os aspectos cognitivos e os valores simbólicos da dimensão social da vida material (Santos, 2001).

Alguns dos trabalhos referentes ao primeiro grupo, que estão mais próximos da realidade brasileira e suas etnias, em sua grande maioria são referentes aos indígenas do continente sul-americano, em especial aos habitantes da Amazônia, os quais podem ser encontrados em trabalhos como o de Betty Meggers (1987); Daniel Gross (1975); Robert Carneiro (1961) e Stephen Beckerman (1979), citados por Renate Viertler

---

<sup>5</sup> Adoto a definição oferecida por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. Barbosa de Almeida: "[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados" (CARNEIRO da CUNHA e ALMEIDA, 2001). Acredito que essa definição vai ao encontro dos conceitos da nova ruralidade apresentada no corpo do texto, que não possuem uma dualidade marcada entre urbano e rural, mas buscam uma identidade pública que os ressignifiquem.

(1988) e Gilton Mendes dos Santos (2001). Estes trabalhos, segundo Gilton, são inspirados nas teorias de Julian Steward e da Ecologia Cultural e são considerados pioneiros nos estudos das condições materiais de produção e do determinismo ambiental sobre a cultura.

A outra vertente apontada por Gilton Mendes dos Santos (2001), sobre os estudos da relação entre a sociedade e a natureza na Amazônia, pode ser encontrada em Darrell Posey (1984, 1987 e 1992); Robert Carneiro (1987); Joanna K. Overing (1975) e Peter Rivière (2001), Philippe Descola (1988), entre outros. Na abordagem desses autores, pouca ênfase é dada às condições materiais e às atividades de subsistência das sociedades estudadas, ficando estes aspectos diluídos na atenção dada aos simbolismos relacionados aos aspectos materiais da vida.

Minha trajetória profissional e de pesquisa, que sempre privilegiou os estudos dos aspectos tecnoeconômicos das atividades produtivas das populações, sejam elas de pequenos produtores rurais, ribeirinhos ou indígenas, foi decisivo para a escolha da linha de pesquisa. Agora, portanto, não podia ser diferente.

Assim sendo, ao optar por realizar a pesquisa entre os Terena da aldeia Lagoinha<sup>6</sup>, na Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, região localizada quase ao centro do Estado de Mato Grosso do Sul, já estava imbuída da vontade de querer compreender seu modo de viver e a relação que desenvolvem com o meio ambiente. Esta dissertação é, portanto, uma etnografia do modo de vida Terena na aldeia Lagoinha, em que é dado um enfoque maior aos aspectos técnicos das atividades produtivas exercidas pelos mesmos, diretamente relacionadas ao uso e manejo dos recursos ambientais disponíveis, como a agricultura, a pecuária e a criação de pequenos animais. No entanto, conforme dito anteriormente, a compreensão dessas atividades só é possível a partir da percepção das estratégias que adotam, tanto na gestão dos espaços quanto na forma como se organizam socialmente.

### **Considerações acerca das perspectivas teórico-metodológicas: breve apresentação da Antropologia Ecológica:**

Abro aqui um parêntese para tecer algumas considerações acerca do referencial teórico que balizou a maior parte dessa pesquisa, o da Antropologia Ecológica. Esse referencial teórico orientou os métodos e as técnicas de coleta dos dados da pesquisa de

---

<sup>6</sup> Descrevo mais adiante como foi o processo de chegada na aldeia Lagoinha e a construção do campo de pesquisa.

campo e, com ele, tento fazer um diálogo para alcançar os objetivos propostos de compreensão das formas organizacionais e a gestão dos recursos ambientais na aldeia Lagoinha. Exporei, o mais breve e fielmente possível, um histórico do surgimento e alguns dos princípios deste referencial que ajudaram nessa caminhada de pesquisa e ainda pouco familiar nos estudos antropológicos.

Faço a exposição do desenvolvimento teórico dessa vertente dentro da Antropologia, voltada para a dimensão da vida material, das atividades econômicas e da subsistência das sociedades, conforme falado anteriormente. Não faço referência à outra forma de abordar as questões relativas aos estudos da relação sociedade e natureza, pois ela teve e tem outra dimensão teórica e epistemológica. Entendo que, durante o processo de pesquisa, somos mediados e orientados por teorias gerais e teses que nos levam a refletir sobre as particularidades encontradas em campo. E, no caso específico da Antropologia Ecológica, pouco difundida, faz-se necessário esse apanhado histórico.

Na Antropologia, o debate sobre a relação sociedade e natureza toma forma mais acentuada a partir dos primeiros trabalhos de Friedrich Ratzel e dos estudos da antropogeografia, cuja fundamental indagação era sobre a influência que as condições naturais exerciam sobre a humanidade. Para Antonio Carlos Moraes (1990), Ratzel afirmava que a “[...] diversidade das condições ambientais explicariam, em grande parte, a diversidade dos povos [...]” (MORAES, 1990, p.9). Era uma proposta que dizia ser o meio ambiente o fator definidor, tanto das diferentes manifestações culturais quanto das variedades de espécies existentes. Paralelo a esse movimento existia a crença ortodoxa de um evolucionismo cultural que se traduzia na ideia de que todas as sociedades haveriam de passar pelos mesmos estágios evolutivos, desprezando o papel do meio ambiente.

Esse debate se estendeu, passando pelo particularismo histórico de Franz Boas, no início do século XX, que mostra a existência de profundas diferenças culturais entre populações cujo habitat eram semelhantes, e, mais tarde, pelos neo-evolucionistas Leslie White e Julian Steward. Os dois últimos foram alunos da Escola de Chicago, portanto, beberam da fonte de Franz Boas, colhendo daí alguns frutos que lhes permitiram avançar nas análises da relação entre homem e meio ambiente como, por exemplo, a de contrapor-se ao determinismo ambiental apresentado por Ratzel e não

cair no reducionismo do cultural pelo biológico<sup>7</sup>. Porém, mesmo assim, ambos ficaram estigmatizados dentro da Antropologia por retomar o evolucionismo, o que acabou por gerar desconfiças posteriores em relação à Antropologia Ecológica.

Walter Alves Neves (2002), no livro "Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas", oferece um panorama teórico desta vertente da Antropologia e aponta três estágios em seu desenvolvimento, cada um deles mais como reação ao período anterior do que como adição de conceitos. A seguir analiso os estágios apresentados por Neves (2002) e como se deu esse desenvolvimento, acrescentando, sempre que possível, autores como Renate Viertler (1988), Pedro Tomé Martín (1996), Emilio F. Moran (1994), entre outros.

O primeiro estágio no desenvolvimento da Antropologia Ecológica é o ressurgimento do evolucionismo através de Leslie White e Julian Steward, como dito anteriormente, que compartilharam alguns princípios, mas se diferenciaram quanto ao método. O princípio mais importante foi, segundo Neves (2002, p.20), a demonstração de que "[...] o meio ambiente deve ser reconhecido como um fator gerador do processo cultural e não apenas limitante [...]". O diferencial dos dois teóricos está na forma como abordam a questão.

Segundo Walter Neves, Leslie White estava preocupado em "[...] abordar o processo evolutivo cultural humano dentro de parâmetros mais objetivamente mensuráveis [...] que pudessem explicar o fenômeno da complexificação social [...]" (NEVES, 2002, p.24-26). Para isso definiu dois parâmetros principais: a energia e a tecnologia, influenciando muitas escolas posteriores que realizam análises da vida material. A cultura, para White, seria a ferramenta utilizada para captar e controlar a energia necessária à sobrevivência humana. Quanto maior a captação de energia livre<sup>8</sup> através da incrementação da tecnologia, mais a cultura evolui. Dessa forma, Leslie White pretendeu demonstrar que a cada grande descoberta ou aumento da eficiência em se captar energia através do avanço tecnológico nos meios de trabalho, a história humana evolui. Ele buscava leis gerais e universais de desenvolvimento, ou evolução humana.

---

<sup>7</sup> Mais detalhes deste período formativo da Antropologia Ecológica podem ser encontrados em: VIERTLER, Renate Brigitte, 1988; MORAN, Emilio F., 1994; MARTÍN, Pedro Tomé, 1996; NEVES, Walter Alves, 2002; Di DEUS, Eduardo, 2007.

<sup>8</sup> Entende-se por energia livre tudo o que pode ser revertido em fonte de alimentação e de sobrevivência ao ser humano. Para os povos caçadores-coletores, energia livre refere-se à caça ou outros recursos naturais disponíveis. Para povos agricultores ou industriais, é necessário haver instrumentos que facilitam a captação dessa energia na natureza.

Uma das críticas apontadas por Pedro Tomé Martín (1996) às formulações de Leslie White é a de que ele só fez referências ao consumo total de energia sem levar em consideração o fator trabalho desenvolvido para a aquisição da mesma. Nas sociedades ditas modernas, ou de consumo, é necessário um excedente de horas de trabalho para fazer frente à necessidade de captação de energia. Tal fator não acontece em sociedades menos industrializadas e nem por isso são menos ricas em termos de captação de energia para sua sobrevivência.

Diferentemente de Leslie White, Julian Steward não procurou estabelecer leis universais de evolução, nem se concentrou em apenas uma causa, a captação de energia, como fator da mudança cultural. Ele estava mais interessado nas respostas adaptativas de pequena escala – locais - que privilegiassem o estudo de culturas específicas em ambientes específicos e compará-las entre si, pressupondo encontrar similaridades, e não regularidades, em seu desenvolvimento, de forma bastante restrita e não generalizada. Dessa forma logrou superar os preceitos do evolucionismo do século XIX, que acreditavam haver um padrão único de evolução para toda a sociedade e do paralelismo evolutivo, termo consagrado na Biologia.

Steward propõe a abordagem da Ecologia Cultural e definitivamente coloca o meio ambiente como fator gerador das mudanças culturais e se propõe a estudar "[...] certas características do meio e determinados traços de cultura da sociedade humana que vive naquele meio [...]" (NEVES, 2002, p.34) e os "[...] ajustes das sociedades humanas aos seus ambientes [...]" (MORAN, 1994, p.68). Para alcançar seus objetivos, Julian Steward dá ênfase aos sistemas de subsistência adotados pelas sociedades estudadas por ele, concebendo "tipos culturais" que se diferenciam de acordo com os "núcleos culturais" de cada uma, subentendidos como os aspectos sociais, políticos e religiosos que, empiricamente, demonstrem atuar sobre as bases de sustentação material das sociedades. Dessa forma tenta encontrar recorrências entre seus tipos culturais visando elaborar critérios de comparação entre elas.

Para Renate Brigitte Viertler (1988), uma das grandes contribuições que Julian Steward ofereceu aos estudos da relação do homem com o seu meio ambiente foi o de reforçar a concepção de cultura como um referencial dinâmico e aberto, contrapondo-se ao modelo funcionalista de um "todo sistêmico" cujas partes se encontram funcionalmente interligadas. Segundo Viertler (1988), a sensibilidade da cultura a mudanças externas de origem biológica (no ambiente físico) ou inorgânicas (no ambiente humano) é que dá sua dinamicidade e explica, em grande parte, a emergência,

o florescimento, a estabilidade, o desaparecimento e a diferenciação interna entre algumas culturas.

A principal crítica ao seu método foi eleger a cultura como sua principal unidade analítica, mas outros pontos críticos foram levantados pelos autores que o sucederam e destacados por Neves (2002), tais como: primeiro, o de eleger especificidades culturais e ambientais para fazer suas análises, abdicando de lidar com as totalidades; segundo, o de colocar a Ecologia Cultural como um eixo adicional na Antropologia, utilizando-se de fatores como os sociais e históricos somente para explicar e diferenciar seus tipos culturais; terceiro, ao privilegiar os aspectos dos sistemas de subsistência, foi acusado de certo "centrismo tecnológico", não considerando a importância dos fatores mítico-religiosos nos processo de adaptação; e, por último, por negligenciar outros fatores ambientais que podem influenciar as mudanças culturais como doenças e crescimento demográfico de uma população.

Segundo Walter Neves (2002), os autores que sucederam Julian Steward, em suas buscas por explicações na relação e interação homem/natureza, trouxeram o conceito de ecossistema, importado da ecologia, pela primeira vez aos estudos antropológicos, inaugurando o estágio seguinte da Antropologia Ecológica. A partir desse momento, a ecologia deixa de ser, para a Antropologia, um "plano de fundo" (DI DEUS, 2007) dos estudos do homem no meio em que vive e passa a fazer parte de um diálogo mais próximo, dividindo até mesmo métodos de pesquisa e conceitos, tendo como seus principais representantes Andrew Vayda e Roy Rappaport.

Nesse período, a ecologia geral ou biológica vem de sua fase mais profícua de desenvolvimento de conceitos e, com ela, o conceito de ecossistema que inclui "[...] todos os organismos de uma determinada área que interagem com o ambiente físico, de modo que um fluxo de energia leva a uma estrutura trófica claramente definida, à biodiversidade e a ciclo de matéria" (ODUM apud MORAN, 1994, p.81). Já para Rappaport, o ecossistema é "[...] uma porção demarcada da biosfera que inclui os organismos vivos e substâncias não vivas que interagem para produzir uma troca sistemática de materiais entre os componentes bióticos e com os elementos abióticos". (RAPPAPORT apud NEVES, 2002, p. 45). São, portanto, definições análogas, apesar de virem de diferentes direções, sendo o primeiro conceito apresentado vindo de um dos mais influentes ecólogos da atualidade, Eugene P. Odum, e o segundo, da visão antropológica de Roy Rappaport.

Assim, a população humana passa a ser a unidade de análise no lugar da cultura, e que faz parte de um todo maior, o ecossistema. Como tal deve ser estudada pelos mesmos preceitos que regem a análise ecológica, ou seja, através de estudos de sustentabilidade que analisem as cadeias tróficas, nas quais os fluxos de matéria e energia devem ser apropriadamente quantificados (Neves, 2002). Ao fazer essa escolha metodológica, Vayda e Rappaport colocam a cultura como uma propriedade da unidade de análise, a população humana, pois ela não pode ser quantificada ou mensurada, muito menos é afetada por fatores como a predação, a limitação dos recursos alimentares, nem debilitada por doenças. A cultura, para os dois autores, é "[...] ontologicamente independente do processo adaptativo, mas que, em certos casos, é chamada a resolver problemas adaptativos" (NEVES, 2002, p. 44).

O ecossistema, conforme as definições dadas anteriormente, possui propriedades holísticas que são mais do que somatórias de suas partes, segundo Neves (2002), sendo as mais importantes:

"[...] o ecossistema tem características estruturais cíclicas, no que se refere a fluxo de material, e piramidal, no que se refere a produtividade, rede trófica e regulação das populações que o constituem; apresenta propriedades autorreguladoras; tende a um estado de clímax, entendido como o grau máximo de desenvolvimento de um ecossistema, no qual a relação entre produção e respiração da biomassa se equilibra". (NEVES, 2002, p.46)

Sendo assim, inferiu-se que os ecossistemas se automantêm e se autoregulam através de um sistema de retroalimentação, ou seja, eles mesmos produzem fluxos de informações que os regulam e os alimentam, chamado pelos ecólogos de sistemas cibernéticos. Dessa inferência vem o conceito de homeostase que, em um primeiro momento, foi definido como "[...] a tendência dos sistemas biológicos de resistirem a mudança e permanecerem em um estado de equilíbrio" (MORAN, 1994, p.81). Para Moran (1994), mais tarde houve uma redefinição do conceito por enfatizar demasiadamente o caráter estático dessa formulação. Autores como Vayda, Slobodkin e Bateson propuseram definir homeostase como "[...] a conservação das propriedades do sistema", citando a elasticidade como um exemplo. Dessa forma, a tentativa era de fazer entender que somente algumas das propriedades do sistema se conservariam, não o sistema como um todo.

A questão é como Vayda e Rappaport empregam a propriedade de autorregulação, atribuída ao ecossistema, e a utilizam para demonstrar como as populações mantêm uma relação homeostática com o ambiente. Para eles, os humanos

desenvolvem mecanismos de regulação que lhes permitem manter-se abaixo ou, no máximo, no limite da capacidade de suporte de um ecossistema (Neves, 2002), buscando sempre a manutenção do equilíbrio.

Segundo Walter Neves (2002), é exatamente essa propriedade de autorregulação do ecossistema e a busca do equilíbrio a mais criticada no estágio seguinte da Antropologia Ecológica e na própria Biologia. Na Biologia, a crítica maior é quanto à manutenção do conceito de ecossistema como uma unidade cibernética, autorregulada, com propriedades holísticas que emergem. Surge, na década de 1970, uma "nova biologia" que está mais preocupada com substituir o conceito de ordem e equilíbrio pelo de desordem, distúrbio e casualidade, enfatizando o papel do indivíduo biológico como unidade analítica.

Outra crítica bastante contundente a Vayda e Rappaport é em relação ao fato de não atentarem para as ações individuais e a variabilidade dos comportamentos que, quando agrupadas, acabam por se tornarem atividades grupais e institucionais. Nesse caso, segundo Moran (1994), os dois autores não consideram o papel das tomadas de decisões individuais e institucionais, acerca da utilização do ambiente, importante em sociedades com culturas tecnologicamente mais complexas. Ainda segundo Moran, a abordagem ecossistêmica, como a apresentada, pode ser empregada em pequenas comunidades e "tribos" que apresentam tecnologias primitivas e cujas interações com o ambiente estão impregnadas em suas culturas. Nas culturas mais avançadas tecnologicamente, a própria tecnologia e as instituições criam um distanciamento entre a população e o seu meio ambiente.

Na década de 1970, com o desgaste do conceito de ecossistema na Ecologia Biológica e seus preceitos de auto-regulação e equilíbrio, a Antropologia Ecológica, através dos teóricos John Bennett e Benjamim Orlove, propõe novos rumos na investigação da relação entre sociedades e o meio em que vivem. Nesse período, a investigação de sociedades de pequena escala como "sistemas fechados" (Neves, 2002), que não se relacionam com seu entorno e a sociedade maior que as envolve, já não é mais possível. Passam a privilegiar os conceitos de ruptura e mudança, em substituição ao conceito de equilíbrio homeostático, dando ênfase aos estudos das estratégias adaptativas específicas que investiguem as dinâmicas das instituições, os processos intencionais de escolhas entre as alternativas existentes. Nas palavras de Walter Neves:

"O importante passa a ser a compreensão de processos de resposta diante de situações de mudança. Em outras palavras, a sincronia dos estudos de

equilíbrio homeostático vai dando, paulatinamente, lugar à diacronia dos estudos de processos, nos quais a história, a economia política e a diversidade de escolhas passam a ser elementos essenciais de análise". (NEVES, 2002, p. 58)

Novos parâmetros de observação são eleitos, tais como: o exame da relação entre variáveis demográficas e sistemas de produção; a observação de respostas populacionais a estresses ambientais; a investigação sobre a geração e adoção de estratégias adaptativas, estimulada pelo conceito de nicho advindo também da Biologia, do emprego de teorias marxistas sobre a economia política e do marxismo estrutural.

A partir da revisão dos esquemas conceituais do período anterior da Antropologia Ecológica, importantes opções metodológicas foram propostas por A. Vayda e S. Lee e D. Bates, durante a década de 1980 e apresentadas no livro de Walter Neves (2002), sendo as principais delas: não definir, a priori, um recorte espacial baseado em um sistema ecológico, como um ecossistema, por exemplo, assumindo previamente que as interações homem e ambiente são componentes ou expressões desse sistema; não partir de unidades funcionais e, sim, considerar as atividades e as interações específicas; partir de problemas reais enfrentados pela população e não de um problema universal *ad hoc*; observar o impacto de eventos particulares.

E, finalmente, para S. Lee e D. Bates, citados por Walter Neves (2002), é necessário prestar atenção para não assumir um evento ambiental como um problema, pois, nos diferentes segmentos da mesma sociedade pesquisada, podem haver opiniões divergentes sobre o mesmo evento. Para alguns indivíduos que compõem uma sociedade, um evento ambiental pode ser considerado e utilizado como uma forma de melhorar seu estatus social individual, enquanto para outros não. Nesse sentido, em um primeiro momento, o evento ambiental, mesmo que cause grandes mudanças, deve ser considerado neutro.

Chegamos assim, não ao final da apresentação dos estudos sobre a relação sociedade e ambiente, pois, além dos conceitos resumidos até aqui, existem abordagens com diferentes perspectivas e diferentes teóricos sobre esse mesmo tópico, cujos princípios podem ser encontrados nas obras e autores apontados no início desse item. Detenho-me nesses estudos por acreditar serem os conceitos apresentados acima os que mais influenciaram o desenvolvimento da Antropologia Ecológica e que mais me interessaram como recurso metodológico.

A partir dos pressupostos teóricos da Antropologia Ecológica apresentados, faço algumas considerações a respeito dos métodos da pesquisa entre os Terena da aldeia Lagoinha na TI Buriti, que serão apresentadas agora, levando em consideração as situações encontradas em campo.

A primeira premissa refere-se à especificidade ambiental das terras aonde os Terena encontram-se assentados<sup>9</sup>. Não houve na história do Mato Grosso do Sul um evento no ambiente natural de proporções catastróficas que transformassem radicalmente a vida e a relação da população aqui residente, indígena ou não, com o meio ambiente. As transformações ambientais ocorridas nessa região do país são frutos do processo histórico de colonização e desenvolvimento econômico regional. Paralelo ao desenvolvimento econômico houve a ocupação territorial dos espaços tradicionalmente ocupados pelos indígenas e o consequente assentamento dos mesmos em Reservas, agora denominadas Terras Indígenas.

Portanto, parto do pressuposto de que foi um processo gradativo de transformações e não um evento abrupto ambiental ou climático, tal como um terremoto ou um furacão, que transformou a relação entre os Terena da aldeia Lagoinha e o meio em que vivem. Assim sendo, há que se pensar a dimensão histórica regional dessa transformação que culminou no comprometimento da diversidade ambiental dos espaços atualmente ocupados pelos indígenas. Em outras palavras, realizar a etnografia em uma pequena aldeia não quer dizer tratá-los como "índios isolados", separados do contexto histórico, social e econômico regional em que se encontram inseridos.

Mas não descontextualizar ambientalmente a ocupação dos espaços das Terras Indígenas também não é pressupor que eles adotem os mesmos meios de gestão da sociedade de entorno. Ao contrário, a ocupação e o uso dos espaços estão diretamente relacionados às especificidades de cada aldeia, da forma como estão organizados socialmente para fazer essa gestão, mesmo que sejam da mesma etnia e pertencentes à mesma Terra Indígena. Os indígenas seguem produzindo novas diferenciações internas em suas diversas comunidades. Assim sendo, faz-se necessário conhecer os diferentes atores, suas atividades, as interações entre eles e as instituições que compõem o cenário de pesquisa.

---

<sup>9</sup> Não uso o termo assentamento de acordo com a definição empregada pela arqueologia, como “uma unidade arqueológica, analítica e historicamente significativa, sobre a qual se realizam as análises e comparações das culturas pré-históricas [*e históricas*] e as histórias culturais” (Karl C. Chang, 1976 apud EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012, p. 33), mas para falar das áreas em que foram acomodados pelo SPI depois da criação das reservas indígenas, conforme apontado por Levi Marques Pereira (2009).

Por isso, ao fazer a opção por conhecer as especificidades das formas organizacionais sociais da aldeia Lagoinha, na Terra Indígena Buriti, para fazer a gestão do meio ambiente, não assumo uma unidade ecológica de análise. Ou seja, não faço o recorte geográfico de minha pesquisa a partir de uma unidade como uma microbacia hidrográfica<sup>10</sup>, por exemplo. Se assim o fizesse, deveria incluir outras aldeias, além da Lagoinha na TI Buriti, que fazem parte do mesmo sistema de captação e escoamento de águas subterrâneas e fluviais, e que estão, portanto, dentro dessa unidade ecológica, desconsiderando suas diferenciações internas sociais.

Ao não fazer uso de uma unidade ecológica como recorte para minha pesquisa, utilizo outro método para descrever as especificidades ambientais da aldeia: descrevo as atividades econômicas geradas tanto pelo uso dos recursos do ambiente natural existente quanto de recursos culturalmente introduzidos. Conforme explicado por Gustavo da Fonseca e Dauro Marcos do Prado (2008), essa característica de meio ambiente, aonde coexistem recursos ambientais naturais e antrópicos, é chamada de ambiente de mosaico. Para os autores citados, o ambiente de mosaico apresenta características de baixa densidade populacional, características naturais representantes do ecossistema original, ausência de malha viária ou vias de acesso não pavimentadas, prática de atividades extrativistas e de subsistência com baixo impacto.

Pode-se inferir, portanto, que o meio ambiente em que a aldeia Lagoinha encontra-se situada é um ambiente de mosaico e as atividades econômicas incidem em cima de parte do ambiente natural e parte do ambiente antropizado. O plantio de toco<sup>11</sup> e a extração de sementes para uso artesanal e medicinal podem ser utilizados como exemplo de atividade econômica no ambiente natural, enquanto que a criação de peixes em cativeiro, de galinhas e porcos podem ser pensadas como atividades antrópicas, pois foram introduzidas naquele meio pelo homem. Muito embora, em alguns momentos recorra aos pressupostos da ecologia para sustentar um argumento, não faço uma análise muito voltada aos aspectos biológicos da relação sociedade e natureza, como proposto por muitos teóricos da Antropologia Ecológica, por não dominar essa metodologia e para não incorrer em riscos desnecessários.

---

<sup>10</sup> Bacia hidrográfica é usualmente definida como "[...] área definida topograficamente, drenada por um curso d'água ou um sistema conectado de cursos d'água, de modo que toda a vazão efluente seja descarregada através de uma saída simples. Constitui-se no sistema físico ou área coletora da água da precipitação, que a faz convergir para uma única seção de saída, denominada exutória, foz ou desembocadura". (www.em.ufop.br, acessado em 20/05/2013)

<sup>11</sup> Roça de toco é termo usado por meus interlocutores para se referir ao modo como tradicionalmente faziam o plantio de suas roças. Tal termo será melhor explorado no segundo capítulo da dissertação.

Para além dos pressupostos da Antropologia Ecológica, tenho a intenção de fazer um diálogo com outros referenciais teóricos que me auxiliam na compreensão dos processos de ocupação territorial dos Terena e de construção de sua territorialidade. Utilizo-me de Levi Pereira Marques (2009) e de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) para falar da forma como estão socialmente organizados nos espaços da aldeia e como se dá a configuração social dos diferentes atores encontrados no campo de pesquisa. Dessa forma pretendo compreender melhor como acontece a construção e a estruturação do território e da territorialidade terena na aldeia Lagoinha. A princípio recorro a Dominique Gallois não para fazer uma definição formal do termo território, mas para remeter à ideia de uma "[...] construção e vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial" ([www.uc.socioambiental.org.br](http://www.uc.socioambiental.org.br), acessado em 20 de maio de 2013). E, para territorialidade, lanço mão da explicação de Paul E. Little (2002), sendo compreendida como todo o esforço que um grupo social empreende na ocupação, uso e controle de uma parcela do ambiente físico, e que é resultado de um produto histórico de processos políticos e sociais pelo qual o grupo passou.

Espero que, no decorrer da etnografia, ao apresentar e descrever a aldeia Lagoinha, seus moradores e suas atividades, eu possa contribuir para o aumento da compreensão da relação específica entre essa população e seu meio ambiente e para a construção de sua própria noção de território e territorialidade.

### **Percursos e percalços do trabalho de campo**

Realizar a pesquisa entre os Terena não foi minha primeira opção. A princípio me propus a trabalhar com os Guarani e Kaiowá que habitam regiões próximas a Dourados. No entanto, a área de Passo Piraju, que havia proposto no projeto de pesquisa, está envolta em grande conflito fundiário entre os fazendeiros da região e os indígenas, o que poderia dificultar minha entrada e permanência em campo. No primeiro projeto, me propunha a entender como são significadas e estabelecidas as relações dos Guarani e Kaiowá de Passo Piraju com o meio ambiente, diretamente imbricadas com suas organizações sociais e políticas.

A decisão de procurar os Terena veio de conversa com meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, que sugeriu buscar visitar outros locais para encontrar meu campo de pesquisa. Assim, nos meses de novembro de 2011 e janeiro de 2012

visitei duas Terras Indígenas<sup>12</sup> (TI) terena, a T.I. Ipegue/Taunay, no município de Aquidauana, e a T.I. Buriti nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, para cumprir o "rito de passagem" de entrada e negociação de campo (Roberto da Matta, 1981; Marisa G. S. Peirano, 1992).

Na primeira visita, ocorrida em novembro de 2011, à T.I. Ipegue/Taunay, fui acompanhada de uma jovem terena estudante do curso de Ciências Sociais da UFGD, cujos pais residem em uma das aldeias locais denominada Lagoinha. Ficamos por três dias durante os quais visitamos os caciques das aldeias Bananal, Ipegue, Água Branca, Morrinho e da aldeia Lagoinha.

Para minha surpresa, fui inquirida pelos caciques das aldeias Lagoinha, Ipegue e Morrinho sobre qual seria o retorno que a pesquisa traria para a comunidade, pois muitos passaram por lá, usaram as informações em benefício próprio e sumiram sem nem se despedir ou apresentar os resultados aos mais velhos. Outra consideração feita por eles foi de que muitos dos jovens Terena estão saindo para estudar nas universidades, entrando nos programas de pós-graduação e iriam "precisar" de um lugar para pesquisa: "O que sobra pra nós"? foi a pergunta. Retomarei estas duas intervenções na sequência.

Uma das formas de amenizar a situação foi falar da minha ascendência indígena, de meus familiares que ainda residem na aldeia Limão Verde, em Aquidauana, e do fato de ter um primo que é professor na escola local, tentando, da forma como foi possível, criar empatia entre "nós". Ao recorrer a essa estratégia, minha intenção era, naquele momento, fugir da imagem de "antropóloga-cientista" (CALDEIRA, 1988), e me mostrar como uma pessoa que estava compromissada com as comunidades indígenas, que compartilhava os mesmos ideais e, assim sendo, era digna de confiança.

Novamente me surpreendi quando o cacique da aldeia Lagoinha continuou a perguntar: por que, então, não realizar minha pesquisa junto à minha família? Para responder, acionei o distanciamento, isto é, respondi que preferia que a pesquisa não envolvesse as relações com a minha família indígena, pois isso poderia afetar os resultados da mesma. Enfim, após tantos questionamentos nesta relação de troca, o diálogo se amenizou, na medida em que eu falava do meu tema de pesquisa, sobre minha experiência profissional; os projetos em que havia trabalhado na ONG e como

---

<sup>12</sup> A partir dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, "Terra Indígena" passa a ser a categoria jurídica que reconhece aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais (solo, rios e lagos) de dada porção do território nacional. O processo de regularização das Terras Indígenas é disciplinado pelo Decreto n. 1775, de 8 de janeiro de 1996.

poderia, no futuro, contribuir de alguma forma com as comunidades indígenas e com a de Lagoinha, mais precisamente.

Ao final das visitas, todos os caciques demonstraram aceitação e interesse na minha presença. Combinamos então que, caso decidisse por algumas das aldeias, marcaria uma data para voltar e conversar novamente e, dessa vez, não só com o cacique, mas com todas as lideranças<sup>13</sup>. Apesar de considerar a aceitação como um avanço na negociação pelo meu campo, um gosto estranho na boca e uma inquietação na mente permaneceram e sobre a qual discorro mais adiante.

Chegar e conhecer a T.I. Buriti também teve seus percalços. O maior deles foi entrar em contato com as lideranças locais para apresentar o projeto de pesquisa. Isso se deveu ao fato de que meus interlocutores iniciais foram os professores indígenas Éder e Ramão, moradores da aldeia Buriti, que frequentam o Programa de Mestrado em História, também da Faculdade de Ciências Humanas - FCH da UFGD. Eles me levaram e me apresentaram à liderança da aldeia Lagoinha (coincidentalmente o mesmo nome da outra aldeia localizada na T.I. Taunay/Ipegue). Por algumas vezes chegamos a marcar minha ida a campo e eu, com tudo já arrumado, tive que desfazer as bagagens pela desistência dos mesmos. A todo momento meus interlocutores me diziam: "eu posso te levar, mas lá é outra organização...". E no momento seguinte, um ou outro dizia não ter tido tempo de conversar ou outra explicação qualquer. Não fosse a intervenção de um dos professores do PPGAnt, que fez a intermediação entre eu e os referidos professores da Terra Indígena Buriti, eu teria ido para outro local desenvolver meu campo.

Tendo resolvido a dificuldade inicial de fazer contato, planejar a visita e realizá-la, estive pela primeira vez na aldeia Lagoinha<sup>14</sup> no final de janeiro de 2012, acompanhada pelo professor Éder, da aldeia Buriti. Fomos de imediato à casa do Sr. Basílio Jorge e D. Leonora Gabriel Jorge, casal que foi indicado como meus futuros interlocutores e que poderiam me acolher no período da pesquisa de campo, mas não os encontramos. Fomos, então, conhecer o cacique da aldeia Lagoinha, Sr. Adiel Marcelino Gabriel, que nos recebeu muito bem e, de imediato, mostrou-se interessado

---

<sup>13</sup> A liderança aqui citada refere-se ao Conselho Tribal que é, junto ao cacique, responsável em zelar pelos assuntos políticos e administrativos das aldeias terena.

<sup>14</sup> Coincidentemente, as duas aldeias que visitei com o intuito de realizar ali a minha pesquisa possuem o mesmo nome, esta aldeia a que me refiro agora é localizada na Terra Indígena Buriti, entre os municípios de dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

no projeto, oferecendo a igreja evangélica Assembléia de Deus para me acomodar durante o período que permanecesse na aldeia.

Falou-me da necessidade que existe na comunidade de fazer um planejamento do uso do espaço físico que está em processo de retomada em uma das fazendas próximas, após os trâmites do processo de demarcação das terras indígenas. Naquele momento, o espaço era usado para pasto de uma pequena quantidade de gado leiteiro comunitário e de particulares e para retirada de madeira para uso doméstico e pequenas construções, fatos que iremos voltar a falar no decorrer da dissertação. Convidou-me, então, para retornar no fim de semana seguinte, quando haveria uma reunião do Conselho Indígena e eu poderia apresentar-me e também ao projeto de pesquisa. Assim feito, estive de volta na aldeia Lagoinha nos dias 28 e 29 de janeiro.

Nessa oportunidade fui novamente à casa do casal Basílio Jorge e Leonora Gabriel Jorge para conhecê-los e conversar sobre minha estadia. De imediato estabeleceu-se uma simpatia mútua e se ofereceram para me hospedar em sua casa no período da pesquisa. Devido a essa receptividade e à facilidade que encontrei no diálogo com as lideranças locais, decidi, então, realizar minha pesquisa junto aos Terena da aldeia Lagoinha, na Terra Indígena Buriti.

Passado o primeiro momento de indefinição sobre o local da pesquisa, comecei a refletir sobre os meandros que envolveram minha entrada em campo e, portanto, da minha própria atuação como pesquisadora em Antropologia, sobre os quais discorro brevemente a seguir. Apesar de não ser o objetivo de minha pesquisa, considero de fundamental importância abrir esse parêntese e falar de meus anseios, pois foram os sentimentos e ideais que me definem enquanto pessoa e pesquisadora, que com eles interagiram.

## **O antropólogo em campo**

Discorrer sobre o gosto amargo que ficou em minha boca após a visita à primeira T.I., de meus anseios e inquietações, levam-me às aulas de Teoria Antropológica I e II, bem como a de Metodologia da Pesquisa Antropológica cursadas no Programa. Momentos em que, por vezes, me sentia perdida e alheia ao que estava sendo dito e que agora fazem todo o sentido para mim.

A fala dos caciques da T.I. Ipegue/Taunay sobre a falta de retorno dos pesquisadores ao final das pesquisas me abriram os olhos quanto à responsabilidade

assumida pelo pesquisador perante a comunidade no momento de negociar seu campo. Independente de que área o pesquisador esteja ligado, Humanas ou Biológicas, pois fui informada de que nem todos os que passaram por lá eram antropólogos. Por lá passaram estudantes de diferentes graduações, como geógrafos, historiadores, biólogos, agrônomos, entre outros. Falo, portanto, a respeito da nossa área de concentração, a Antropologia, e da postura ética atual dessa ciência frente às populações pesquisadas.

Somos herdeiros de uma ciência que, em seus primórdios, segundo Márcio de Azeredo Pereira (2007), teve como premissa a de "[...] produzir um conhecimento instrumental sobre grupos culturais radicalmente distintos das civilizações ocidentais[...]" (PEREIRA, 2007, p.39), ou ainda de "traduzir o outro" (Clifford Geertz, 2009; James Clifford, 2008; Marcio de Azeredo Pereira, 2007) com o intuito de dominação. Muito embora a Antropologia no Brasil venha superando essa premissa, conforme apresentado por Julio Cezar Melatti (1983) em seu roteiro da Antropologia no Brasil, possuímos, mesmo individual e inconscientemente, resquícios desse comportamento.

Se, a princípio, conforme James Clifford (2008) aponta, houve a necessidade de o antropólogo conquistar uma "autoridade do teórico-pesquisador de campo" (CLIFFORD, 2008), agora somos "treinados" nas modernas técnicas analíticas e aprendemos a adquirir e fazer uso de novas ferramentas. Especializamo-nos adquirindo teorias a respeito das populações estudadas, nos tornamos "autoridade" no assunto, mas colocamos em segundo plano (conforme James Clifford, 2008) os processos e os mediadores que encontramos no caminho, e esquecemos o papel crucial do diálogo e do uso como ferramenta política que a nossa pesquisa representa para estas comunidades.

Encontrar os sujeitos em nossos campos de pesquisa e tratá-los de maneira igual, quando estamos imbuídos de um pretensão saber adquirido na academia, é um desafio. Desafio esse apontado por Alba Zaluar (1986) em suas discussões sobre problemas entre teoria e prática no trabalho de campo. Ela nos diz que o paradigma criado através da aquisição de teorias, de que somos seres dotados de maior conhecimento e tratamos populações como primitivas, com subjetividades, isentos de sujeitos, precisa ser revisto e colocado à mesa para discussões, pois pode se tornar um círculo fechado para novos diálogos entre os sujeitos. Em suas palavras:

Outra consequência para uma teoria do sujeito começa, então a se delinear. Pois se é encontro de subjetividades, a pesquisa antropológica, nesta linha teórica não coloca um e outro sujeitos na mesma posição, ou seja, as duas

subjetividades não têm o mesmo estatuto. Um, "o nativo", o observado, uma estranha subjetividade sem sujeito, deixa-se pensar pela lógica de seus mitos e de sua linguagem. É o espírito humano, por assim dizer, que pensa por ele. Sem história, sem reflexão, sem crítica, sem criação, um homem consensual, conformista e tradicional, um prisioneiro da rigidez da língua, o "nativo" não tem nada a ver com a nossa teoria do sujeito. Um homem nu, porque despido de toda variedade de história, apenas repete um mito: o do *logos*, que desconhece, mas que comanda de dentro, desde o seu inconsciente. O outro, observador absoluto que decifrou o enigma dos códigos de um ser histórico, crítico, que acumula conhecimentos e que os discute, analisa e supera. Desde um lugar onde lhe está garantido a objetividade, este observador é um sujeito que domina o *logos* e pode usá-lo em sua estratégia de obter novos conhecimentos e decifrar mistérios. (ZALUAR, 1986, p.109)

Portanto, não retornar aos campos de pesquisa junto às comunidades para sequer se despedir é afirmar a sua incapacidade de compreensão dos processos sociais aos quais eles – os indígenas - são os principais atores.

É exatamente o contrário dessa posição que encontrei entre os Terena de Ipegue/Taunay e Buriti. Eles estão cientes de seus papéis de protagonistas da história, capazes de emitir sua própria voz e querem ser reconhecidos como portadores de conhecimentos válidos tanto quanto os da sociedade dominante. Mostraram-me que existem estudantes e profissionais terena que atuam na saúde, na educação; foi como me dizer diretamente: nós somos capazes de compreensão, fale conosco. Assumir, portanto, uma postura de diálogo permanente é o caminho mais correto, como disse Teresa Pires do Rio Caldeiras: "[...] inscrever processos de comunicação em que ele (o antropólogo) é apenas uma das vozes" (CALDEIRA, 1988, p. 142).

Outro aspecto da discussão e aparente oposição entre teoria e prática, relacionado ao "retorno" das pesquisas, refere-se ao fato de que, em muitos casos, o resultado da pesquisa não gera benefícios materiais à população pesquisada. É o meu caso na pesquisa de campo para o mestrado, quando ia às comunidades, seja rurais ou indígenas, enquanto extensionista de um projeto específico que iria auxiliar na geração de renda, ou mesmo em relatórios e diagnósticos que poderiam auxiliar na implantação de projetos e políticas públicas que beneficiassem as comunidades. Desta vez preferi, em um primeiro momento, não tocar no assunto. Mas, na medida em que as conversas fluíam, nas duas T.I. visitadas, senti-me compelida a falar dos projetos socioeconômicos e ambientais que havia trabalhado, tanto para enfatizar e atestar minha experiência na área ambiental, quanto para afirmar o desejo em contribuir para o crescimento material da comunidade, não necessariamente para ganhar a empatia e garantir meu trabalho de campo.

Essa característica é pujante na minha personalidade e não poderia deixar de tocar no assunto, até porque os caciques mencionaram a necessidade de auxílio na elaboração de projetos e acesso a editais dos quais tenho conhecimento, pois trabalho há muito tempo na busca por financiamento de projetos na ONG da qual faço parte. Novamente me bateu a dúvida: até que ponto não estava eu imbuída do mesmo comportamento falado anteriormente? De um pretendo saber que me permitia certo grau de dominação perante àquele grupo de pessoas? E, a partir do momento que estava em campo como pesquisadora em Antropologia, deveria deixar de lado meu saber técnico? A minha experiência técnica anterior me garantia meu campo de pesquisa, mas como garantir, enquanto antropóloga, um "afastamento" necessário para produzir teoria? No entanto, eu tinha consciência de que estar familiarizada com o assunto não me garantia total conhecimento de como os Terena interagem com o seu meio ambiente físico; seria, portanto, uma oportunidade a mais para apreender e aprender com eles.

Para concluir esses pensamentos reporto-me, novamente, a Marcio Pereira (2007), o qual coloca que, aparentemente, existe uma oposição entre essas duas vertentes de atuação: uma em que o antropólogo atua como formulador de teorias imóveis e outra em que os resultados das pesquisas possam ser circulados e utilizados em benefício das populações estudadas. Compartilho da opinião do autor quando ele nos diz que, em alguns casos, o saber antropológico pode fazer a diferença e, nesse sentido, "Ao antropólogo[...] parece não caber mais uma postura de isenção e renúncia ao jogo social, já que esse silêncio acaba dando lugar a outras vozes que, não raro, são as de etnocentrismo e da violência em todos os sentidos" (PEREIRA, 2007, p.43).

Tais atuações não me parecem impraticáveis, desde que se saiba quando é o momento de se produzir teoria e quando ajudar as comunidades a elaborar projetos e financiamento para projetos socioeconômicos. Penso que o momento da teoria é o da escrita, quando estamos de volta "aos gabinetes" e quando estamos escrevendo, tanto para atestar que estivemos lá, quanto para nossos pares. Mas, antes de tudo, espero poder escrever essa etnografia como uma "[...] estranha ideia de que a realidade tem uma linguagem em que prefere ser descrita, de que sua própria natureza exige que falemos dela sem espalhafato - pau é pau, pedra é pedra, rosa é rosa[...]" (Geertz, 2009. p. 183). Ou seja, sem grandes expectativas de que segredos ainda desconhecidos pelos próprios pesquisados sejam desvendados.

Com isso, mais uma vez, retomo a discussão inicial de que minha intenção não é "traduzir o outro", mas apreender e compreender os processos pelos quais os Terena da

aldeia Lagoinha, localizada na Terra Indígena Buriti, vêm passando ao fazer a gestão dos recursos ambientais naturais disponíveis. Assim como compreender a relação dessas atividades com as formas de organização social e espacial dentro das atuais limitações da Terra Indígena a que foram submetidas pelo Estado.

### **Da pesquisa de campo entre os Terena da aldeia Lagoinha**

Depois de passado o momento do contato inicial em que fui me apresentar e ao projeto de pesquisa, voltei à aldeia Lagoinha por três vezes durante os meses de fevereiro, março e abril do ano de 2012. Embora minha ideia inicial fosse a de ficar em campo pelo menos vinte dias a cada vez que viajasse para lá, devido a problemas familiares não consegui realizar meu propósito; portanto, entre idas e vindas, fiquei cerca de trinta e cinco dias na aldeia. Assim, quando estava em campo, me senti na obrigação de redobrar a atenção nos acontecimentos ao meu redor para compensar o tempo que não fiquei na aldeia. Por isso também fiz questão de acompanhar quase toda movimentação, principalmente dos homens, nas buscas fora da aldeia por madeira e palha de Bacuri, que seriam usadas na festa do Dia do Índio, que se encontram nas fazendas da região. Assim passei dias acompanhando-os em atividades como o trato e manejo do gado, o plantio de mandioca, entre outras . Visitei quase todas as moradias da aldeia e conversei com os moradores presentes nas casas, fazendo uso do GPS para georreferenciar e localizar espacialmente as casas, os locais aonde se encontram preservados alguns dos recursos naturais, como as nascentes existentes na aldeia e pequenos capões de mata que ainda possuem remanescentes de vegetação nativa. Fiz uso do GPS também para localizar espacialmente a área de retomada, pois é dali que retiram madeira utilizada nos fogões a lenha, palha de Bacuri para fazer a cobertura de alguns espaços coletivos na aldeia e aonde estão colocadas as cabeças de gado de propriedade dos indígenas.

Nos primeiros dias da minha estadia mais prolongada entre os Terena da aldeia Lagoinha me senti como se estivesse tateando em um terreno desconhecido, acidentado e escorregadio. Essa sensação tinha como pano de fundo o fato de eu ter decidido permanecer na casa da família do Sr. Basílio Jorge enquanto estivesse na aldeia, ao invés de me acomodar na igreja Assembleia de Deus, como me havia proposto o cacique Adiel Marcelino Jorge, que é sobrinho do Sr. Basílio. Sem nenhuma intenção,

eu havia me posicionado e escolhido um lado para ficar e, durante as vezes que fiquei na aldeia, percebi essa tensão entre a liderança e o restante dos moradores.

Assim sendo, todas as vezes que fui à aldeia Lagoinha, permaneci na casa aonde residem o Sr. Basílio Jorge e D. Leonora Gabriel Jorge, seu filho Enéias Jorge e suas filhas Ednéia e Josiane Jorge, sendo a última adotada pelo casal. No entanto, percebi que deveria ser mais cuidadosa em relação ao tratamento com as pessoas, pois a menor distração em meu comportamento poderia ser um deslize e prejudicar o restante do período entre eles. Por isso, quando passei a refletir sobre como iria abordar as questões referentes ao manejo dos recursos naturais, percebi que não poderia fazê-lo sem relacioná-lo à forma como se organizam social e espacialmente dentro da aldeia.

Os resultados de minhas perguntas e conversas entre os moradores podem ter sido influenciados por essa minha escolha, pois o Sr. Basílio é uma referência para os Terena da aldeia Lagoinha, da Terra Indígena Buriti como um todo, e até para a sociedade externa. No entanto, prefiro acreditar que não foi assim, pois os dados que apresento são resultados da observação direta das conversas entre eles, de nossas conversas informais durante minhas visitas às moradias e de entrevistas não diretivas, ou seja, que não seguiram rigorosamente um questionário.

Havia planejado fazer uso de um gravador para registrar todas as conversas, mas percebi que muitos moradores não se sentiam confortáveis diante dessa ferramenta. As gravações realizadas foram com alguns anciãos com quem conversei, pois demonstraram um sentimento de gratidão por serem ouvidos, ou ainda, de certa forma, se sentiram prestigiados ao serem entrevistados. Assim sendo, na maior parte do tempo não fiz uso do gravador, preferindo utilizar meu caderno de campo, fazendo anotações de suas falas, nos momentos em que me encontrava sozinha.

A princípio o cacique designou-me um acompanhante para me apresentar às famílias e me mostrar os espaços da aldeia usados nas atividades econômicas. Mas na medida em que permanecia na aldeia, os laços com a família que me acolheu foram se estreitando e, em muitos momentos, D. Leonora me acompanhou nas andanças, ou eu ia acompanhá-la na entrega dos pães que fazia, aproveitando para conhecer mais pessoas. No último período em que estive na aldeia, no mês de abril de 2012, já era conhecida por quase todos os moradores e, nessa ocasião, já sentia que podia me arriscar a fazer as visitas nas casas sozinha, sem sentir que interferia na vida familiar dos moradores. Muitos dos dados colhidos foram obtidos nas conversas informais com o casal, D. Leonora e Sr. Basílio, sua família e os amigos que chegavam durante os períodos da

manhã e da tarde em que sentávamos para tomar mate ou tereré. A informalidade das situações em que me encontrava com as pessoas em suas casas, principalmente com as mulheres, enriqueceu o trabalho e me permitiu perceber nuances que estariam encobertos em situações de encontros muito formais e planejados.

A aldeia Lagoinha está localizada ao sul da TI Buriti, e geograficamente pertencente à área do município de Sidrolândia, no estado do Mato Grosso do Sul. Até a data de minha última visita era a aldeia mais recentemente emancipada, sendo desmembrada da aldeia Córrego do Meio. A dimensão da área geográfica compreende, aproximadamente, 150 hectares em um formato de trapézio. Sua população é estimada em 300 pessoas, entre adultos, jovens e crianças, de acordo com levantamento realizado na posse do então cacique, Sr. Adiel Jorge Marcelino, no ano de 2011; atualmente possui 70 casas construídas.

Quando digo "uma área aproximada" é porque as delimitações dos espaços dentro da TI não obedecem ao rigor da sociedade envolvente, que usam estacas ou cercas para demarcar propriedades. Utilizam-se de marcos naturais, como os córregos, os caminhos entre as casas e mesmo a presença de árvores mais antigas para delimitar os espaços; portanto, os limites geográficos não são precisos entre as aldeias. De acordo com o levantamento feito por mim, durante as andanças pela aldeia, demarquei os seguintes pontos que dão uma ideia do tamanho e dos limites do espaço da Lagoinha: ao Norte, aproximadamente 914m; ao Leste, aproximadamente 625m, fazendo limite com a aldeia Córrego do Meio; ao Sul, aproximadamente 1600m, com a fazenda Cambará; e ao Oeste, aproximadamente 1356m, com o córrego Buriti.

A princípio pode-se pensar que é uma aldeia pequena se consideramos o tamanho do espaço geográfico ocupado e o número da população local. No entanto, ela passa a ficar imensa se considerarmos a complexa rede de interações entre indivíduos e entre grupos familiares.

## **Sinopse dos capítulos**

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro capítulo traça um panorama geral histórico, ambiental e econômico da região aonde os Terena da aldeia Lagoinha estão inseridos; o segundo é dedicado à descrição das atividades econômicas que fazem uso dos recursos ambientais naturais e antrópicos, assim como também descreve a organização social dos moradores da aldeia Lagoinha; e o terceiro capítulo

tem a pretensão de apresentar uma correlação entre as atividades econômicas e, portanto, gestão dos recursos econômicos, e a organização social do grupo.

O primeiro capítulo, "Contexto histórico e social dos Terena da aldeia Lagoinha, Terra Indígena Buriti", é dividido em três seções, sendo a primeira seção dedicada a relatar o processo histórico de transformação do ambiente natural da região em que se encontra localizada a Terra Indígena Buriti e a relação dos Terena com essa mesma região. Como disse anteriormente, não houve eventos catastróficos recentes que transformaram a relação entre os Terena e o meio ambiente. O processo de mudança na relação é paulatino e contínuo, desde o momento em que entram em contato com outras etnias e com os colonizadores, passando pelo período em que são acomodados nas reservas indígenas instituídas pelo SPI até o momento atual. Durante todo o processo, eles não estão passivos, são atores que interagem com o ambiente físico e social do seu entorno, fazendo parte dele e também sendo agentes de transformação.

Na segunda seção apresento o contexto econômico da região dos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, aonde se encontra, geograficamente localizada, a TI Buriti. Dessa forma pretendo caracterizar a forma como a região foi colonizada, através do incentivo ao estabelecimento de grandes fazendas de exploração agropecuária cuja estrutura foi organizada para atender esse segmento. Ainda no primeiro capítulo descrevo brevemente o contexto ambiental regional, tomando como base dados da literatura técnica produzida por órgãos governamentais estaduais e que dizem respeito a essa região do estado do Mato Grosso do Sul, a qual a aldeia Lagoinha está ligada administrativamente.

O segundo capítulo "Configuração social da aldeia Lagoinha tem o intuito de abarcar a descrição dos espaços e uso dos ambientes físicos e sociais da aldeia. É nessa seção que descrevo a morfologia social da Lagoinha, utilizando-me das categorias êmicas *fundação* e *troncos*, introduzindo duas novas categorias, o *fundante* e o *chegante*. A descrição dessas categorias e a interação entre seus personagens, moradores da Lagoinha, pretende estabelecer como se dá a configuração social da aldeia. Para atingir essa finalidade valho-me de conceitos como o de configuração social (Elias e Scotson, 2000), que é pensado como a composição de diferentes elementos, mas que fazem parte de um todo. Assim, *fundantes* e *chegantes*, embora se diferenciem quanto ao tempo de moradia na aldeia e na localização de suas casas, ao interagirem formam o todo das relações sociais locais.

"Da aldeia Lagoinha e seus pormenores" é o terceiro capítulo da dissertação e nele encontram-se praticamente todos os dados etnográficos colhidos em campo. O capítulo é dividido em seções que narram aspectos ambientais assim como as atividades econômicas dos moradores da aldeia Lagoinha. O objetivo da narrativa é estabelecer a forma como se deu o processo de territorialização e a construção da territorialidade Terena no espaço da aldeia. A primeira seção desse capítulo apresenta os aspectos do ambiente físico da aldeia, com a descrição da composição dos espaços do ambiente natural, como o córrego e os campos e apresenta informações sobre a tipologia do solo, as formações vegetais existentes e o clima.

No uso do ambiente físico para as atividades econômicas, diferencio os espaços mais próximos e os mais distantes das residências; ao primeiro chamo de horto doméstico e o segundo de espaço das roças. O uso coletivo dos espaços para as atividades econômicas também é descrito nessa seção, como a criação de gado e de peixes.

Veremos que o uso dos diferentes espaços para atividades econômicas revela uma intencionalidade, que se fosse usada a linguagem clássica da Antropologia Ecológica, dir-se-ia que estão se adaptando ao novo momento da aldeia, aonde as relações sociais são necessárias para além de suas relações familiares, nos *troncos*. Novos elementos, como a educação formal recebida nas escolas e a eleição de membros mais jovens para o cargo de liderança, transformam a forma como as pessoas se relacionam dentro e fora da aldeia, transformando também a gestão do meio ambiente.

E, por fim, nas considerações finais retomo algumas das discussões apresentadas ao longo de toda a dissertação, da correlação entre as atividades econômicas, o uso dos espaços e a dinâmica das interações sociais dos diferentes grupos.

Espero que a leitura deste trabalho permita uma reflexão acerca da busca dos Terena da aldeia Lagoinha, na Terra Indígena Buriti, por um bem viver que ultrapassa os limites econômicos de um ambiente físico.

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, AMBIENTAL E SOCIAL DOS TERENA NA TERRA INDÍGENA BURITI

Ao falar sobre algumas premissas metodológicas da Antropologia Ecológica me referi à importância de incluir nas análises das relações entre sociedades e meio ambiente os processos históricos, sociais e políticos pelos quais determinados grupos passaram e passam para compreender os processos de resposta diante de situações de mudança, conforme colocou Walter Neves (2002). Assim sendo, decidi apresentar, minimamente, uma contextualização histórica e social regional, para compreender, principalmente, a especificidade ambiental em que se encontra inserida a Terra Indígena Buriti e, conseqüentemente, a aldeia Lagoinha, objeto da minha dissertação.

Um dos objetivos deste capítulo é, portanto, fazer uma descrição desse processo a partir de fontes obtidas através da literatura histórica/antropológica<sup>15</sup> publicada sobre os Terena, de teses e dissertações<sup>16</sup> escritas mais recentemente em diferentes áreas da Ciência e, ainda, de publicação técnica mais relacionada às questões regionais ambientais. Muito embora sejam textos produzidos por pesquisadores "externos" à sociedade indígena e, por isso, o olhar é unidirecional, considero ser uma boa fonte de recursos e a pesquisa bibliográfica ajuda a compor o texto e ampliar compreensões. A bibliografia encontrada é ampla no sentido de descrever os primeiros contatos entre indígenas e brancos, o desenvolvimento regional, bem como apresentar o modo de vida terena no que diz respeito à sua cultura material e a antigas formas de organização social.

Para fins da dissertação, que tem como foco compreender o modo de vida dos Terena da aldeia Lagoinha a partir de sua atual relação com o meio ambiente em que vivem, concentro-me nos grandes eventos destacados pelos autores que tiveram um impacto mais direto, tanto na relação com o meio, quanto na sua organização social. Falo das transformações sociais, mas não pretendo me ater às formas organizacionais

---

<sup>15</sup> Fernando Altenfelder Silva (1949), Kalervo Oberg (1948,1949) e Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1976), Levi Marques Pereira (2007, 2009 e 2012) e Jorge Eremites de Oliveira (2007, 2011 e 2012), entre outros.

<sup>16</sup> Noêmia dos Santos Pereira Moura (2001, 2009); Vera Lúcia Ferreira Vargas (2003, 2011) e Adilson de Campos Garcia (2008) na História; Grazielle Acçolini (1996, 2004); Andrey Cordeiro Ferreira (2007); Carolina Perini de Almeida (2013), na Antropologia; Claudionor do Carmo Miranda (2006) e Tércio Jacques Fehlauer (2004) nas ciências ambientais, entre outros.

descritas por cronistas setecentistas, pois elas pouco dizem na atualidade. Com isso pretendo não destacar "cultura tradicional" praticada antes da situação de reserva, o que poderia sugerir, incorretamente, a busca pelo nativo ideal que ficou no passado e que vivia harmoniosamente com o meio ambiente.

No entanto há um vazio na bibliografia referente a essa etnia, quando se trata de compreender a organização social mais atual dos mesmos. O que mais se encontra são descrições baseadas em dados colhidos entre os anos de 1940 e 1960, a maioria referente à cultura material, ou preocupada em analisar as "perdas culturais" causadas pelo contato e possível assimilação da cultura terena pela sociedade envolvente. Só recentemente, pesquisadores começaram a descrever as formas organizacionais dos Terena em sua "situação de reserva"<sup>17</sup> e suas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços. Assim sendo, categorias êmicas, como aldeia e tronco, são apresentadas no texto e as considero fundamentais para a compreensão da atual forma como os Terena da Lagoinha ocupam e fazem uso do espaço.

Os outros objetivos do capítulo são descrever os contextos econômicos e ambientais atuais da região em que se encontra a Terra Indígena Buriti, de modo a fornecer um panorama da realidade social e econômica em que os Terena da aldeia Lagoinha vivem, o que vai facilitar a compreensão dos dados etnográficos apresentados a seguir. As fontes utilizadas para essa descrição são as mesmas utilizadas na contextualização histórica, ou seja, a partir da literatura publicada, acrescida de dados colhidos em sites, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, entre outros.

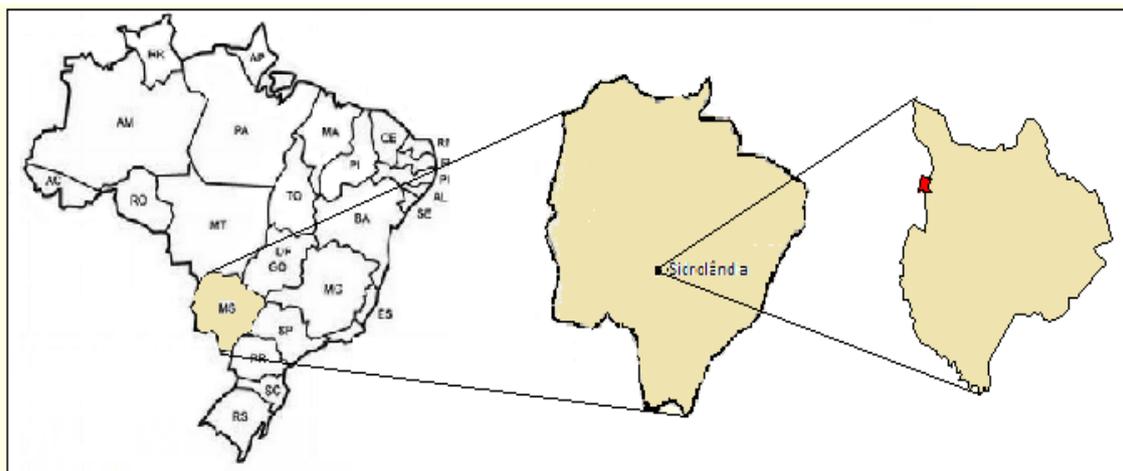
Quando falo da Terra Indígena Buriti refiro-me a uma população indígena da etnia Terena de duas mil, quinhentas e quarenta e três (2.543) pessoas<sup>18</sup> vivendo em um espaço de, aproximadamente, dois mil e noventa hectares (2.090,1691ha), localizada na região da Serra de Maracaju, entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia (Mapa 01), na porção central do estado do Mato Grosso do Sul. A TI Buriti, junto a outras Terras Indígenas Terena, formam a segunda maior população indígena do estado de Mato Grosso do Sul (PEREIRA, 2009). Segundo o censo do IBGE realizado no ano de 2010, a população Terena no país é de cerca de vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco (28.845) pessoas que vivem em "ilhas" populacionais

---

<sup>17</sup> Termo utilizado por Levi Marques Pereira (2009) para descrever a condição dos indígenas após a acomodação nas reservas.

<sup>18</sup> Dados do IBGE - censo de 2010

em nove municípios de Mato Grosso do Sul e em uma Terra Indígena no estado de São Paulo<sup>19</sup>.



Mapa 1 - Mapa da localização aproximada do município de Sidrolândia na região central do estado do Mato Grosso do Sul. Em vermelho encontra-se a localização da Terra Indígena Buriti em relação a esse município.

Escala: sem escala

Fonte: Mapa produzido por Marcia Brito

Até a data de minha última visita a campo, a Terra Indígena era dividida em nove aldeias<sup>20</sup>, sendo elas: Buriti (considerada por eles como a aldeia sede), Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Barreirinho, Oliveira, Lagoinha, Olho D'água e Tereré, esta última uma aldeia urbana localizada na cidade de Sidrolândia. Os Terena de Buriti vêm reivindicando o aumento da Terra Indígena e, em 2010, o Estado reconheceu e declarou como Terra Indígena um total de dezessete mil e duzentos (17.200) hectares, mas que, até o presente momento, não foi oficialmente homologada, causa de inúmeros conflitos entre a etnia Terena da TI Buriti e os fazendeiros da região.

Em termos de designação étnica, os Terena, junto aos Echoaladi, Kinikinau e Laiana, foram classificados como descendentes dos Guaná (ou Guaná-Txané, Chané, Chané-Guaná), que é uma categoria genérica utilizada pelos cronistas setecentistas para designar os vários grupos étnicos que habitavam a região do Chaco e a planície pantaneira, pertencentes à família linguística Aruák. Hoje, os vários grupos étnicos encontram-se englobados pela designação Terena (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012).

<sup>19</sup> Informações retiradas do site da ONG Socioambiental ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org), acessado em 09 de setembro de 2012).

<sup>20</sup> Após minha última ida a campo, foram criadas três novas aldeias, fruto de divisão interna e novas territorializações nas áreas de retomada.

Antes de continuar falando sobre a atual situação dos Terena na Terra Indígena de Buriti, vamos à contextualização histórica e social para melhor compreender como chegaram ao momento atual.

### **1.1 Contextualização histórica da Terra Indígena Buriti**

As primeiras narrativas históricas sobre os Terena na região foram baseadas em anotações de viajantes, missionários e cronistas, tais como os escritos do padre jesuíta José Sanchez Labrador, do militar espanhol Felix de Azara, do português Francisco Rodrigues do Prado, Castelnau, Page, Rhode e Boggiani, todos entre os séculos XVII e XIX (OBERG, 1949). Tais narrativas embasaram muitos trabalhos clássicos da Antropologia sobre os Terena, como os de Fernando Altenfelder Silva (1949), Kalervo Oberg (1948,1949) e Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1976), entre outros, os quais, durante muitos anos, foram tomados como base dos trabalhos dos estudiosos de diferentes áreas.

Para os cronistas setecentistas e os autores que adotaram seus escritos como referência, a presença Terena na região do Chaco paraguaio, aonde mantinham sua "cultura tradicional" de caçadores/coletores. Segundo esses autores, foi sua migração posterior para o território brasileiro que acentuou as relações inter-étnicas, principalmente com os brancos colonizadores, iniciando o processo de aculturação dessa etnia. Até a década de 1960 havia, portanto, na literatura escrita sobre os Terena, o predomínio de ideias que levavam a supor a "perda da cultura tradicional" e a assimilação e integração total da cultura terena pela sociedade branca.

Esse anacronismo histórico (Eremites de Oliveira, 2011) aos poucos foi sendo desmontado e refutado na medida em que os pesquisadores conheciam melhor a história e, através de dados etnográficos mais recentes colhidos junto à população Terena, construíram novas teses. Nestes novos trabalhos<sup>21</sup>, é dada ao indígena uma condição de participação efetiva em todos os processos de transformação, seja ela cultural, social ou até mesmo ambiental. Ele, o indígena Terena, agora é percebido como protagonista de sua história e não coadjuvante.

---

<sup>21</sup> Andrey Cordeiro Ferreira (2007), Levi Marques Pereira (2007, 2009 e 2012) e Jorge Eremites de Oliveira (2007, 2011 e 2012), entre outros.

E como protagonista, ele, o Terena, se utilizou de diferentes situações de contato que mantinham com outras etnias indígenas<sup>22</sup> e com colonizadores para integrar novos elementos ao seu sistema tradicional de manejo dos recursos naturais. Nesse período, compreendido entre os séculos XVI e XVIII, minuciosamente descrito por Kalervo Oberg (1948 e 1949), através das fontes dos relatos dos cronistas, estabelece-se o caráter "agricultor" do Terena. Fica claro também, através de dados históricos apresentados por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) que, no ano de 1543, as primeiras cabeças de gado e cavalo já haviam sido introduzidas na região por D. Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, assim como a implantação da criação de gado, galinhas, porcos, entre outros pequenos animais, tornou-se recorrente entre os indígenas, frutos de suas trocas ou investidas contra os colonizadores. Conforme dados apresentados por Vera Lúcia Ferreira Vargas (2011), foi também durante esse período que muitos Terenas entraram em contato com as ferramentas de metal para trabalhar a terra.

Parece-me consenso também entre os autores que escreveram sobre a história do país e da região que determinados períodos no desenvolvimento econômico da região foram determinantes para a transformação das formas organizacionais dos Terena e sua relação com o meio ambiente. O período histórico mais destacado foi a Guerra do Paraguai ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, em que muitos dos grandes aldeamentos localizados próximos aos empreendimentos militares e missionários foram destruídos e grande parte da população indígena terena foi obrigada a fugir e se refugiar nas fazendas pioneiras, servindo de mão de obra na criação de gado e na agricultura de subsistência, conforme explicado por Levi Marques Pereira (2009).

Ao final do período de guerra, territórios indígenas foram tomados por frentes de expansão e colonização que tinham como objetivo garantir a posse do território para o governo brasileiro, caracterizado por Cardoso de Oliveira (1976), como "segunda onda humana". Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2007) descrevem essa ação como sendo de um processo de desterritorialização, em que os Terena perderam grande parte do espaço físico territorial que ocupavam para fazendeiros que se estabeleceram na região.

Após a guerra do Paraguai, outros eventos vieram mudar o curso da história dos Terena na região, como, por exemplo, a chegada da Comissão de Linhas Telegráficas do

---

<sup>22</sup> As teses e dissertações citadas trazem interessantes descrições da relação entre os Guaná e os Guaicurus, em que basicamente descreve-se a interação entre as duas etnias como uma relação de simbiose, de ajuda e proteção mútua.

estado de Mato Grosso e a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, no ano de 1910 (Garcia, 2008). A criação do SPI teve a visível intenção de viabilizar a expansão e o estabelecimento de atividades econômicas mais lucrativas ao Estado brasileiro e ainda controlar a crescente insatisfação dos indígenas pela falta de terras, promovendo sua integração à nação. Além destes, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre os anos de 1905 e 1914, também se destaca como promotora de um expressivo aumento populacional, principalmente na região em que hoje se localizam os municípios de Miranda e Aquidauana. Na região de Sidrolândia, o marco oficial desses eventos aconteceu no ano de 1944, com a inauguração da estação telegráfica e ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Ao fazer a contextualização histórica desse período, Levi Pereira Marques (2009) apresenta diferentes percepções do período, muito embora leve em consideração os eventos descritos no último parágrafo. A visão de Levi Pereira Marques é baseada muito mais nos relatos dos próprios Terena do que na literatura escrita sobre eles. Assim sendo, percebe que, para os Terena, houve os "tempos antigos", em que ainda dispunham de espaço livre, e os "tempos de servidão", período que foram abrigados pelas circunstâncias da guerra a buscar refúgio nas fazendas.

Outra divergência entre a análise de Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1976) e Levi Marques Pereira (2009) é quanto ao modo como os grupos Terena mantinham seus assentamentos no período pós guerra e o contato com os colonizadores e as outras etnias. Para Cardoso de Oliveira, baseado no Relatório da Comissão Rondon do ano de 1949, o pós guerra, para os indígenas, foi um período de dispersão em que grupos familiares se mantiveram como trabalhadores de fazendas, por serem "[...] bons agricultores e exímios vaqueiros [...]" e também preferidos por "[...] se contentarem com pouca remuneração, o bastante para se vestirem, comerem e satisfazerem seus vícios" (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p. 61).

A hipótese lançada por Levi Marques Pereira (2009) é a da existência da manutenção de três possíveis diferentes modalidades de assentamentos terena durante o período colonial:

"[...] O primeiro seria aquele formado pelos núcleos que foram atraídos para junto dos empreendimentos militares e missionários coloniais e que deram origem às grandes aldeias [...] O segundo segmento era formado pelas aldeias Guaná que se mantiveram aliadas dos Guaicurus, grupo étnico muitas vezes identificado aos ancestrais dos atuais Kadiwel, desenvolvendo com eles uma relação comumente identificada como de simbiose [...] O terceiro segmento seria formado pelas aldeias menores, que se mantiveram relativamente

autônomas politicamente. Essas aldeias geralmente estavam situadas fora do raio de interferência direta dos Guaicurus ou dos colonizadores, sofrendo menos assédio dos Guaicurus e das frentes coloniais". (PEREIRA, 2009, p.35)

De acordo com sua hipótese, o terceiro segmento apontado, que mantinha relativa autonomia, não passou, obrigatoriamente, pelo período de servidão ou cativo nas fazendas, conforme proposto por Cardoso de Oliveira. Os indígenas pertencentes a este segmento, na região de Buriti, estariam estabelecidos nas furnas localizadas nas franjas da Serra de Maracaju. Antes de continuar minha narrativa, descrevo algumas situações em que, durante minha estadia entre os Terena da aldeia Lagoinha, encontrei pessoas que me contaram um pouco suas histórias de vida, as quais vêm corroborar com a hipótese de Levi Marques Pereira.

Em uma das ocasiões (mais exatamente no dia 27/03/2012), quando visitava a casa de um dos moradores mais antigos da Lagoinha, Sr. Ivo Jorge, encontrei-me com seu vizinho, o Sr. Adão Santana da Cruz que me contou ter nascido e criado na região das furnas (segundo ele mesmo informou), nas encostas da Serra de Maracaju. Ele se lembra de sua família ter se mudado somente muito tempo depois da criação da Reserva, segundo ele, quando tinha mais ou menos oito anos (quando perguntei de sua idade, ele não soube me informar com exatidão) e foi nesse período que a enxada de metal foi trazida para a aldeia pelo SPI. Contando sobre sua vida, informou que, quando fez dezoito anos, saiu de casa para trabalhar, empregando-se nas fazendas ao redor da área aonde hoje é a TI Buriti e, como ele mesmo disse, "[...] aprendeu a trabalhar pela mão de outros índios". Conta ter se casado uma vez, mas que a esposa "[...] não era boa coisa [...]", então, quando conseguiu trabalhar e juntar "cinco mil réis", decidiu se aposentar e se mudou para a aldeia Lagoinha no ano de 1995; desde então mora em uma casa no mesmo terreno do Sr. Ivo Jorge e frequenta a mesma igreja aonde este é pastor.

História muito parecida é a do Sr. Vicente Silva Jorge, morador da aldeia Córrego do Meio, com quem estive no dia quatorze de fevereiro de 2012 (14/02/2012). Em sua narrativa, ele fala das furnas, local aonde nasceu em 1932 e foi "[...] criado a coco e mandioca. O que a gente tinha não tem mais hoje, fruto do mato, peixe, caça [...] eu não tomo essa água encanada, tem que vir da bica, lá na fuma minava água...". O Sr. Vicente Jorge foi um dos que acompanharam os peritos técnicos Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira, durante perícia realizada na área no ano de 2003. Atualmente mora com seus filhos na aldeia Córrego do Meio e, em suas próprias

palavras, "[...] estão combatendo e vão continuar a combater trinta e três fazendeiros que se encontram em seus territórios.

Outra situação refere-se à parte de um diálogo acontecido entre mim e o Sr. Basílio Jorge, meu anfitrião na aldeia Lagoinha. Estávamos sentados ao entardecer, no pátio de sua casa, como ele costuma fazer com sua esposa D. Leonora, para tomar o tradicional mate<sup>23</sup>, e quando eu habitualmente me juntava a eles para conversar, e eram nesses momentos que as informações mais fluíam. Nossa conversa girava em torno do que eu havia feito durante o dia em minhas andanças pelas casas, o que eu havia visto e ouvido e ele, o Sr. Basílio, sempre me perguntava o que eu achava sobre tudo. Em determinado momento o Sr. Basílio me pergunta:

Sr. Basílio: - D. Sônia, o que a Sra. acha desse negócio de dizerem que os Terena vieram do Chaco, lá do Paraguai?

Sônia: - Olha Seu Basílio, eu sei o que li nos livros e escritos de algumas pessoas...e todos dizem que os Terena vieram de lá...

Sr. Basílio: - Eu não acredito nisso não. Eu também já li bastante sobre isso, mas não acredito nisso não. Meu pai sempre contou que a gente viveu por aqui, sempre. Se não ele tinha falado diferente né? Essa história de que a gente não é daqui foi inventada prá falar que o índio Terena não é brasileiro, isso não é verdade, você não acha?

Sônia: - Concordo com o senhor e existem pessoas que já defendem isso que o senhor está falando ...

Sr. Basílio: - É, mas tem gente que usa isso, ninguém pode falar que a gente não é brasileiro.

Em um primeiro momento pensei que sua fala demonstrava sua preocupação em usarem esse argumento, de não pertencerem originalmente ao território brasileiro, para os desqualificarem como povos originários dessa região do Mato Grosso do Sul e, assim sendo, não poderiam requerer seus territórios tradicionais. Tal preocupação seria reflexo da situação de insegurança pela qual estão passando, de serem retirados das terras nas fazendas aonde foram feitas as retomadas e estão sendo ocupadas atualmente pelos moradores da Lagoinha e outras aldeias da TI.

Mas agora, voltando-me para minhas anotações, percebo que as falas destes moradores, assim como a de outros que se encontram no segundo capítulo da dissertação, são advindas da memória e do vínculo que possuem com seu território, seja advinda de experiências próprias, como no caso dos senhores Adão e Vicente, ou seja, por relatos ouvidos de seus antepassados, caso do senhor Basílio.

---

<sup>23</sup> Bebida servida quente feita de erva-mate (*Ilex paraguariensis*), muito semelhante ao chimarrão gaúcho.

Embora não seja o objetivo da dissertação fazer questionamentos e reflexões acerca da tradicionalidade da ocupação territorial dessa região, sinto que é importante destacar o que venho tentando explicitar ao longo deste capítulo: que o território ocupado pelos Terena em suas diferentes designações<sup>24</sup> e de outras etnias indígenas sempre foi de uma grande extensão de área, conclusão apontada por Andrey Cordeiro Ferreira (2007). Portanto, conforme a literatura produzida anteriormente e os dados etnográficos mais recentes, nem a região do Chaco, nem a região hoje habitada pelos Terena, estão fora de seus territórios tradicionais de ocupação. Ela é uma extensa região que abrange tanto a região hoje conhecida como Chaco paraguaio, quanto às áreas ocupadas atualmente pelos Terena.

Pensando sobre as modalidades de assentamentos na região de Buriti e a partir da fala do Sr. Adão e do Sr. Basílio e de outras narrativas, fico a pensar que muitas famílias mais antigas residentes na aldeia Lagoinha, na Terra Indígena Buriti, são descendentes de Terena que se encaixam no terceiro grupo descrito por Levi Pereira Marques (2009). Viviam, portanto, em aldeias menores na região das furnas e mantinham relativa autonomia política dos Guaicurus e dos colonizadores.

Feita essa breve pausa, retomo a narrativa histórica. Entre os anos de 1922 e 1928, as primeiras Reservas Indígenas foram oficialmente criadas, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), espaços demarcados aonde, teoricamente, poderiam reproduzir seu modo de vida. A Reserva de Buriti foi demarcada em fins de 1927. Contudo, para Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2012), os procedimentos de identificação, à época da criação das Reservas, não consideraram o território tradicionalmente ocupado, somente consideraram o que se julgou ser necessário no momento.

Roberto Cardoso de Oliveira relata que, em 1954, a reserva de Buriti era formada por três núcleos populacionais: Buriti, aonde se encontrava o Posto Indígena, a casa do Capitão, a Escola do Posto e a Igreja Católica; a aldeia Córrego do Meio, ao centro da Reserva e; a aldeia Água Azul, localizada mais ao sul da Reserva e sua população, em sua maioria, evangélicos. Para o autor, a introdução desses novos elementos na vida da população - escola, igrejas e Posto indígena -, ajudou na transformação das relações internas da etnia. O desmembramento das aldeias podem por nós ser pensado como o início do processo de territorialidade Terena dentro da reserva.

---

<sup>24</sup> Refiro-me aqui aos Echoaladi, Kinikinau, Laiana e Terena, antigos Guaná, conforme citados no corpo do texto.

As análises de Roberto Cardoso de Oliveira (1976) sobre a história das relações interétnicas claramente tendiam a achar que os Terena de Buriti, a partir da situação de reserva, seriam integrados à vida social e econômica do entorno. Ele descreve a aldeia como a mais dependente economicamente da então vila de Sidrolândia, pois havia uma insuficiente produção de gêneros alimentícios na Reserva e poucos homens para trabalhar na terra. O pouco que se produzia em excesso através da agricultura, pecuária ou extração de madeira, em teoria, deveria ser revertido e aplicado na própria aldeia, o que não acontecia, na maioria das vezes. A pouca renda, segundo Cardoso de Oliveira (1976), era mandado para o Rio de Janeiro e guardado sob a forma de um "fundo" denominado Renda Indígena.

De suas visitas às reservas indígenas terena no estado do Mato Grosso, Roberto Cardoso de Oliveira (1976) chegou a algumas conclusões: 1) de que era uma população relativamente homogênea do ponto de vista cultural e que haviam se adaptado às variadas situações de contato que haviam passado, sem apresentar maiores diferenças em relação ao padrão de conduta; 2) também não havia grande diferenças em relação à economia das aldeias, a maioria das famílias vivia à margem do programa econômico do Posto, sendo seus sistemas de produção bastante parecidos com pequenas roças de mandioca, feijão e em alguns casos o arroz, que não era suficiente para a subsistência, sendo necessário aos homens buscar emprego no mercado regional; 3) para Cardoso de Oliveira, a diferença mais significativa entre as aldeias encontrava-se no que ele chamou de "plano associativo", ou seja, da forma como as aldeias se organizaram socialmente. Essa organização diferenciada, segundo ele, era causada pelas diferentes instituições religiosas que começaram a atuar dentro das aldeias e disputavam fiéis.

Na situação de reserva, Levi Marques Pereira (2009) também aponta as instituições religiosas como agentes de transformação junto às escolas, os programas econômicos e a introdução da instituição da capitania através das figuras do capitão e do chefe do posto, instituídos pelo SPI. Mas se distancia da análise de Roberto Cardoso de Oliveira quanto à homogeneidade cultural dos Terena. Para Levi Pereira Marques (2009), mesmo dentro da situação de reserva, cada grupo familiar mantém sua especificidade, o que lhe garante, dentro do espaço limitado da reserva, desenvolver novas formas de sociabilidade que, para o autor, são essencialmente Terena.

A questão maior ressaltada por Levi Pereira Marques (2009), em relação ao trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, foi a carência de uma descrição mais detalhada das unidades sociológicas que articulavam a vida social e dos modelos de

sistemas de assentamento terena, descritos anteriormente. Se assim o tivesse feito, teria percebido a especificidade da forma como os Terena se organizam territorialmente. O caráter específico terena encontra-se no fato de se organizarem em *troncos familiares* que, em interação, compõem as aldeias. Apesar da organização sócio-espacial ser mais bem apresentada no segundo capítulo, convém tratar um pouco do tema agora.

O termo aldeia, segundo Levi Marques Pereira (2009), a princípio foi usado por funcionários do SPI para designar os espaços que os segmentos populacionais terena ocupavam antes de serem acomodados nas reservas. Posteriormente, já em situação de reserva, o termo continuou a ser usado, inicialmente aplicado a todo o conjunto da população terena que vivia na área de acomodação, designada de aldeia Buriti. O que passou despercebido para os funcionários do SPI e para o próprio Cardoso de Oliveira é que o termo, embora ainda não usado para esse fim, se referia ao grupo familiar que ocupava e fazia uso de determinado espaço geográfico.

Para os Terena, o termo usado para designar a população ou adensamento de pessoas que mantinham laços de consanguinidade ou não era tronco familiar e não aldeia como pensado a princípio. A aldeia, na verdade, era "[...] como um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado número de *troncos* que ocupam uma área contínua de terras" (PEREIRA, 2009, p.59)<sup>25</sup>. Em outras palavras, a aldeia era composta por uma série de *troncos familiares* que, em rede, formavam essa figuração social. Para Jorge Eremites de Oliveira e Levi Pereira Marques (2007), os *troncos familiares* podem ser entendidos como "[...] unidades de ocupação, quer dizer, espaços ocupados por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade" (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2007, p.15).

Assim sendo, se Roberto Cardoso de Oliveira (1976) se concentrou em diferenciar a organização social das aldeias a partir de suas relações com as instituições religiosas que atuavam dentro dela, Levi Marques Pereira (2009) destacou a organização social dos Terena a partir de suas próprias categorias êmicas - aldeia e troncos. A descrição feita por Pereira forneceu elementos para acreditar que os Terena mantiveram a organização interna das suas comunidades conforme sua própria experiência anterior à situação de reserva, de constituir redes de alianças e de

---

<sup>25</sup> No segundo capítulo da dissertação, ao falar da forma como os moradores estão organizados social e espacialmente dentro da aldeia Lagoinha, trarei mais detalhes das categorias êmicas - *aldeia* e *tronco* - e suas imbricações.

reciprocidades que, independente da consanguinidade, mantivessem uma boa convivência.

Esse novo período, acomodados em reservas, em contraste com o modo de vida anterior, aonde cada tronco possuía liberdade de espaço para praticar uma agricultura bem desenvolvida em pequenas porções de terra e, para além desse espaço, praticar a caça, pesca e coleta, já não existia mais. O elevado número de grupos familiares, os *troncos*, reunidos em um mesmo espaço, o da reserva, constituiu-se em dificuldades na condução dos assuntos de interesse de todos os *troncos* ali reunidos, conforme nos explica Levi Marques Pereira (2009). Essa dificuldade na gestão dos assuntos internos acabou por gerar a divisão de uma grande aldeia em duas ou mais de menor tamanho, o que, de fato, não seria ruim, pois tal acontecimento ajudaria na dissolução de tensões e na diminuição da pressão interna dos conflitos entre famílias, facilitando a promoção da harmonia na convivência social, ideal sempre buscado pelo Terena, segundo Pereira. Mas o fato é que o espaço não se reproduz; portanto, dentro da atual situação, os conflitos internos dificilmente deixarão de acontecer.

Contrariando as previsões do SPI e do Estado, a identidade cultural dos população terena de Buriti não se diluiu totalmente, nem se integrou à sociedade nacional. Embora mantenham um alto grau de contato com a sociedade envolvente, ela ainda mantém suas características étnicas diferenciadoras, como sua forma de organização social em troncos e aldeias. E, ao contrário do que foi previsto, houve um aumento populacional acentuado não só pela chegada, cada vez mais freqüente, de novas famílias, mas também pelo aumento da longevidade dos adultos e prevenção de doenças entre as crianças, diminuindo as taxas de mortalidade.

A grande dificuldade é que o espaço geográfico não aumentou com o tempo. A área demarcada no ano de 1926 continua a mesma, enquanto a população cresceu vertiginosamente, haja vista a comparação entre os dados apresentados por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) de que a população em Buriti no ano de 1937 era de 448 indivíduos e, a do censo realizado no ano de 2010 aponta um total 2.543 pessoas. Os recursos ambientais naturais, como o solo, por exemplo, tiveram um desgaste natural que, sem o devido manejo, não pode ser recuperado. Os recursos do ambiente antrópico, aqueles que foram introduzidos na comunidade, como o gado, as galinhas e os porcos de alguma forma necessitam do ambiente natural, e se ele não está disponível, começa a disputar espaço com o ser humano.

Vimos assim, através dessa rápida viagem pelo tempo, como os Terena se estabeleceram na atual Terra Indígena de Buriti. Nessa viagem houve muitas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), pois o autor contribuiu significativamente para a compreensão de como se deu a relação entre a etnia Terena e o Estado colonizador. Utilizei-me grandemente das contribuições de Levi Marques Pereira para compreender algumas nuances passadas na história terena da região de Buriti, como a forma que estes se organizam socialmente em *troncos* nos espaços das aldeias.

Com essa breve contextualização histórica, tentei demonstrar os períodos que mais se destacaram e impactaram a população terena. A situação de reserva trouxe dificuldades na gestão dos recursos naturais e antrópicos que pretendo apresentar a partir do segundo capítulo através dos dados etnográficos. Antes, porém, apresento brevemente uma descrição da economia regional atual aonde se encontra inserida a Terra Indígena Buriti.

## **1.2 Contextualização econômica da região**

A Terra Indígena Buriti encontra-se localizada entre dois municípios, como vimos anteriormente, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, ambas na porção central do estado do Mato Grosso do Sul. A aldeia Lagoinha, local de minha pesquisa, juntamente com as aldeias Córrego do Meio, Olho D'água e Tereré estão administrativamente ligadas ao município de Sidrolândia. Por isso, os dados econômicos apresentados, em sua maioria, se referem a esse município ou são dados retirados de um contexto regional de relatórios estaduais sobre o tema<sup>26</sup>.

A TI Buriti fica distante, aproximadamente, trinta quilômetros (30km) da cidade de Sidrolândia e setenta quilômetros (70km) da capital do Estado, Campo Grande. A história oficial da fundação, encontrada no site do município<sup>27</sup>, é contada a partir da chegada dos primeiros colonizadores à região. Assim sendo, consta que, em 1845, já havia um povoamento com aproximadamente cem pessoas na área compreendida entre os rios Vacaria e Anhanduí e que, nesse ano, já estavam estabelecidas fazendas de

---

<sup>26</sup> Relatório de Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul - ZEE/MS (2009), do Relatório de Zoneamento Agroecológico do município de Sidrolândia desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2011), entre outros.

<sup>27</sup> [www.sidrolandia.ms.gov.br](http://www.sidrolandia.ms.gov.br)

criação de gado de propriedade do sertanista mineiro Gabriel Francisco Lopes, que trouxe seu sogro Antônio Gonçalvez Barbosa, além de seu irmão Inocêncio Barbosa.

Diversos nomes são citados como os primeiros a se estabelecerem como fazendeiros na região, entre eles Vicente de Brito, que era tronco da família Brito e José Pereira Martins, os quais fundaram suas fazendas na região, em 1870, logo após a Guerra do Paraguai, e o cuiabano Hermenegildo Alves Pereira que chegou no ano 1872. Uma das descendentes de Vicente de Brito casou-se com Sidrônio Antunes de Andrade e este, anos mais tarde, após a morte da esposa, decidiu lotear a fazenda em que moravam, no ano de 1942, aonde se desenvolveu o núcleo populacional que viria a ser Sidrolândia.

A partir daí, o núcleo começou a se desenvolver rápido e surgiram várias construções residenciais e muitos estabelecimentos comerciais. Em 25 de abril de 1944 foi inaugurada na povoação de Sidrolândia, com o nome de Estação de Anhanduí, a estação telegráfica e ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, num ramal que liga Campo Grande a Ponta Porã, transformando-se num dos esteios do progresso da nova localidade. Em 11 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual nº 684, é elevado à categoria de município, desmembrado do município de Campo Grande.

Atualmente o município ocupa uma superfície de 5.286,490 km<sup>2</sup>, com uma população de 42.132 pessoas. Dados regionais apontam que quase 79% dessa superfície é ocupada pela pecuária, tanto para corte quanto para leite, seguida pela lavoura temporária que ocupa cerca de 14,3% da área. Na região, os municípios de Maracaju, Nioaque e Sidrolândia concentram a maioria das propriedades com mais de 1000 hectares e o município de Nioaque tem o maior número de suas propriedades rurais com até 50 hectares.

Vê-se, assim, que todo desenvolvimento econômico da região deu-se em torno da atividade agropecuária, assim como o é em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, toda estrutura socioeconômica do município é voltada para atender esse segmento. A pequena tabela construída através de dados do IBGE (quadro 1) fornece uma amostra das principais produções da agropecuária do município.

Quadro 1: Principais produções agropecuárias do município de Sidrolândia

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de medida</b>
Bovinos - efetivo do rebanho de corte e leite	6.014.817	cabeças

Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo do rebanho para corte	312.608	cabeças
Soja em grão	267.900	toneladas
Milho	134.410	toneladas

Fonte: Dados do IBGE do ano de 2007

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento produzido para essa região no ano de 2006, estes dados mostram a importância dessas culturas para a economia do território, sendo que a maioria da estrutura de produção, transformação e comercialização estão estabelecidas para atender essas atividades. As indústrias instaladas na região estão voltadas para as áreas de esmagamento de soja, açúcar e álcool, criação e abate de aves e ainda frigoríficos e laticínios. O sistema de transformação existente atende principalmente a bovinocultura de corte, a produção de lavouras temporárias e as cadeias integradas de aves e suínos. A oferta de matéria prima que compõe a fabricação de ração fez com que indústrias de processamento de suínos e aves viessem a se instalar na região, principalmente em Sidrolândia. Outro fator que facilitou a vinda de agroindústrias para a região, segundo o Plano Territorial, é a concentração de mão de obra mais barata que nos estados do Sul do país, de onde geralmente vêm as grandes indústrias ligadas ao setor agropecuário.

No município de Sidrolândia encontra-se uma filial de uma das maiores indústrias de transformação de alimentos que funcionam em Mato Grosso do Sul, a Seara Alimentos S.A., que tem sua produção voltada para o abate e embalagem de frangos. Muitos membros das famílias da aldeia Lagoinha estão trabalhando nos diferentes setores dessa indústria, em diferentes horários e sobrevivem da renda advinda de seus salários. Tal atividade econômica será melhor detalhada no segundo capítulo da dissertação.

A ligação com o município de Sidrolândia não é recente. Apesar da história oficial não considerar a existência dos Terena na região, eles têm nítidas lembranças de suas incursões ao povoado de Sidrolândia, antes mesmo de sua emancipação e vir a se tornar um município. Como vimos na história da acomodação dos Terena na, então, reserva de Buriti, eles necessitavam ir ao povoado para arranjar trabalho e comprar itens alimentícios para suprir a pouca produção na reserva. Dona Leonora, esposa do senhor Basílio, me contou que, em sua época de criança e mesmo depois de mais jovem e já casada, lembra-se das incursões dos moradores ao então povoado de Sidrolândia. Era

sempre uma ocasião muito especial e tratada com muita antecedência, pois à época não havia meios de transporte, todo o percurso era feito a pé e com muita dificuldade; então, quando alguém saía para o povoado havia preparativos a serem feitos como levar alguma refeição para ser comida durante a viagem ou receber encomendas de quem ficava. Quando chegavam, segundo dona Leonora, era uma festa, primeiro porque não se tinha certeza de data para a volta e, segundo, porque traziam novidades e provisões para a família.

A relação com a cidade continua, portanto, bastante forte entre os moradores da Lagoinha. Atualmente existem ônibus que fazem o trajeto entre a cidade e a aldeia, às segundas, quartas e sextas-feiras, saindo pela manhã às sete horas (7h), retornando à tarde, por volta das quinze horas (15h). Eles são parte integrante da mesma e também constroem seus circuitos de sociabilidade nos contextos citadinos. E como tal vão à cidade resolver diferentes situações, seja nos bancos, para fazer compras, pagar contas, estudar, trabalhar, dando manutenção e transformando as dinâmicas culturais, mantendo o sistema de trocas e usufruindo dos serviços e produtos oferecidos a todo cidadão.

Se no período em que Roberto Cardoso de Oliveira esteve em Buriti havia uma dependência econômica da cidade, agora creio que há uma interdependência, pois os moradores das aldeias ligadas ao município de Sidrolândia, caso da Lagoinha, contribuem significativamente com o comércio local. A renda de todos os trabalhadores de indústrias como a Seara, dos aposentados e dos autônomos que prestam serviços nas fazendas da região é gasta no mercado local, isso sem mencionar os vendedores ambulantes que constantemente estão nas aldeias para comercializar roupas, utensílios de cozinha, cds, entre outros produtos.

Apesar de se inserirem na cadeia produtiva através do trabalho na indústria ou como mão de obra temporária nas fazendas, percebe-se que os moradores da aldeia vivem à margem do grande setor agropecuário que domina a região. A produção agrícola e pecuária local é pequena e voltada para o consumo interno da aldeia, aonde não há excedentes para serem comercializados. Convencionou-se chamar esse tipo de produção de "economia de subsistência", que, em sua acepção, o termo significaria uma economia baseada em atividades rudimentares, cujo único objetivo seria a autossuficiência, produzindo apenas o necessário para o consumo imediato. Nesse sentido, o termo produziu, ao longo do tempo, estereótipos sobre os indígenas, pois é comum ouvirmos de pessoas de fora do círculo acadêmico ou indigenista, que os indígenas "não produzem".

Como vimos anteriormente, todo o sistema econômico da região é voltado para a produção que visa gerar excedentes para a venda e assim também acontece com o sistema que apoia a produção agropecuária. As grandes instituições estatais de pesquisa e apoio à produção, como a Embrapa, por exemplo, são voltadas para o grande produtor. Os que praticam a "agricultura de subsistência" não se encaixam no modelo de desenvolvimento regional.

Proponho continuar a refletir sobre as questões que envolvem a produção agrícola e a economia da aldeia a partir do segundo capítulo, quando eu estiver descrevendo as atividades econômicas da aldeia Lagoinha. No momento, apresento um panorama da atual situação do ambiente natural e antrópico da região de Sidrolândia, levando-se em consideração a forma como foi historicamente colonizada.

### **1.3 O contexto ambiental regional**

Nos itens anteriores expus como se deu historicamente a ocupação do território ao sul do antigo Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e, especificamente, na região aonde se encontra localizada a Terra Indígena Buriti, com a história da implantação de grandes fazendas para criação de gado, conseqüentemente, de grandes desmatamentos para a formação de pastos. Apresento, a seguir, a atual situação ambiental.

Para descrever o ambiente natural dos municípios de Dois Irmãos do Buriti e de Sidrolândia, este trabalho usa o conceito de unidade de paisagem (BIRKELAND, 1984), retirado dos dados da EMBRAPA (2011) como "[...] uma entidade espacial definida pela formação de um conjunto representativo e homogêneo que inclui a geologia, a geomorfologia, o clima, os tipos de solo, seus atributos e limitações". As informações estão baseadas em dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia - SEMAC<sup>28</sup> e do Relatório de Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul - ZEE/MS (2009), do Relatório de Zoneamento Agroecológico do município de Sidrolândia desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2011), do Projeto RADAMBRASIL (1980), entre outras bibliografias citadas no decorrer do texto.

---

<sup>28</sup> [www.semac.gov.br](http://www.semac.gov.br) (acessado em 09 de setembro de 2012)

Ao correr os olhos pela imagem de satélite em que foi sobreposto os limites da TI Buriti (Mapa 02), pode-se ter uma noção de como se encontram as condições ambientais da região. São áreas de fazendas, cuja modalidade de exploração econômica é a pecuária e a agricultura que, historicamente, se instalaram na região e dela usufruem, e onde a vegetação natural foi quase totalmente retirada e substituída por campos.

Segundo dados das pesquisas da SEMAC e EMBRAPA acima citadas, a intensificação da exploração se deu a partir da segunda metade do século XX. Até então, o Estado de Mato Grosso do Sul apresentava-se coberto, em quase sua totalidade, por vegetação nativa (ZEE-MS, 2009). A partir da década de 1940 iniciou-se um processo de contínua modificação dessas paisagens naturais em que as florestas estacionais da Região Centro-Sul do Estado foram intensamente exploradas pela indústria madeireira e, sequencialmente, substituídas por extensas monoculturas e pecuária extensiva de baixa produtividade. Os mesmos documentos apontam que, no período de 1985 a 1993, a perda da área do bioma Cerrado, na qual a TI Buriti encontra-se inserida, foi em média de 1,5% ao ano. Ainda segundo os documentos, no ritmo em que tais atividades vêm acontecendo, as áreas de Cerrado que circundam o bioma Pantanal deverão estar totalmente destruídas até o ano de 2030.

A região aonde se encontra a TI Buriti está situada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, na microbacia do rio Miranda e faz parte do bioma<sup>29</sup> Cerrado. Possui, portanto, as características físicas de solo, vegetação e rede de drenagens específicos dessa região.

As coberturas vegetais antrópicas<sup>30</sup> na área de Cerrado no estado de MS estão representadas, principalmente, pelas pastagens cultivadas. Estima-se, hoje, que existam mais de 23 milhões de cabeças de gado para cerca de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2006), distribuídos numa área de 23 milhões de hectares ocupados pela atividade agropastoril assim distribuídos: 2 milhões de hectares pela produção agrícola, 13 milhões de hectares com pastagens plantadas e 8 milhões de hectares com pastagens naturais.

O desenho abaixo ilustra as formações vegetativas que compõem as áreas de Cerrado, sendo que, na TI Buriti, não se encontra a formação de "campo limpo", característico das áreas de criação de gado, nem a do "Cerradão", que é a formação

---

<sup>29</sup> Um bioma pode ser definido como um conjunto de ecossistemas constituídos por características (fauna e flora) fisionômicas de vegetação semelhantes em determinada região, Ex: Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, etc.

<sup>30</sup> Vegetação que não é natural ao local, foi introduzida ou modificada pelo homem.

florestal típica. Na área da TI pode-se encontrar desde a formação de "campos sujo" até o "Cerrado SS", pode-se dizer que são formações intermediárias entre o completo desmatamento e as formações de matas nativas originais. As formações encontradas de "Cerrado SS" são resultados da baixa ação humana no ambiente natural desde o assentamento dos Terena na região, o que tem permitido sua gradual recuperação.

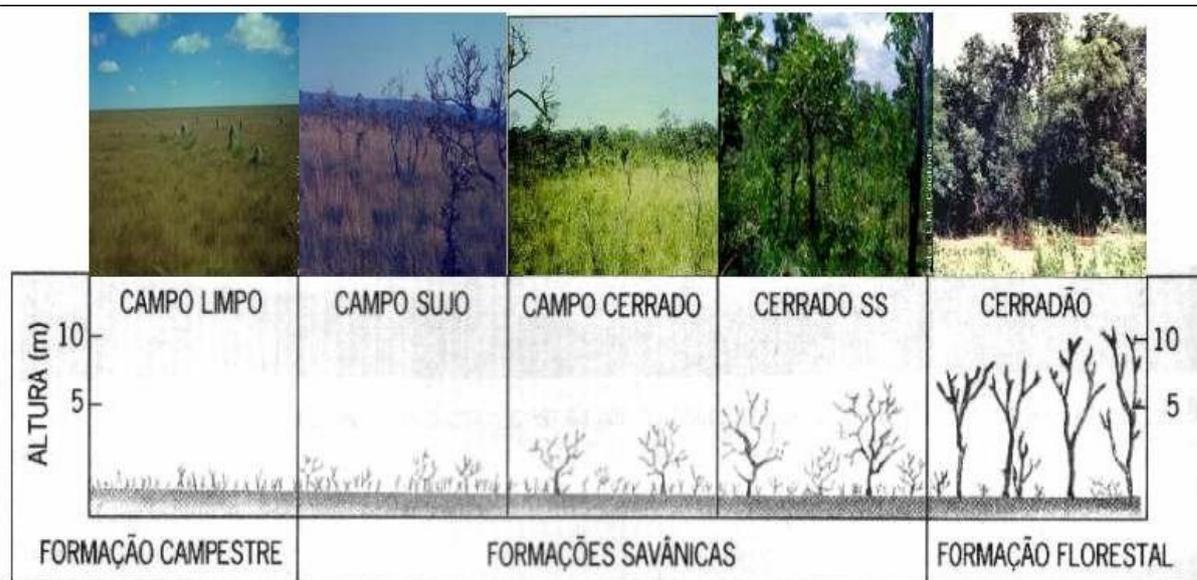


Fig. 01 - Formações vegetativas encontradas no Mato Grosso do Sul. Fonte: ZEE-SEMACE, 2009.

Devido a essa característica de formação vegetativa, na TI Buriti podem ser encontradas desde espécies arbóreas com altura média, em torno de dez metros e circunferência que raramente ultrapassa um metro, remanescentes das formações florestais nativas, até uma formação com características de campo. Em geral encontram-se na região pequenas porções de mata, os "capões de mata" instalados sobre um solo muito arenoso e claro. Nos lugares onde o microrrelevo de "cordilheiras" é dominante, o "Cerradão" ocorre sobre elas, enquanto o pasto reveste as partes mais baixas, nos terrenos deprimidos.

As árvores são baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidências de passagem de fogo. As folhas, em geral, são rígidas, coriáceas; os troncos possuem uma casca com cortiça grossa fendida ou sulcada e as gemas apicais são protegidas por uma densa pilosidade. Esses caracteres dão um aspecto de adaptação a condições de seca, embora não sofram restrições hídricas. O Campo Cerrado apresenta uma fisionomia campestre, formada por vegetais baixos, de fustes finos e tortuosos, esparsamente distribuídos sobre o solo recoberto por um estrato graminóide contínuo, entretanto, de plantas lenhosas raquíticas e pequenas

palmeiras acaules. Essas formações savanícolas são exclusivas das áreas areníticas lixiviadas e são resultantes do processo de degradação que o bioma Cerrado vem passando, desde a colonização da região e o início mais acentuado da sua exploração econômica.

Por se encontrar em uma região serrana, pois a TI Buriti encontra-se localizada nas encostas da Serra de Maracaju, as características geomorfológicas são complexas. Trata-se de uma área de transição formada por planaltos, serras e depressões que compõem diferentes paisagens, aptidões agrícolas e dificuldades ambientais específicas. Essa diversidade geomorfológica de depressões e relevos ficou popularmente conhecido, entre os Terena, como a região das "furnas" e onde viviam grupos familiares, conforme vimos no contexto histórico. O Zoneamento Agroecológico realizado pela EMBRAPA (2011) aponta uma alta fragilidade das terras da região, considerando-se a declividade natural acentuada, o alto índice de desmatamento da região, a erosividade da chuva e o grau de erodibilidade do solo.

Devido às diferenças geomorfológicas verifica-se ocorrência predominante de Latossolo de textura argilosa, normalmente de elevada fertilidade natural, com ocorrência expressiva de Latossolo Vermelho-Escuro de textura média, associado a Neossolos, ambos com baixa fertilidade natural. Em síntese, são solos profundos, com boa capacidade de drenagem e homogêneos. No entanto, como não possuem mais a cobertura vegetal natural que permite captar e acumular as substâncias nutritivas indispensáveis, assim como proteger e recompor o solo da ação da natureza, como as chuvas e os ventos, são também altamente intemperizados e lixiviados.

O clima predominante é o úmido a sub-úmido, os meses mais secos são junho, julho e agosto e os mais chuvosos, novembro, dezembro e janeiro. A precipitação pluviométrica varia de 1.500 a 1.750mm anuais e são regulares, com período seco, inferior a quatro meses, correspondendo à deficiência hídrica de 350 a 500mm. O excedente hídrico anual é de 800 a 1.200mm durante cinco a seis meses.

Através dos dados técnicos apresentados desde o início deste tópico, pode-se concluir que a região aonde se encontra localizada a TI Buriti possui boa fertilidade, mas, como vem sendo degradada desde meados do século XX, já não possui as propriedades físicas que a ajudam a se recompor, podendo, ao longo do tempo, tornar-se estéril, como preveem os estudos apresentados acima.

## CAPITULO II

### CONFIGURAÇÃO SOCIAL DA ALDEIA LAGOINHA

Vimos no capítulo anterior que pouco se escreveu até agora sobre a forma como os Terena se organizam social e espacialmente. Mais recentemente, esse tema tem sido melhor analisado, a partir de dados da perícia antropológica realizada por Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira, no ano de 2003, que gerou duas importantes publicações: "Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica", de autoria de Levi Marques Pereira, no ano de 2009, e "Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul", de Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira, do ano de 2012.

A leitura desses dois trabalhos muito me ajudou na compreensão da organização social dos Terena e, conseqüentemente, da forma como ocupam e fazem uso do espaço conhecido como aldeia Lagoinha, que descrevo a seguir, tendo como base as análises dos referidos autores. Antes, porém, recapitulo brevemente as categorias *fundação* e *tronco*, bastante acionadas pelos moradores e amplamente descritas e analisadas por Pereira (2009) e Eremites de Oliveira e Pereira (2012), para que, no decorrer da narrativa, haja clareza das ideias apresentadas.

A Terra Indígena Buriti, onde se localiza meu objeto de pesquisa, é atualmente organizada e composta por treze aldeias, conforme apresentado no capítulo anterior, sendo que seis se encontram no município de Dois Irmãos do Buriti, caso das aldeias Buriti, Recanto, Barreirinho, Oliveira e Água Azul, enquanto as outras sete estão localizadas no município de Sidrolândia, entre elas a Córrego do Meio, Olho D'água, Lagoinha e Tereré.

O termo aldeia é uma categoria êmica terena, para designar a ocupação de uma área por um ou mais *troncos familiares* e que, por questões de ordem social, econômica, política ou religiosa, pode vir a se desmembrar e se tornar uma unidade política e administrativamente independente. É a forma como os Terena denominam o espaço físico que abriga as unidades de moradia dos agrupamentos familiares ligados por laços de parentesco, aliança e reciprocidade, descrito por Levi Marques Pereira (2009) como "[...] um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado

número de *troncos* que ocupam uma área contínua de terras " (PEREIRA, 2009, p.59). Para Andrey Cordeiro Ferreira (2007), o termo aldeia (*Ipuxovoku*) é usado por um índio para designar uma relação de pertencimento, o lugar aonde mora, que também pode ser aplicado aos espaços físicos de moradia dos grupos domésticos, o que vai ao encontro do que Pereira diz ser *fundação* e que veremos mais adiante.

A configuração dos espaços nas aldeias mostra que estes são semelhantes e procuram se aproximar e reproduzir a forma como os Terena se organizavam antes do assentamento das famílias na então Reserva Indígena criada pelo SPI, no ano de 1926. Os grupos familiares se adensam ou se agregam em torno da figura de um líder, sendo que o estreitamento e o adensamento dessas relações se dão através da figura do *tronco*, descrita como "[...] o propagador de um estilo de vida, baseado na interpretação dos padrões morais e na efetivação da regra de convivência estabelecidas desde o tempo dos ancestrais reais e míticos" (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2012, p. 127). E ainda que "[...] permite aos componentes das figurações sociais terena, historicamente constituídas no espaço e no tempo, se reconhecerem como integrantes de uma formação social específica" (PEREIRA, 2009, p.46).

A centralidade das relações familiares encontra-se na figura dos anciãos, os primeiros *troncos*, seja ele homem, mulher ou o próprio casal, que possui as características acima mencionadas de estreitar, adensar e propagar o estilo de vida de cada família. Para os autores Oliveira e Pereira (2012), em tese, as relações familiares, sejam elas de laços de consanguinidade ou afetividade/aliança, são de vital importância na reprodução do modo de vida terena. Além da característica principal de manutenção das relações internas familiares, o *tronco* deve ter também a habilidade de agregar novas alianças sociais, políticas e religiosas com outros *troncos familiares*, condição necessária para que a reprodução da vida social na aldeia aconteça.

A constituição e a perpetuação da tradicionalidade de um *tronco* estão intrinsecamente relacionadas ao espaço territorial que ocupa na aldeia, categoria descrita como *fundação*, que foi concebida como "[...] o espaço físico no qual um *tronco* emergente radica pela primeira vez seu assentamento, iniciando uma ocupação que pode ser objeto de sucessão no tempo pelos descendentes diretos dos fundadores" (PEREIRA, 2009, p.48). Para este autor, a *fundação*, portanto, é o primeiro espaço em que um casal recém formado se estabelece, cria suas raízes e inicia sua vida social, política e econômica na aldeia.

A relação entre essas duas categorias, no entanto, vai além do mero uso do espaço físico para exploração de recursos para a sobrevivência. É na *fundação* que os *troncos* estabelecem seu ritmo de vida, repassam seus conhecimentos e recriam a forma anterior de seus ancestrais. É essa conexão com o passado, que passa pela ocupação de um espaço físico, que cria, nesse novo momento, uma identidade e um sentimento de pertencimento ao local.

A morfologia social é, portanto, composta basicamente pelas duas categorias êmicas apresentadas acima, *fundação* e *tronco*, mas na aldeia Lagoinha juntam-se a elas duas novas categorias, os "*fundantes*" e os "*chegantes*", aqui também descritas, que passam a compor o todo social da aldeia. Nessa nova configuração apresento ainda a composição das lideranças políticas, que passa, dentro da aldeia, pela relação entre as pessoas mais velhas e mais jovens. A importância de apresentar e descrever as categorias sociais encontradas na Lagoinha está em permitir a demarcação das relações existentes entre os diferentes atores que compõe cada categoria, pois deles se refletem as práticas econômicas desenvolvidas.

Temos, portanto, um território tereno, composto por diversas aldeias que, por sua vez, agregam diferentes *troncos familiares* agrupados em torno do *tronco familiar*, de um líder importante, que deve possuir habilidades de manter a identidade do grupo, propagando seu modo de vida nos espaços físicos que ocupa, as *fundações*. Veremos no próximo item, a partir dos dados etnográficos na aldeia lagoinha, como essas categorias se entrelaçam.

## **2.1. A ocupação atual dos espaços na aldeia Lagoinha**

A data da emancipação político-administrativa da aldeia Lagoinha não é precisa. Ela foi criada a partir da divisão interna da aldeia Córrego do Meio e, quando perguntado aos moradores mais antigos, como o Sr. Ivo Jorge ou o Sr. Vitor Marcelino, nascidos e criados nessa região, disseram-me que foi criada há cerca de 10 ou 11 anos atrás; portanto, entre os anos de 2001 e 2002. O primeiro registro, encontrado por mim, de sua existência foi no laudo da perícia antropológica, arqueológica e histórica realizada na TI de Buriti no ano de 2003, que, posteriormente, veio a ser publicada em forma de livro, no ano de 2012.

A falta de um registro escrito não quer dizer que ela não existia anteriormente, pois "aldeia" é uma categoria êmica, conforme vimos, e os espaços daquela região já

eram ocupados por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, alianças e reciprocidades, conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2012). Além das unidades de moradia, o então núcleo populacional já contava com uma extensão da "Escola Municipal Marcelino José", cuja sede é na aldeia Córrego do Meio, e que atende crianças do ensino básico, posto de saúde e duas igrejas evangélicas. Em uma das conversas que mantive com o Sr. Ivo Gabriel, no dia 27 de março de 2012, este me relatou que o nome da aldeia foi dado por ele na ocasião de um campeonato de futebol interno da TI, quando houve a necessidade de nomear o time local. Segundo suas palavras: "quando a gente tava indo para a aldeia Água Azul, perguntaram qual o nome do time. Então decidimos chamar de Lagoinha devido à existência de uma pequena lagoa nas proximidades, ficando assim conhecida por todos". Percebe-se, portanto, que já havia reconhecimento da autonomia social do grupo de moradores daquela região, restando a conquista da autonomia político-administrativa, fato que ocorreu posteriormente, com a eleição do primeiro cacique, no ano de 2002, Sr. Basílio Jorge.

Ao chegar na Lagoinha, pela estrada principal, vemos, dos dois lados, as casas com pequenos plantios ou "**horto doméstico**" (Tércio Jacques Fehlauer, 2004) de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), abacaxi pérola (*Ananas cosmosus*), banana nanica (*Musa paradisiaca*) e árvores frutíferas, principalmente a mangueira (*Mangifera indica*). Não há uma organização das moradias em "quadras e lotes" (padrão brasileiro de organização dos núcleos urbanos), como encontrei em algumas aldeias da TI Ipegue/Taunay, nem em "vilas", como a descrita por Andrey Cordeiro Ferreira (2007), ao falar da TI Cachoeirinha, em Miranda. A aldeia segue o padrão de assentamento da TI Buriti, onde o grupo de parentes, consanguíneos ou não, constrói suas residências próximas umas às outras, em torno de um líder (Eremites de Oliveira e Pereira, 2012), sendo este um ancião, homem ou mulher, como *tronco* original. Na medida em que os filhos vão constituindo suas próprias famílias nucleares, constroem suas casas próximas ao *tronco originário* e ali passam a residir.

Os espaços que cada família nuclear ocupa em uma *fundação* são divididos por marcos naturais, como um adensamento de árvores ou um caminho entre as casas. Estes limites espaciais entre eles são muito respeitados, pois não se vê os netos menores brincarem nos espaços dos avós, a não ser que sejam trazidos por eles ou convidados a estarem ali, nem a nora se permite entrar na casa dos sogros sem a presença do marido, a não ser que ocupe a mesma residência. Os espaços de sociabilidade dos grupos familiares acontecem na parte externa das casas, normalmente embaixo de árvores ou

nos barracões construídos com essa finalidade, onde não existe muita formalidade. É aonde conversam sobre os assuntos da aldeia, do dia-a-dia da família, brincam e comem juntos.

Os espaços ocupados pelos diferentes *troncos* podem ou não possuir uma delimitação física, como cercas de arame, por exemplo. Entre aqueles que são parentes consanguíneos e fazem parte da mesma rede de aliança política (PEREIRA, 2009), a separação é por uma linha imaginária feita por um marco natural, como dito anteriormente. Mas entre os *troncos* que não possuem laços de consanguinidade, mas possuem uma aliança política, há uma divisão de espaços feitos com postes de madeira e arame.

Pelos dados levantados junto às famílias, em minhas entrevistas e por meio da observação direta do cotidiano na aldeia, percebi que não seguem uma regra preferencial de matrimônios. Nas etnografias clássicas realizadas entre os Terena, como a de Roberto Cardoso de Oliveira (1968) ou, nas mais recentes, como a de Andrey Cordeiro Ferreira (2004), os autores citam a regra da matrilocidade, onde os homens vêm morar com os sogros, nos espaços de suas *fundações*. Na medida em que um novo casal é constituído, o sogro ou *tronco originário* destina a ele uma parte do terreno dentro de sua *fundação*, para que a casa seja construída.

Em minhas conversas e entrevistas com os moradores locais, principalmente entre os casais mais jovens, perguntei se havia obrigatoriedade de residir próximo à casa dos sogros. Todos responderam que não, mas foram poucos os casos encontrados que não observavam essa regra. Observei que fatores, como o prestígio político da cada família ou a disponibilidade de área para a construção de novas residências que garanta um espaço mínimo de privacidade e de exploração do ambiente para cada novo núcleo familiar, influenciavam nessa decisão. Foi esse o caso de famílias mais antigas na Lagoinha, como as de Jorge, Marcelino e Lourenço, cujos filhos permaneceram nos locais de origem e as filhas, ao se casarem, trouxeram seus esposos para se estabelecer próximos aos pais, quando a regra seria que os filhos fossem para a *fundação* do sogro. Nestes casos, tanto o fator político, quanto a disponibilidade de espaço influenciaram na decisão. O novo casal, então, passa a gerir o espaço e os recursos ali existentes, podendo resultar no surgimento de uma *re-fundação*, conforme apontado por Pereira (2009), característica marcante dos atuais rearranjos nos padrões de organização social daquela aldeia.

Durante um dos períodos em que estive na Lagoinha, pude presenciar um episódio que ilustra bem a dinâmica da reprodução social terena, que passo a narrar brevemente.

Uma das netas do Sr. Basílio e D. Leonora<sup>31</sup> (meus anfitriões e principais interlocutores), que, por sua vez, é filha de Tertuliano da Silva e Rosemilda Jorge, iria se casar com um dos motoristas que fazem o transporte na aldeia Lagoinha. Para tanto, Tertuliano cedeu um terreno (parte daquele que ele mesmo havia recebido quando casou) para construírem uma casa. Necessitavam, para isso, retirar madeira para os pilares e parte da cobertura, que iriam fazê-los no espaço de Tertuliano e Rosemilda. Derrubaram duas ou três árvores de grande porte que, ao cair, derrubaram outras menores. Vendo a situação, Sr. Basílio se manifestou com a seguinte fala: "Não posso falar nada, é do terreno deles, né?", muito embora ficasse desgostoso e soubesse que as espécies derrubadas não fossem apropriadas para aquele trabalho, fato que me contou posteriormente.

Dentro da aldeia existem casamentos interétnicos, tanto de homens e mulheres terena que se casaram com não índios ou com indígenas de outras etnias e passaram a residir na Lagoinha. No entanto, são poucos esses acontecimentos e todos bem conhecidos pelos moradores, principalmente pelos mais antigos, o que denota um controle bastante rígido do território e do direito de residência dentro da aldeia. Assim é o caso de D. Renice Amélia Pereira, uma senhora branca que passou a residir na aldeia quando se casou com um Terena, há aproximadamente 40 anos, e com ele teve um filho. Quando seu esposo faleceu, foi dado a ela o direito de permanecer na aldeia, inclusive de se casar novamente com um não índio, mas ainda é tratada como uma *purutuye*, uma pessoa estranha aos costumes locais, mesmo morando há muito tempo entre os Terena. Outro exemplo é o de dona Ana Maria Jorge, uma senhora boliviana que se casou com um dos *troncos* mais antigos da Lagoinha, o senhor Ivo Jorge, mas também é considerada uma "mulher branca de fora", como ouvi de muitas senhoras Terena.

Atualmente existe cerca de 70 casas construídas (ver croqui da aldeia - figura 02) que abrigam aproximadamente 300 pessoas. Os *troncos* fundadores e seus descendentes ocupam a área central, que é cortada por uma estrada principal e aonde está localizada a Escola Municipal, o Posto de Saúde, as duas primeiras igrejas evangélicas - a Igreja Assembleia de Deus e a Igreja Assembleia de Deus "Ministério

---

<sup>31</sup> Para melhor compreensão, verificar o esquema genealógico do senhor Basílio Jorge na página 84.

do Rio de Janeiro", ambas fundadas há mais de 25 anos. A via principal também dá acesso aos meios de transporte público, como as linhas de ônibus que fazem o transporte coletivo para a cidade de Sidrolândia (três vezes por semana), para os estudantes das universidades (UCDB, UFMS e UEMS) e para os trabalhadores das indústrias da região.

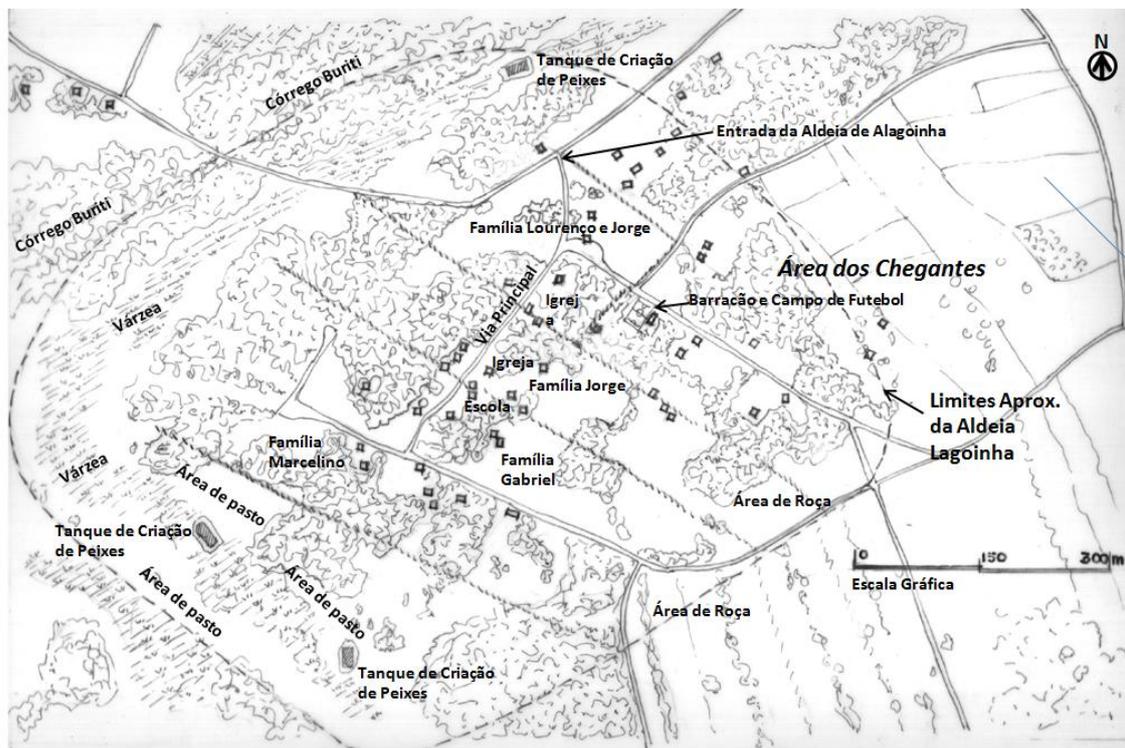


Figura 02: croqui da aldeia Lagoinha

Às margens dessa estrada estão estabelecidos os primeiros *troncos familiares* que se assentaram na região, cujos descendentes se denominam "*fundantes*". Os Terena que se estabeleceram na aldeia em tempos mais recentes são denominados "*chegantes*" e ocupam os locais mais distantes dos principais núcleos sociais da aldeia e que antes eram destinados ao plantio, criação de animais e reserva de mata. Tais categorias serão mais bem descritas e analisadas posteriormente; no momento me ateno a descrever a característica física dos espaços ocupados.

O barracão aonde acontecem as reuniões e os acontecimentos sociais, em que participa toda a comunidade, encontra-se localizado bem no centro da aldeia. Nesse local aconteceram, durante o período de observação etnográfica, reuniões com candidatos a cargos políticos no município de Sidrolândia, a comemoração do Dia do Índio e algumas reuniões do cacique com o seu Conselho.

Os *troncos familiares* ocupam hoje cerca de seis hectares cada um, distribuídos entre o *tronco original* (o casal mais velho), seus filhos e netos, para construírem suas moradias, criarem seus animais e aonde algumas famílias cultivam pequenas roças de meio a um hectare. Os que possuem menor número de parentes ocupam um espaço menor. A condição para usufruir de um maior ou menor espaço é o comprometimento de zelar pelo terreno e nele produzir regularmente. As áreas destinadas ao plantio de roças estão localizadas nos arredores da aldeia e cada família nuclear, ou seja, o casal<sup>32</sup>, com sua própria casa, tem direito a, aproximadamente, um hectare para usufruto, além da sua área de moradia. Veremos mais adiante como o espaço para as roças é utilizado pelos moradores da Lagoinha.

As casas são construídas a partir de diferentes técnicas, podem ser totalmente de alvenaria, de acordo com o modelo de construção das cidades, ou de taquara, cobertas de sapé (*Imperata brasiliensis*) ou palha de Bacuri (*Attalea phalerata*), conforme descrito no item anterior. A maioria, no entanto, combina as duas técnicas de construção, erguendo, nas laterais das casas de alvenaria (algumas vezes, alguns metros distante), extensões feitas de taquara e palha de buriti, espaço que utilizam como cozinha e para a convivência da família. Verificou-se que as casas construídas de taquara são utilizadas pelos moradores recém-chegados, ou para casais novos que ainda não tiveram condições financeiras de construir com outros materiais.

Em minhas conversas e observação percebi que essa condição de moradia, muitas vezes, pode refletir o grau de estabilidade em relação ao espaço ocupado. Para os recém-chegados, construir uma casa de alvenaria, com materiais mais duradouros, significa permanecer no local por muito tempo. Contudo, o "permanecer no local" depende, além do fator econômico, de outros fatores de ordens sociais e políticas. Em outras palavras, depende da construção da relação do indivíduo ou da família que chega com os moradores mais antigos e da forma como se articula e se incorpora à vida social da aldeia. Se as pessoas que chegam conseguem construir relações de amizade e reciprocidade, portanto fazer parte de uma rede de alianças sociais e políticas com os troncos mais antigos, elas, então, se sentem mais seguras em permanecer na aldeia e podem pensar em construir moradias mais duradouras. Se a construção dessa relação não for a contento, nem para quem chega nem para quem já é do local, dificilmente as pessoas permanecem morando na localidade. Para os casais que constituíram uma

---

<sup>32</sup> No caso específico da aldeia Lagoinha, somente o casal com filhos tem direito a essa parcela "extra" de terra para cultivo de suas roças.

unidade familiar há pouco tempo, a condição para construir uma casa de alvenaria depende unicamente do fator econômico, pois as relações sociais com os seus familiares já lhes garantem o pertencimento ao local.

Assim sendo, com o crescimento populacional da aldeia através dos casamentos, nascimentos e a chegada de novos moradores, fez-se necessário uma reformulação nas relações sociais dentro da aldeia. Para os moradores mais antigos da aldeia Lagoinha, é antes de tudo, tratar com um novo elemento que chega para morar em seu território. Esse elemento, que não é novo na composição e organização social da Lagoinha, pois nela o fluxo de famílias que se mudam é constante, é denominado pelos Terena da Lagoinha como um "*chegante*". O *chegante* é, portanto, uma categoria interna do grupo, que denomina um recém-chegado que se estabelece na aldeia, sendo ele Terena ou não. Essa categoria se opõe diretamente à outra categoria, o de *fundante*, categoria criada para denominar os descendentes dos primeiros habitantes do espaço geográfico onde se encontra localizada a aldeia. Juntos, compõem a rede de alianças sociais políticas dentro da aldeia e sobre as quais passo a descrever.

## 2.2. Os primeiros *troncos* e suas *fundações*

No ano da criação da Reserva Indígena, em 1926, já haviam famílias nucleares estabelecidas na região, os *troncos fundadores*, e outras famílias chegaram, conforme relato deles mesmos e de seus descendentes, em busca de um ambiente mais adequado e que lhes estivesse disponível quando foram retirados de seus assentamentos originais e colocados na área de acomodação<sup>33</sup>. Procuraram, então, se estabelecer próximos aos recursos naturais disponíveis, como nascentes, cursos d'água e mata, geograficamente distantes uns dos outros, de forma a manter a estrutura social a que estavam acostumados.

A ocupação e uso do espaço, aonde hoje se encontra a aldeia Lagoinha, deram-se nos moldes dos assentamentos tradicionais terena, ou seja, através do estabelecimento dos *troncos familiares* em suas *fundações*<sup>34</sup>. Na memória dos moradores mais antigos, que são filhos e netos dos primeiros *troncos*, encontra-se guardado o lugar exato das primeiras moradias, assim como a lembrança de como outros chegaram, se organizaram

---

<sup>33</sup> Termo utilizado por Levi Marques Pereira para se referir ao espaço físico de uma reserva demarcada pelo SPI.

<sup>34</sup> Descrevi anteriormente o significado dessas categorias êmicas.

nos espaços e dele fizeram uso. A memória da ancestralidade, ligada ao espaço físico que os primeiros moradores ocuparam, é atualmente acionada para garantir um espaço na vida política da aldeia; por isso a importância de descrever os primeiros moradores e a forma como chegaram e se estabeleceram na Lagoinha.

Segundo os dados etnográficos levantados durante minha pesquisa e em conversas com os moradores mais velhos, havia, no período de acomodação, entre os anos de 1920 e 1930, entre nove a dez casas que abrigavam as famílias nucleares composta de pai, mãe e filhos. Eram as famílias dos senhores Manoel Marcelino, José Marcelino, João Evangelista Jorge, Silvino Gabriel, Sebastião Gabriel, Davi, Januário, João da Roça e João Pinto. No decorrer dos anos, outras famílias vieram se estabelecer no local, vindas de diversas direções. Alguns foram expulsos das áreas em que habitavam tradicionalmente, os vales e fundos da serra que, posteriormente, foram transformados em fazendas, outros nasceram na então Reserva Indígena, mas habitavam as aldeias circunvizinhas. A fala dos moradores mais antigos da aldeia Lagoinha ilustra esse período de transição na história dos Terena de Buriti e da aldeia Lagoinha, especificamente, em que seus avós, pais, ou mesmo eles, enquanto crianças, vivenciaram.

Um deles, o Sr. Vitor Marcelino (filho de José Marcelino, um dos fundadores) de 81 anos (completados no dia 15 de abril de 2012, portanto, após a entrevista), conta que seus pais sempre moraram naquela região, mas que tiveram de se mudar para a Reserva no ano de 1943, quando tinha 12 anos. Lembra-se de quando sua família foi expulsa da região aonde moravam, nos fundos da antiga fazenda Estrela, hoje fazenda Cambará, que faz divisa com a aldeia Lagoinha.

"Quando vim prá cá estava com 12 anos[...]eu to com 68 anos que moro aqui. Aqui foi triste né? Único morador que tinha era eu[...]meu pai comprou um pedacinho de casa armada aqui e nós moramos aí[...]nós fomos atropelados de fazenda[...]Fazenda Estrela. Larguemos muito faturão, mantimento, porco, galinha, nós trouxemos o que nós pudemos. Eram 24 horas prá desocupar a terra né? Não tinha jeito de trazer mantimento, galinhada, muita lavoura, canavial que nós larguemos[...]aí meu pai achou um pedaço aqui[...]Aqui era um sertão tudinho. Eu to com 68 anos que moro aqui, criei meus filhos aí[...]hoje tudo já de idade também né? Eu to com 80 anos e 60 anos de casados[...]e nós nesse pedacinho de terra que Deus deixou nós aqui[...]daqui, falei, não vou mudar[...]a gente, eu e minha patroa, veio mudando daqui uns cinquenta metros mais prá trás[...]depois falei daqui não vou mudar mais[...]e meu pai muito trabalhador né? E as coisas eram numa miséria que a gente não tinha nada, fala a verdade, nós passava pena aí[...]nós comia só mandioca, serviço era pouco, não tinha conhecimento com

ninguém, fazendeiro era pouco[...]aqueles mundão era tudo sertão aí[...]Prá mim cria meus filhos eu não parava em casa e trabalhava em fazenda por aí. Era difícil aqui[...]Além da mandioca tinha caça, pesca tinha bastante, era um farturão aquela vez né? Mas hoje em dia tem uma divisa aí e fazendeiro não deixa entrar, não quer que pesca, não quer que caça[...]"

(Sr.Vitor Marcelino, entrevista gravada em 13 de fevereiro de 2012)

Na memória do Sr. Ivo Jorge, nascido em 1945, as lembranças da época em que chegaram e se estabeleceram na localidade também permanecem vivas. Ele conta que seus pais também moravam pelas redondezas, nas fazendas vizinhas aonde trabalhavam, e tiveram que vir para o espaço da reserva quando esta foi criada. Lembra que, a princípio, a vida ali não era fácil:

"Nessa época já não havia muita caça e muitas vezes amanheci na espera de animais prá poder ter alimento. Alí (aponta para uns 700m logo a frente) era uma passagem pros animais beberem água no corgo...sempre descia capivara, anta, onça. Mas era difícil...era esse pucherinho que hoje a gente compra, mas antes a gente fervia três vezes prá poder ter uma gordurinha...A evolução na aldeia aconteceu de duas formas, uma através dos estudos e outra através das igrejas evangélicas que vieram aqui, daí que melhorou".

(Sr.Ivo Jorge, entrevista no dia 27 de março de 2012)

Durante nossa conversa, ele lembrou da época em que, junto com seu pai, derrubavam e queimavam pequenas áreas de mata para fazer as roças e ainda utilizavam a enxada de madeira, o *mukutikóti*, para limpar e fazer as covas entre os troncos queimados, que foi substituída pela de metal, quando o SPI foi criado, trazendo até eles as ferramentas feitas com esse material. Conta que a produção de alimentos nunca foi grande, era para consumo da família, e plantavam cerca de um hectare de culturas, como arroz, feijão de corda, mandioca e milho, entre outras. Apesar das pequenas áreas plantadas, disse nunca faltar uma coisa ou outra, pois, naquela época, a terra ainda não estava tão cansada.

À fala de Sr. Ivo junta-se a de D. Luíza Jorge, sua irmã. Ela conta que ouviu muito de seus pais sobre o período em que foram expulsos da Linha da Corrente<sup>35</sup>, que, pela sua lembrança, é aonde hoje se localiza a fazenda Correntes, de propriedade do Sr. Geraldo Correia, aproximadamente no ano de 1922, e se assentaram na região aonde atualmente se localiza a aldeia Lagoinha, ali permanecendo. Os irmãos formaram seus

---

<sup>35</sup> Detalhes esclarecedores sobre o estabelecimento de grupos familiares terena para além da Linha da Corrente pode ser encontrado na perícia técnica realizada por Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2012).

próprios *troncos*, se ramificaram e hoje ocupam a liderança política da aldeia através de Adiel Jorge, atual cacique, filho de D. Luiza.

Da mesma forma, nas lembranças do Sr. Sebastião Gabriel, 82 anos, um dos troncos mais antigos da Lagoinha, também havia períodos alternados de fartura e de dificuldades. Lembra-se de que, quando recém chegado ainda criança, pôde usufruir dos poucos recursos que podiam ser encontrados, como a caça e a pesca, e da dificuldade de produzir alimentos. Sendo assim, seu pai precisava trabalhar nas fazendas para complementar a alimentação da família. Desde jovem, o Sr. Sebastião acompanhava seu pai no trabalho e aprendeu com ele as técnicas de manejo do gado, tornando-se sua profissão e, com ela, pôde sustentar sua família após se casar.

O mais efusivo e vibrante, na fala sobre os tempos antigos na Reserva Indígena e depois da ocupação e assentamento na aldeia Lagoinha, foi o Sr. Basílio Jorge. Apesar de ter nascido dentro dos limites da então Reserva Indígena, na aldeia Córrego do Meio, sua memória é recheada de histórias das excursões que realizava com seu pai, seja para a coleta de frutos ou para caça. Lembra-se de um tempo em que não existiam cercas ou limites que impediam as idas e vindas em busca não só de alimento, mas do prazer em andar pelos arredores na região. Ele conta:

Quando era época de guavira a gente saía cedinho de casa e ia passear pelos matos. Ele conhecia essa região todinha e sempre sabia aonde parar. Minha mãe fazia uma matula com carne e farinha e a gente ía. Andava o dia inteiro e quando achava o lugar parava e começava a comer os frutos, deitava debaixo das árvores prá descansar e depois apanhar prá levar. Às vezes ele achava mel e a gente tirava prá levar também. Era muito bom esse tempo...

(Sr. Basílio Jorge, entrevista no dia 10/02/2012)

No entanto, assim como os demais, muito cedo ele teve de abandonar essa vida e ir trabalhar para ajudar a família. Conta que foi trabalhar sozinho em uma fazenda aos 14 anos de idade, passando bastante tempo fora da aldeia, mas retornou quando seu pai ficou doente e fisicamente impossibilitado de continuar o trabalho e de produzir na aldeia Córrego do Meio aonde morava. Mudou-se para a Lagoinha quando se casou com D. Leonora, filha do Sr. Sebastião, e ali radicou o seu *tronco*, sendo hoje uma das pessoas mais respeitadas na localidade.

As famílias citadas formam, hoje, os principais núcleos de moradia da aldeia Lagoinha. Os Marcelino, os Jorge, os Gabriel e os Lourenço são os principais *troncos*, descendentes dos fundadores da aldeia. Nota-se, em seus depoimentos, que as experiências vivenciadas, quando se assentaram no espaço, hoje aldeia Lagoinha, foram

muito parecidas. Estão guardadas em sua memória tempos de dificuldades e tempos de fartura que se alternam conforme a lembrança da experiência vivida.

A memória de fartura vem do período em que ainda podiam transitar com relativa facilidade pelo território que ocupavam antes e mesmo após a criação da Reserva Indígena em que foram acomodados. A fartura para eles está diretamente relacionada, tanto à liberdade de ir e vir e da escolha de onde se estabelecer, quanto à quantidade de alimentos que produziam ou coletavam. Ela vinha do fato de poder se deslocar a qualquer momento para pescar, caçar, coletar frutos e plantar apenas o necessário para complementar a alimentação.

O tempo das dificuldades, segundo seus depoimentos, se acentuou na medida em que as famílias cresceram e se assentaram no pequeno espaço físico a eles destinado. Se antes havia a possibilidade de estabelecer novas "*fundações*", e dar início a novos "*troncos*", agora já havia a necessidade de reformular as relações sociais baseando-se na sensível diminuição dos espaços físicos para suas moradias. O tempo de dificuldades é também lembrado como o acesso restrito aos bens de consumo a que foram submetidos quando acomodados na reserva. Vimos, na contextualização histórica, que nem todas as famílias foram beneficiadas com incentivos à produção agrícola nos espaços de suas *fundações*. Somente os grupos familiares mais próximos ao Chefe de Posto eram mais beneficiados; os mais distantes pouco recebiam, sendo necessário aos chefes das famílias saírem para trabalhar nas fazendas ao redor e, ainda assim, conseguiam pouco acesso aos bens industrializados.

Tal observação também foi realizada por Carolina Perini de Almeida (2013) em sua dissertação de mestrado, em que ela apresenta dados etnográficos colhidos junto aos Terena moradores das aldeias da Terra Indígena Cachoeirinha, na região do Município de Miranda, e na aldeia urbana Marçal de Souza, localizada na cidade de Campo Grande. Para Carolina, o "tempo antigo ou antigamente" e o "hoje em dia ou atualmente" posiciona esses dois tempos em "[...] polos opostos - positivo e negativo - e relativos, variando conforme o tema e perspectiva de quem os evoca" (ALMEIDA, 2013, p. 106).

Em muitas narrativas encontradas pela autora, o polo positivo é ocupado pelo "hoje em dia", em que o acesso aos produtos industrializados produz uma relativa sensação de fartura, já que não estão expostos às variações das colheitas. Ao mesmo tempo, segundo Carolina, eles relacionam os "tempos antigos" à fartura e abundância,

quando falam de maiores espaços e melhores condições de terras para plantio, o que lhes garantiria melhores colheitas.

Mas, assim como Carolina Perini de Almeida (2013), também penso que as narrativas das famílias, tanto da aldeia Lagoinha quanto das aldeias Terena de Miranda e Campo Grande, que dividem o tempo em "antigamente", "hoje em dia", "tempo de fartura" e "tempo de dificuldades", servem como marcos para refletir sobre outros aspectos da vida social que vão além da produção agrícola e da alimentação. A alternância dos períodos em polos opostos varia conforme "o tema e a perspectiva" de cada narrador, como bem aponta Carolina. Essa memória serve também para pensar e pesar a relação com o território, a organização das famílias, e o quanto essa relação veio se transformando no decorrer do tempo. E essa transformação é decorrente não só do meio ambiente natural, mas de todo processo histórico. Como se viu em algumas das narrativas, houve o tempo do "faturão", na fala do senhor Vitor Marcelino, com mantimentos, porcos e galinhas. E em outra fala, do senhor Ivo Jorge, "havia só um pucheirinho" e a aldeia "evoluiu" somente a partir da introdução da escola e da igreja. Esse processo histórico é, portanto, dinâmico; ele é sentido, contado e recontado a partir de diferentes perspectivas e experiências pessoais.

Complementando o pensamento acerca da descrição do período de fartura vivenciado por eles, remeto-me a Marshall Sahlins (1977), quando descreve "uma espécie de abundância material" dos caçadores coletores que habitavam o Kalahari. Para Sahlins, a aparente abundância dessa população, que aqui poderíamos chamar de fartura, dependia de fatores como: a facilidade de produção, já que todo o material necessário para a subsistência encontrava-se em grande quantidade ao redor, e o acesso aos recursos era diretamente na natureza; a simplicidade da tecnologia aplicada; e a democracia do uso da propriedade. Quando falo propriedade, refiro-me ao uso do espaço territorial ou mesmo de equipamentos utilizados na produção ou transformação dos alimentos. Assim sendo, o período de fartura, descrito pelos moradores mais antigos, relacionava-se à relativa facilidade de controle do espaço e do acesso aos recursos ambientais naturais existentes na região.

Para caracterizar esse período de fartura farei um parêntese para descrever o manejo das roças de toco, às quais se referiram em seus depoimentos, e às técnicas de construção das moradias com os materiais disponíveis no ambiente. Para isso utilizo-me de referenciais técnicos mais atuais, mas o conhecimento sobre o meio ambiente e o uso de seus recursos naturais já fazia parte dos saberes terena. A descrição da técnica de

construção das primeiras moradias foi colhida em depoimento de dois moradores da aldeia Lagoinha e ainda é utilizada por eles, como veremos mais adiante.

As roças de toco são conhecidas na bibliografia técnica como "agricultura de pousio" (Alexandre Siminski e Alfredo Celso Fantini, 2007) ou "sistema de derrubada e queimada" (Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, 2010). Nesse sistema, a área de cultivo, a roça, pode ser utilizada por cerca de seis a oito anos, com culturas anuais ou bianuais e consiste, basicamente, em retirar a vegetação que cresce abaixo das árvores maiores e fáceis de abater, sendo que não é um desmatamento integral, porque não se realiza a destoca nem uma limpeza sistemática do solo. Para Mazoyer e Roudart (2010), nesse sistema, a recuperação da vegetação é mais rápida, pois muitos troncos das árvores derrubadas continuam vivos, a partir dos quais os brotos se formam rapidamente e se misturam às árvores que continuaram de pé para reconstituir progressivamente uma formação arbórea secundária. Ainda, segundo os autores, em algumas populações de caçadores/coletores que praticaram esse sistema, havia o hábito de fazer apenas um cultivo por vez, destinado a suprir as necessidades calóricas mais imediatas.

Tal afirmação vai ao encontro da fala dos Terena da Lagoinha, quando estes apontam que a agricultura praticada era voltada apenas ao consumo interno das famílias, em pequenas áreas e com poucas espécies plantadas, como o arroz (*Oriza sativa L.*), o feijão comum (*Phaseolus vulgaris L.*), o feijão de corda (*Vigna unguiculata*) e o milho (*Zea mays*). Era, portanto, do ponto de vista ecológico, um sistema autossustentável, em que a fertilidade do solo ia se recompondo na medida em que deixava de ser usado.

A explicação técnica do manejo de uma agricultura como a praticada pelos Terena dá uma ideia do quanto seus sistemas de produção agrícola eram eficientes e lhes garantiam a subsistência. Mas a prática tem uma data de validade, na medida em que não é feita a rotatividade das culturas para deixar a terra "descansar". Ou seja, mesmo sendo um pequeno número de famílias que habitaram inicialmente aquela região, não conseguiram usufruir muito tempo dos recursos ambientais naturais, pois a falta de rotatividade das culturas e o plantio em um mesmo local, sem o devido manejo de adubação ou correção de solo, logo a esgotaram.

Suas casas eram construídas a partir da matéria-prima encontrada na região e abundante naquele período: a taquara (ou bambu), o sapé (*Imperata Brasiliensis*) e o barro retirado do próprio local. Segundo as descrições de dois de meus interlocutores, o Sr. Galdêncio Canhete e o Sr. Adelor Honorato Lopes, (que ainda utilizam esse conhecimento na obtenção desses materiais), a coleta desses materiais para a

construções obedecem a certos critérios<sup>36</sup>. A taquara deve ser colhida quando estiver "madura" e pronta para bater; isso quer dizer que seu aspecto físico deve possuir uma coloração mais amarelada, sua textura mais lisa, sem possuir farpas. É imprescindível não colhê-la (nem qualquer outro tipo de madeira) durante os dias de lua nova, sendo recomendável que seja tirada durante a lua minguante para não criar "caruncho"<sup>37</sup>. Após a colheita, ela é cortada na medida do pé direito da casa e batida para que se abra e forme uma prancha que pode variar de 20 cm a 40 cm de largura. Depois é empilhada para que seque e, posteriormente, seja usada na construção das paredes.

Antigamente (como eles mesmo disseram), as pranchas formadas eram amarradas umas às outras com cipó ou embira<sup>38</sup>, até que chegasse à altura desejada; para "oitões"<sup>39</sup> é possível chegar a uma altura de até quatro metros, enquanto para as paredes, a altura fica em torno de dois metros. Atualmente são utilizados pregos para fazer a fixação das pranchas nas madeiras. Segundo o Sr. Galdêncio Canhete, nos anos anteriores fazia-se uma barreira para impedir a entrada de insetos com a mistura de barro e capim, colocada entre o capim e a taquara. Nos dias atuais, espalham "óleo queimado" e borrifam, periodicamente, o produto químico - comumente conhecido como "Barragem" - na taquara e na palha para evitar os insetos (Foto 01).

---

<sup>36</sup> Nos dias atuais, poucas casas fazem uso dos mesmos, seja pela mudança do tipo de material utilizado nas construções, seja pela perda da matéria-prima, como o sapé, que não se encontra mais na Lagoinha nem nas proximidades.

<sup>37</sup> Nome comum dado a insetos cujas larvas perfuram a madeira ou alimentos, reduzindo-os a pó.

<sup>38</sup> Tipo de corda rústica feita de fibras de madeira, cuja casca, quando desfiada e enrolada, fornecem fibras fortes e usadas para o amarrio. O sr. Galdêncio me fala que a melhor árvore para fazer a embira é o Jequitibá (*Cariniana legalis*).

<sup>39</sup> Em construções com telhados de duas águas, representa a porção triangular por cima do forro (também designado como pé-direito).



Foto 01 - Casa da Lagoinha que representa a forma como as casas eram construídas nos períodos anteriores.

Nos primeiros anos do assentamento dos moradores na região, ainda encontravam o sapê (*Imperata brasiliensis*)<sup>40</sup> e o utilizavam na cobertura das construções. Davam preferência à espécie que nascia nas várzeas, porque era mais fino, de mais fácil manejo e tinha maior durabilidade. Era colhido com um cutelo, instrumento de colher arroz, quando suas folhas apresentavam um aspecto amarelado, indicando que estava maduro; geralmente tinham de um metro e meio a dois metros de altura. Colocavam-no para secar no próprio local onde era colhido, ou levado para as casas e esparramado pelo pátio. Depois de seco, faziam feixes de, aproximadamente, dois palmos e meio por dois palmos e meio. Após o processo de amarrão dos feixes, era feita a limpeza e "tirava-se a barba do sapê". Os feixes eram, então, colocados e amarrados a ripas feitas de taquara dispostas no telhado, a cerca de dez a vinte centímetros umas longe das outras (Foto 02). Conforme disseram, para um ambiente de quatro metros por quatro metros, eram necessários mais ou menos vinte feixes.

---

<sup>40</sup> Espécie de capim que é considerada uma planta indicadora, ou seja, nasce espontaneamente em uma determinada região que possui solo e clima específico. No caso do sapê, é encontrado em solos ácidos, temporariamente encharcados e pode indicar a deficiência de magnésio no solo (fonte: [www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br](http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br)). Pode-se inferir que o fato de não ser mais encontrado na região está relacionado ao manejo das nascentes que estão secando. Desaparecendo as áreas de várzea, desaparece também o sapê.



Foto 02 - Modelo de cobertura feito de sapê.

Atualmente, como não existe mais sapê na região, utilizam a palha do Bacuri<sup>41</sup> (*Attalea phalerata*) para fazer as coberturas. Por ter uma folhagem mais comprida, menos ripas de taquara são necessárias, portanto é menos trabalhosa. Esta palha é colocada verde sobre os telhados, sobrepondo-se umas às outras, sem necessidade do amarrio.

Vimos assim que, em suas memórias, alternam tempos de fartura e tempos de dificuldades. Essa memória é relativa, considerando o tempo e as pessoas que a produziram. O momento de fartura é relacionado à quantidade e disponibilidade de recursos ambientais naturais existentes, assim como ao seu relativo acesso. Os tempos de dificuldades referem-se ao período em que foram colocados na Reserva Indígena e aonde o espaço para as atividades agrícolas foi sensivelmente diminuído, assim como a liberdade de exploração dos recursos naturais fora do limite da Reserva. Foram unânimes em dizer que, nos primeiros anos de plantio de suas pequenas roças, produziram muito bem, com abundância. Mas, na medida em que os anos passavam, o

---

<sup>41</sup> Palmeira baixa e robusta cujas folhas são usadas tanto na cobertura de construções quanto para artesanato. Seu fruto é alimento para muitos animais. Atualmente não existe mais essa palmeira no espaço da aldeia Lagoinha; quando necessitam dela se deslocam para uma das fazendas que está em processo de demarcação.

solo se esgotava e não havia possibilidade de mudar de local, à maneira tradicional das roças de toco, declinando sensivelmente a produtividade agrícola da região.

### 2.3. As categorias *fundantes* e *chegantes*

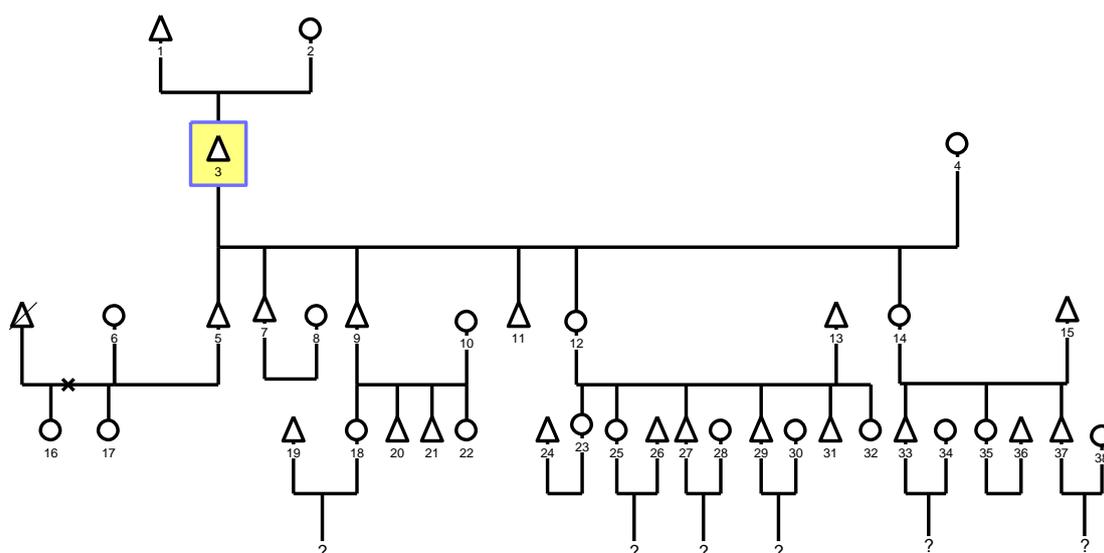
Ao descrever os primeiros moradores da aldeia Lagoinha, mencionei brevemente que estes utilizam a memória dos *troncos* mais antigos e sua relação com a *fundação*, para garantirem uma posição no cenário político da aldeia. Assim sendo, as pessoas mais velhas e os mais jovens, ao se identificarem com um *tronco* que primeiro habitou a região, estão emprestando para si a condição de fundadores da aldeia, ou como eles mesmos se denominam, são pertencentes às famílias dos *fundantes*.

Ao acionarem essa categoria estão, também, atribuindo a si um valor e se colocando em uma posição diferenciada em relação aos outros moradores, de maior prestígio e estatus. Assim, os *fundantes* ocupam os espaços centrais da aldeia e estão nas posições mais altas da administração local, caso do cacique Adiel, que é filho e neto de fundadores da aldeia. Mas a formação de alianças entre os *fundantes* é complexa, pois cada pessoa ou família, que toma para si esse atributo, está ligada à figura de um *tronco* e seu modo de vida particular. O *tronco*, como vimos anteriormente, é propagador de um estilo de vida, que desenvolve, em sua *fundação*, sua própria forma de sociabilizar e manter os padrões de conduta de seu grupo familiar. Quando há grandes diferenças entre os modos dos *troncos* gerirem as relações em seu grupo, a formação de aliança política torna-se quase impossível, mesmo sendo um parente consanguíneo muito próximo.

Em uma de minhas conversas com um dos *troncos* que se considera *fundante* da aldeia Lagoinha, fica clara a diferença de visão entre um e outro *tronco*, na forma como a aldeia deveria ser administrada. Para meu interlocutor, a aldeia evoluiu muito com a chegada das igrejas evangélicas e com a formação dos jovens através dos estudos, segundo suas próprias palavras. Ele fez menção a outro *tronco* que estaria vivendo no passado, querendo que a aldeia retorne à época de seus antepassados, "[...] no tempo da caça e da pesca, isso não dá mais[...]", me disse ele, "[...] precisamos de mais projetos e mais estudos para a aldeia continuar evoluindo". A aparente oposição entre os dois *troncos* nada mais é do que a diferentes perspectivas e possibilidades visualizadas por eles em suas relações com as agências do entorno e o meio de como alcançar seus objetivos.

As relações políticas entre os diferentes troncos se acentuam, na medida em que os grupos familiares crescem. O espaço territorial da aldeia Lagoinha é pequeno e seus moradores são, em sua maioria, parentes consanguíneos e por afinidade; os *troncos familiares* não conseguem gerir seus assuntos internos sem afetar o outro *tronco*. Assim, a formação das redes de alianças políticas entre eles tornam-se tensas na maior parte do tempo. Para contornarem esse impasse, os *fundantes* que possuem ambições políticas ampliam o círculo de pessoas com quem convivem diariamente, atraindo para sua rede de alianças os novos moradores, os *chegantes*. Apresento a seguir os esquemas genealógicos das famílias do senhor Vitor Marcelino, do senhor Ivo Jorge e sua irmã Luiza Jorge que se identificam como pertencentes às famílias *fundantes* da aldeia.

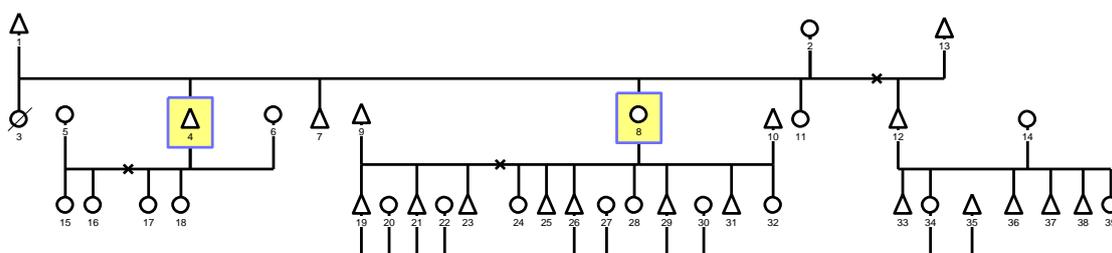
**Esquema Genealógico de Vitor Marcelino - (Fig.03)**



1-José Marcelino	15- João Gabriel	29-Alex Canhete
2-Marcelina Feliciano	16-Não informado	30-Não informado
3- Vitor Marcelino	17-Não informado	31-João Vitor Canhete
4-Antonia Jorge Marcelino	18-Leonir Antonio	32-Valéria Canhete
5-José Marcelino	19-Nardélio	33-João César Gabriel
6-Doralice Pinheiros	20-Ednei Antonio Marcelino	34- Letícia Gabriel de Souza
7-Fábio Marcelino	21-Edmar Marcelino	35-Vânia Gabriel
8- Martina Pinto	22-Edlane Marcelino	36-Não informado
9- Sidney Marcelino	23-Luciane M. Canhete	37-Júnior Gabriel
10-Margarida Antonio	24-Pedro	38-Renatiele Jorge Gabriel
11-Damarcindo Marcelino	25-Lucélia Marcelino	
12-Guilhermina Marcelino	26-Júnior de Castro	
13-Gaudencio Canhete	27-Eliezer Canhete	
14-Leontina Marcelino	28-Nariane Jorge Gabriel	

O senhor Vitor Marcelino é filho de José Marcelino, considerado um fundador da aldeia Lagoinha, pois nos dados levantados junto aos moradores mais antigo seu nome aparece como um dos primeiros moradores daquela região. Seu pai, o senhor José Marcelino, era morador das regiões das furnas, "nos fundos da fazenda Estrela", como disse seu filho, atualmente fazenda "Furnas das Estrelas". Mudaram-se para a Lagoinha em meados dos anos de 1943. Ele é casado com dona Antonia Jorge Marcelino, prima-irmã do senhor Basílio Jorge. Através dessa relação de consanguinidade formaram importante rede de relações entre os *troncos* Marcelino e Jorge.

**Esquema Genealógico de Ivo e Luzia Jorge - (Fig.04)**



1-João Evangelista Jorge	17-Fátima Jorge Gabriel	33-Enoque Lourenço
2-Ernestina Marcelino	18-Ivaléia Jorge	34-Kédima Gabriel Lourenço
3-Clementina Jorge	19-Gérson Marcelino Gabriel	35-Cipriano Honorato Pereira
4-Ivo Jorge	20-Zemira Marcelino Gabriel	36-Marcelo Lourenço
5-Não informado	21- Jessé Marcelino Gabriel	37- Kennedy Lourenço
6-Ana Maria Jorge	22-Rosimar Jorge Lopes	38- Wellinton Lourenço
7-Antonio Jorge	23-Nilson Marcelino Gabriel	39-Maristela Lourenço
9-Mauricio Gabriel	24-Mª Inês G. Marcelino	
10-Firmino Franco	25-Jasiel Marcelino Gabriel	
11-Marcelina Jorge	26-Adiel Marcelino Gabriel	
12-Clemente Lourenço	27-Edna Antonio Jorge	
13-Tomé Lourenço	28-Rubenita M. Gabriel	
14-Marilene Gabriel	29-Gesaias Jorge Franco	
15-Neuza Jorge Gabriel	30-Ednamax Nohr Franco	
16-Ivone Jorge Gabriel	31-Elias Jorge Franco	

O senhor Ivo Jorge e dona Luiza Jorge são irmãos e únicos da família que ainda moram na aldeia. Dona Ernestina Marcelino, mãe do casal, ainda é viva e segundo os dois irmãos, ela tem hoje 104 anos de idade. Segundo o senhor Ivo Jorge, seu pai sempre morou naquelas redondezas e portanto, é um fundador. Das filhas do senhor Ivo que aparecem no esquema genealógico, somente uma, Ivaléia Jorge, mora na Lagoinha.

Junto com a dona Luiza Jorge forma uma das forças políticas locais, mas como sua rede de parentesco consanguíneo é menor, realiza suas alianças com os *chegantes*. No espaço de suas fundações encontra-se uma das igrejas evangélicas mais frequentadas na aldeia, a Igreja Assembleia de Deus.

É comum entre os Terena da aldeia Lagoinha se referir a uma pessoa, casal ou família nuclear que procura se estabelecer na aldeia como um *chegante*. Ele pode ser tanto indígena terena ou de outra etnia, quanto um branco, um *purutuye*. No caso da Lagoinha, todos os *chegantes* com quem conversei são ligados a moradores mais antigos por laços de consanguinidade e afetividade. São filho(a)s, genros, noras, irmãos ou viúvas de um morador mais antigo, que procuram um espaço físico para se estabelecer, e se for próximo à família muito melhor. Em geral os *chegantes* não pertencem aos *troncos fundadores*, e são assim considerados, independente do tempo que estão morando na aldeia ou na Terra Indígena.

Mesmo casais antigos e reconhecidamente importantes na história dos Terena da Terra Indígena Buriti são designados como *chegantes*, como D. Olga Bueno, 91 anos, e seu esposo Sr. Manoel Lemes, 80 anos, que vieram morar na Lagoinha em meados do ano de 2011, vindos de Campo Grande. Os dois são descendentes diretos dos primeiros *troncos* que habitaram as furnas da região da serra de Maracaju e depois da Terra Indígena, e ainda possuem lembranças vívidas dos períodos anteriores ao assentamento em Buriti.

Porém, ao longo da vida, o casal mudou-se constantemente por variados motivos. O último deles, que os levou a morar na capital do Estado, Campo Grande, foi para tratar da saúde de D. Olga e estar mais perto dos filhos e netos. Quando decidiram voltar para Buriti, se estabeleceram na aldeia Lagoinha, aonde três de seus filhos já moravam há cerca de dez anos, trazendo consigo sua filha mais velha e seu esposo. Assim como eles, outras famílias Terena, como a do Sr. Tertuliano e D. Conceição da Silva, Sr. Sebastião e D. Ana Roseli Pinheiro, moradores antigos de outras aldeias que se mudaram para a Lagoinha, são considerados *chegantes* na aldeia.

Para se estabelecer na aldeia Lagoinha, os *chegantes* devem primeiro consultar a liderança política instituída, o cacique e seu Conselho. Caso seja aceita sua permanência, a eles é designada uma área para a construção da moradia e plantio da roça. Geralmente se estabelecem próximos ao parente consanguíneo que já morava ali anteriormente. Segundo relato do Sr. Aleixo Madureira, genro de D. Olga e Sr. Manoel, um não índio e um dos últimos a chegar à aldeia, eles passam por um período probatório

de dois anos, em que devem demonstrar interesse de participar da vida comunitária e de obedecer às regras sociais locais de boa convivência.

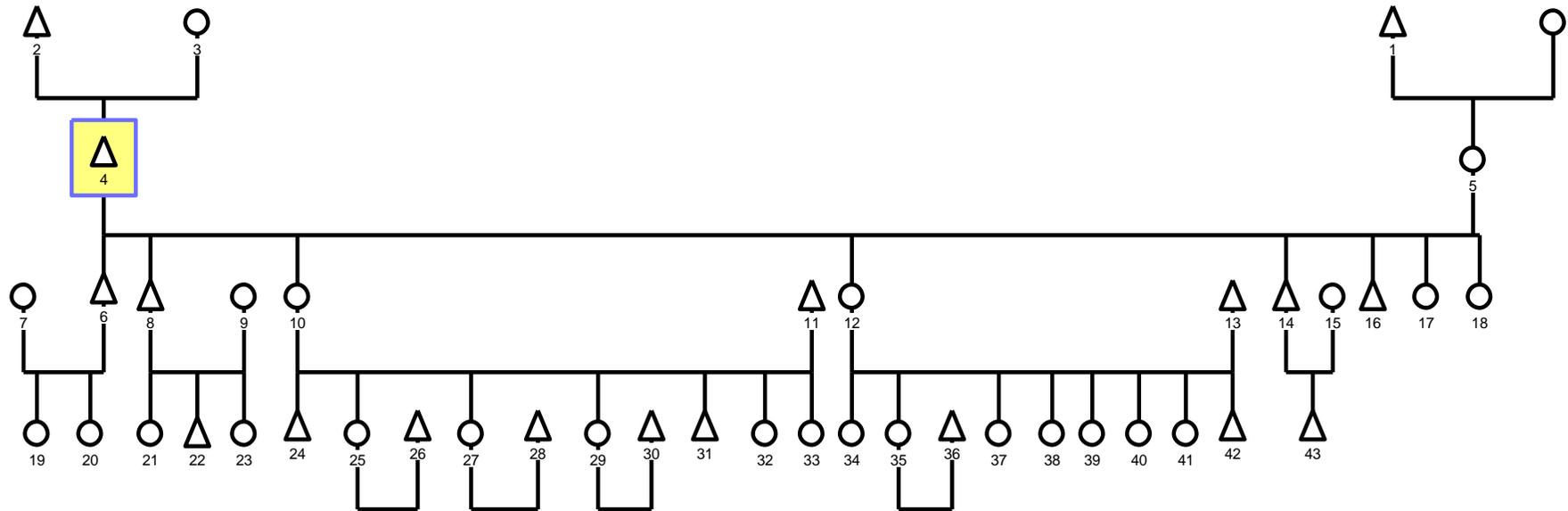
A participação na vida comunitária se traduz em apoiar toda iniciativa da liderança, seja para realizar trabalhos braçais que necessitam de um grande número de pessoas, seja para participar de reuniões, aonde a popularidade do cacique é testada. Em uma das ocasiões que estive presente, os *chegantes* deveriam se voluntariar para participar no plantio do feijão, realizado na área de retomada, e nos trabalhos de organização do Dia do Índio, onde sua força física fosse necessária. Também foram convidados a ouvir o discurso do futuro candidato à Prefeitura de Sidrolândia, ocasião em que o cacique demonstraria sua força através da reunião de um grande número de pessoas.

Para alguns dos *troncos* mais antigos da Lagoinha, a figura do *chegante* não é vista com bons olhos. O fato de serem pessoas ou famílias que não conseguiram se estabelecer em um mesmo local por um longo período, segundo suas próprias palavras, demonstra que "não se deram bem em outros locais", ou "não tem compromisso com nada". Na visão desses *troncos* "...eles chegam, se estabelecem, formam alianças entre si ou com algum outro morador mais antigo e buscam o poder".

O *chegante* torna-se, portanto, um elemento importante, mas controverso na dinâmica das relações sociais na aldeia Lagoinha. Através de seu trabalho e participação na vida comunitária adquire o direito de morar na localidade, reitera o poder da liderança na medida em que apoia suas decisões, e se beneficia com isso. Ao mesmo tempo, não possui o vínculo tradicional com as famílias descendentes dos *troncos* originários, o que não lhes permite se integrar totalmente à vida social da aldeia e desenvolver um senso de pertencimento.

Veremos dois esquemas genealógicos que representam algumas famílias *chegantes* da Lagoinha, a do senhor Basílio Jorge e de dona Olga Bueno. Apesar de serem moradores antigos da região e suas famílias consideradas "tradicionais", os que pertencem às famílias de *fundantes* não os reconhecem como tal.

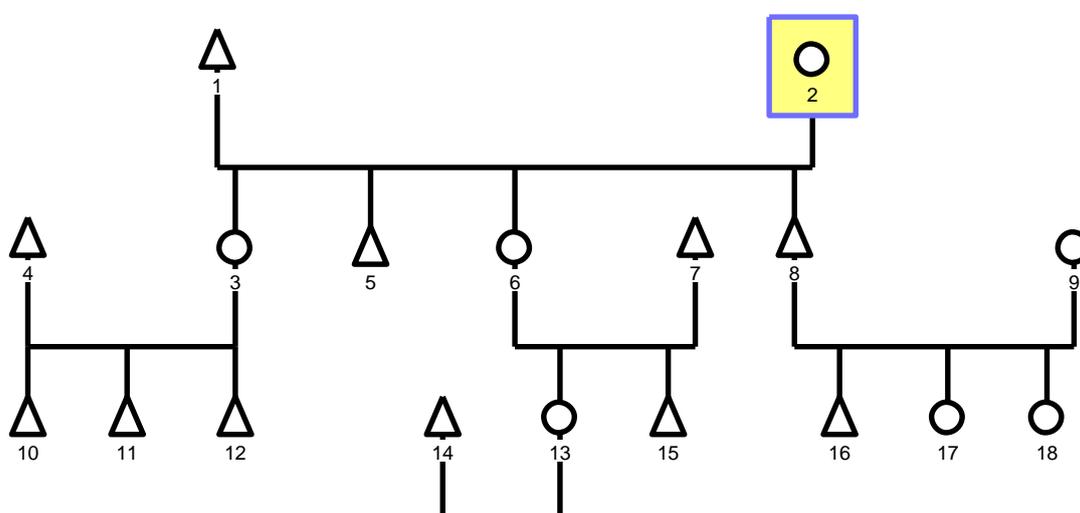
**Esquema Genealógico de Basilio Jorge - (Fig.05)**



1-Sebastião Gabriel	10-Remilda Jorge Clementino	19-Regiane Clementino Jorge	28-Wilson Oliveira R. de Freitas	37-Liliane Jorge da Silva
2-Justiniano Jorge	11-Josíbio Clementino	20-Etienne Clementino Jorge	29-Renatiele Jorge Clementino	38-Lilian Jorge da Silva
3-Helena Bueno	12-Rosemilda Gabriel Jorge	21-Andressa C. Jorge	30-Junior Gabriel	39-Lilaine Jorge da Silva
4-Basilio Jorge	13-Tertuliano da Silva	22-Paulo César C. Jorge	31-Alessandro Jorge Clementino	40-Glenda Jorge da Silva
5-Leonora Gabriel Jorge	14-Japão	23-Ana Júlia C. Jorge	32-Laura Jorge Clementino	41-Raissa Jorge da Silva
6-Assir Gabriel Jorge	15-Juliana Clementino	24-Josimar Gabriel Clementino	33-Taeme Jorge Clementino	42-Luan Jorge da Silva
7-Jocimara Clementino Jorge	16-Enéas Jorge	25-Jucineide G. Clementino	34-Terli Jorge da Silva	43-Wesley Clementino Jorge
8-Alcione Gabriel Jorge	17-Ednéia Jorge	26-José Carlos de Assis	35-Terliane Jorge da Silva	
9-Jucélia Clementino Jorge	18-Josiane Jorge	27-Neuza Jorge Clementino	36-Não informado	

A família do senhor Basílio Jorge é uma das mais antigas de região das franjas da Serra de Maracaju, e foi citada diversas vezes no laudo pericial realizado no ano de 2003 pelos peritos Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira. Consta no referido laudo que o senhor Basílio nasceu nas proximidades do córrego do Cedro e sua família foi expulsa da região na década de 1940, ocasião da chegada de ocupantes não índios. A área da Terra Indígena em que sua família se acomodou foi a região onde hoje se encontra a aldeia Córrego do Meio. Ele só veio se estabelecer na aldeia Lagoinha após seu casamento com dona Leonora Gabriel Jorge, por isso é considerado por algumas famílias como um *chegante*.

**Esquema genealógico de Olga Bueno - (Fig.06)**



1-Manuel Lemes da Silva	7-José Alfredo de Oliveira	13-Simone da Silva Oliveira
2-Olga Bueno da Silva	8-Otalésio Lemes de Oliveira	14-Carlos Inácio
3-Oraide Lemes S. Carvalho	9-Hilda Pereira	15-Douglas da Silva Oliveira
4-Aleixo Madureira de Carvalho	10-Não informado	16-Rodrigo Pereira da Silva
5-Romualdo Bueno Moraes	11- Não informado	17-Leandra Pereira da Silva
6-Joana Lemes de Oliveira	12- Não informado	18-Luciana Pereira da Silva

O laudo pericial citado acima também trás a descrição da família do senhor Manuel Lemes da Silva. No laudo consta que sua família habitava a região conhecida como Furnas dos Cabeludos, em menção ao seu pai que era descendentes de índios Terena e Guaicurús e tinha o costume de usar cabelos compridos. Já o *tronco* de dona Olga Bueno da Silva, sua esposa, encontrava-se radicado na aldeia Córrego do Meio, onde o casal se estabeleceu depois do casamento. Conforme dito anteriormente, devido a problemas de saúde de dona Olga, o casal mudou-se para a cidade de Campo Grande aonde viveu durante muitos anos. Com a melhora de dona Olga decidiram retornar para

a Terra Indígena Buriti e vieram se estabelecer na aldeia Lagoinha onde moravam três de seus quatro filhos. Apesar dos dois serem bastante conhecidos na região por serem descendentes dos primeiros moradores, na aldeia são conhecidos como *chegantes*.

O casamento entre pessoas pertencentes a diferentes *troncos* sempre foi uma prática constante na etnia Terena. Prática essa que permite o crescimento e fortalecimento da rede de relações e alianças interfamiliares. Segundo Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2012), essa característica atua no sentido de assimilar ou integrar as famílias egressas,

"[...] permitindo a diluição, em poucos anos, da distinção entre os *troncos* que ocupavam a região desde longa data e aqueles que ali se estabeleceram em data posterior. Assim, todas as famílias passam a se considerar e ser consideradas como pertencentes ao local, já que são todos parentes". (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012, p. 140)

Ainda segundo os autores, a distinção entre *troncos* que habitavam a região desde longa data e aqueles que ali se estabeleceram em data posterior poderia produzir um distanciamento entre as famílias, o que dificultaria a resolução de conflitos inerentes à vida social. Percebe-se que é exatamente o que ocorre atualmente na aldeia Lagoinha. Os indivíduos ou casais pertencentes a outros *troncos*, diferentes dos *troncos* fundadores, e que vieram se estabelecer posteriormente na aldeia, acabam por adquirir esta distinção de *chegantes*, como é o caso do senhor Basílio e de dona Olga Bueno.

Porém, cabe registrar que a relação entre as duas categorias é manejada politicamente, como veremos no próximo item, pois ela é mais acionada quando os indivíduos possuem objetivos relacionados à obtenção do poder político local. Existe também uma temporalidade em seu uso, os mais velhos acionam muito mais as categorias *fundantes* e *chegantes*, que os mais jovens, principalmente quando querem reforçar seu vínculo com o espaço territorial.

## 2.4. Organização política da aldeia Lagoinha - Os mais jovens e a ancestralidade

A juventude parece ser a peça chave na nova composição da organização política na aldeia. Eles são maioria entre os moradores da aldeia e na atual liderança, fazendo parte no Conselho Tribal do cacique eleito.

A partir dos dados colhidos em campo, nas entrevistas realizadas nas casas com as famílias e com os professores da escola local, fiz um levantamento aproximado das principais faixas etárias dos moradores da Lagoinha. Neste levantamento, que transformei em uma tabela (quadro 02) pude identificar algumas características da afirmação feita no parágrafo anterior. Essa divisão etária não seguiu nenhum padrão de pesquisa estatística, como a realizada pelo IBGE, por exemplo, foi feita a partir do levantamento dos dados de meu caderno de campo e separadas conforme maior repetição nas amostragens. E, como dito anteriormente, não levantei todos os nomes das crianças ou adolescentes, esses dados foram colhidos junto ao cacique, que é professor do ensino básico da escola local.

Assim sendo, vê-se que a Lagoinha pode ser considerada uma aldeia composta, em sua grande maioria, por jovens. Nela, as pessoas com mais de 60 anos, e que são por eles considerados os anciãos e os *troncos* mais antigos da aldeia, são menos de 7% do total de moradores. A grande maioria da população é considerada jovem, levando em conta os parâmetros da nossa sociedade que considera a mulher acima de 60 anos como idosa e o homem a partir do 65 anos.

Quadro 02: Tabela com a divisão etária aproximada da aldeia Lagoinha

<b>Idade</b>	<b>Número de pessoas(aproximado)</b>
70 anos ou mais	05 pessoas
Entre 60 e 70 anos	15 pessoas
Entre 40 e 60 anos	40 pessoas
Entre 20 e 40 anos	60 pessoas
Entre 15 e 20 anos	65 pessoas
Entre 12 e 15 anos	40 pessoas
Entre 08 e 12 anos	25 pessoas
Entre 05 e 08 anos	30 pessoas
Menos de 05 anos	15 pessoas

Os dados referentes às pessoas que frequentam algum tipo de unidade educacional são: dos jovens entre 20 e 35 anos, cerca de 50% deles concluíram o Ensino Médio; cinco pessoas possuem grau universitário em alguma área do conhecimento

como Pedagogia, História, Matemática e outros cinco estão frequentando os cursos de (além dos já mencionados) Enfermagem e Administração. A escola municipal localizada na aldeia serve ao Ensino Fundamental e atende cerca de quarenta crianças, desde a pré-escola até o quinto ano, cujas idades variam entre cinco a onze anos.

Segundo Adiel, o cacique, em uma conversa por telefone, recentemente, a aldeia já possui uma extensão do EJA<sup>42</sup>, e cerca de sessenta e sete alunos acima de dezoito anos frequentam as duas salas de aula da escola local, no período noturno e estão divididos em duas turmas, uma que vai do quinto ao sexto ano, e outra do sétimo ao oitavo ano. E ainda, conforme Adiel, para o ano que vem é esperada a abertura de uma sala para atender alunos do primeiro ano do Ensino Médio.

São os jovens que estão hoje à frente de quase toda atividade econômica da aldeia que não seja ligada à agricultura ou de gestão da terra. Eles são professores da escola local, técnicos em enfermagem, agentes de saúde, trabalhadores nas indústrias locais, entre outras funções. São agentes ativos da economia da aldeia e de seus círculos familiares, sendo este um dos aspectos sociais que se transformou no decorrer do tempo.

No entanto, nem todos os jovens com quem conversei têm interesse de entrar no jogo político da aldeia. Mas aquele, cujo desejo se encontra latente, acha-se preparado para entrar no jogo. Em geral, esse jovem é descendente de um *fundante* (portanto ligado às tradições locais), ele estudou ou está estudando, o que lhe garante lidar com os códigos do mundo que o rodeia, e possui um emprego fora do círculo familiar. É esse jovem que ocupa a posição de líder político, ele é o cacique, e o seu Conselho Tribal é composto basicamente por jovens. Mais adiante descrevo como se dá a escolha do cacique e seu Conselho e como ele está composto, baseada nos dados apresentados.

Antes de apresentar a liderança política da aldeia Lagoinha, abro um parêntese para explicar, brevemente, como essa configuração política aconteceu nas aldeias terena. Para Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2012), a eleição de um cacique está relacionada ao período de acomodação dos *troncos* que viviam nas redondezas da Serra de Maracajú, dentro da área demarcada pelo SPI e da implantação da sede administrativa do Posto Indígena Buriti. Segundo os autores "[...] A atuação do SPI impôs a aldeia como unidade administrativa, dirigida por um cacique escolhido pelo Chefe de Posto". (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012, p. 226). Ou seja, tradicionalmente não havia caciques eleitos, e sim a figura de um líder do grupo

---

<sup>42</sup> Programa do Governo Federal direcionado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) cujo objetivo é ajudar jovens e adultos a concluir o Ensino Médio e o Fundamental.

familiar, os troncos. A eleição de um cacique foi uma imposição do SPI para administrar todos os diferentes troncos que foram acomodados dentro da área demarcada de dois mil e noventa hectares. Atualmente, o cacique não é mais nomeado pelo Chefe de Posto, ele é eleito exclusivamente pelos moradores, e todas as aldeias que compõem a TI estão sob a jurisdição do Posto Indígena Buriti (cujo chefe é funcionário da FUNAI, não necessariamente índio).

Ainda segundo os autores citados acima, a figura do cacique mantém a aldeia como uma unidade administrativa e ele é responsável, internamente, por gerenciar os interesses, muitas vezes conflitantes, entre os diversos *troncos* que a compõem e, no nível externo, é responsável por representar a comunidade da aldeia junto aos órgãos públicos e entidades da sociedade civil com os quais se relacionam.

Na aldeia Lagoinha, a escolha do cacique e de seu Conselho Tribal acontece a cada dois anos através de uma eleição entre os moradores da aldeia, aonde todos podem votar independente do fato de ser morador mais antigo ou não. De acordo com as informações prestadas pelo cacique, a pessoa que for eleita pode ser afastada do cargo, caso a comunidade assim o decida e, se isso acontecer, nova eleição é convocada. Foi o que sucedeu ao mandato do cacique anterior, o senhor Fábio Marcelino. Na ocasião haviam dúvidas por parte dos moradores quanto à gestão dos recursos financeiros recebidos de uma indenização e destinados à aldeia Lagoinha. Como não chegaram a um consenso quanto às explicações de onde o recurso havia sido gasto, decidiram pedir o afastamento do cacique de seu cargo e com ele todo o Conselho Tribal convocado.

Na eleição vota-se apenas no nome do cacique, depois este nomeia o Conselho Tribal que irá compor a liderança política que é, em geral, composta por membros de sua família e pessoas que compõem a rede de alianças ligada ao seu *tronco* familiar. A composição da liderança política na aldeia Lagoinha à época da pesquisa<sup>43</sup>, e que foi eleita para os anos de 2011 e 2012, era a seguinte:

- Cacique: Adiel Marcelino (29 anos, neto e sobrinho de fundadores da aldeia)
- Vice-cacique: Nardélio (27 anos, é *chegante*, sua família mora na aldeia Córrego do Meio, mas é casado com a neta de um dos fundadores da Lagoinha)

---

<sup>43</sup> Depois de meu trabalho de campo, o Sr. Basilio Jorge, uma das lideranças mais antigas da Lagoinha e da TI Buriti como um todo, foi reeleito como cacique em janeiro de 2013, centralizando em sua pessoa as duas formas de liderança. Até esse momento ainda não retornei à aldeia para observar como estão as relações entre eles, a partir dessa nova eleição.

- Conselho Tribal:
  - ✓ Presidente: João César Gabriel (26 anos, neto de um dos fundadores)
  - ✓ Vice-Presidente: Jessé Marcelino (37 anos, irmão do cacique)
  - ✓ 1º Secretário: Carlos Inácio (33 anos, filho de *chegantes*)
  - ✓ 2º Secretário: Arcenio Gabriel (30 anos, neto de fundadores)
  - ✓ Tesoureiro: Gérson Marcelino (49 anos, irmão do cacique)

Ainda compõem o Conselho Tribal: Eliezer Canhete (23 anos, neto de fundadores, mas o pai é *chegante*); Sebastião Pinheiro (49 anos, *chegante*); e os anciãos Ivo Jorge (67 anos, filho de fundador e tio do cacique) e Vitor Marcelino (81 anos, filho de fundador). Pela listagem acima percebemos que o cacique e a grande maioria dos membros do Conselho Tribal têm menos de quarenta anos.

Para os troncos mais antigos, no entanto, a figura do cacique representa mais do que um administrador que deve manter a unidade da aldeia e representá-la. Ele deve agregar outros atributos que, muitas vezes, é encontrado na figura do *tronco*. A primeira e talvez o principal atributo que um cacique deve possuir é o de saber conversar. Em muitos dos diálogos e das rodas de conversas que participei com os troncos antigos, a fala recorrente era de que "[...] ele (o cacique) não fala, não sabe conversar. Nem olha no olho da gente quando tá falando". E eles se referiam com as mesmas palavras também aos outros membros mais jovens do Conselho.

Quando estive na aldeia Lagoinha existiam situações conflituosas que exigiam uma participação mais incisiva por parte do cacique<sup>44</sup> e ele sempre se manteve quieto, sem participar a todos suas ações, ou como iria solucionar determinado problema. Mais ainda, segundo a fala de meus interlocutores, os anciãos pareciam se ressentir de serem pouco ouvidos nas decisões. A descrição da preparação da comemoração do Dia do Índio pode ajudar na compreensão do que estou afirmando.

Para os Terena da região e de todas as outras aldeias, o Dia do Índio é uma ocasião especial e muito comemorada<sup>45</sup>. Na aldeia Lagoinha não é diferente, e todos os moradores demonstraram esperar ansiosamente pelo período. Desde janeiro, mês em que estive na aldeia pela primeira vez, fizeram questão de me convidar para estar presente nas comemorações. Os filhos do Sr. Basílio me contaram que a festa não era

---

<sup>44</sup> Relato as situações mais abaixo quando falo das práticas de subsistência, o plantio do feijão e sobre a área de retomada.

<sup>45</sup> No capítulo 4 de sua tese de doutorado, Andrey Cordeiro Ferreira trata especificamente da comemoração do Dia do Índio na Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda, e faz importante análise dessa situação social vivenciada pelos Terena.

somente no dia dezenove de abril, mas durante toda a semana, com brincadeiras e competições entre as escolas, torneio de futebol entre as aldeias. Enfim, era uma semana de festas.

Os meses se passaram e, em março, a expectativa quanto à organização do Dia do Índio já era bem abaixo do que todos esperavam. Os tradicionais grupos de dança dos homens e mulheres não haviam sido formados, porque não tinham materiais para confecção dos trajes. Havia a promessa, por parte da liderança, de que o material chegaria, mas eram rumores indiretos. Não houve uma reunião entre liderança e moradores para uma comunicação oficial, nem mesmo um encontro informal para aquietar as mentes. No final do mês de março, os homens já haviam decidido não ensaiar nenhuma dança e as mulheres e crianças estavam tristes e o ambiente na aldeia era carregado de uma aura de incerteza.

No mês de abril, na semana comemorativa, eu estava de volta na aldeia e fui procurar saber como andavam os preparativos da festa. Encontrei somente uma jovem, Maria Dilara, que decidiu organizar um grupo de crianças para fazer a dança feminina chamada "*putuputu*", durante a festa do dia dezenove. Quando perguntei se o cacique havia ajudado na compra do material para a confecção das roupas, ela me disse que não. O que o grupo estava fazendo era reutilizar a juta das roupas do ano anterior, colocando novos enfeites (Fotos 03 e 04). Mas ela também não tinha certeza de que aconteceria a festa porque até aquele dia (16/04/2012) não se sabia nada do que ia acontecer na aldeia.



Foto 03: Reutilização de materiais na confecção de roupas para dança na festa de comemoração do Dia do Índio.



Fotos 04 - Utilização da castanha de cumbarú na confecção das roupas para dança na festa de comemoração do Dia do Índio.

Ao falar com os moradores o que ia acontecer durante o dia dezoito, Dia do Índio, ninguém sabia me informar ao certo quais seriam os acontecimentos. Nem o tradicional churrasco, que todos os anos acontecia, estava garantido, pois dependia da articulação do cacique junto aos políticos da cidade de Sidrolândia para conseguir o patrocínio necessário para a compra da carne e outras doações. Somente no dia dezoito de abril, ao final da tarde, é que veio o comunicado de que todos deveriam estar no pátio principal, próximo ao barracão, para comemorar o Dia do Índio.

No dia da festa, os moradores foram chamados pelo alto-falante, aproximadamente às nove horas da manhã, mas chegaram ao pátio, efetivamente, após às onze horas, e foram, segundo eles mesmos, somente para comer. Estavam visivelmente desmotivados a participar da festa. Na parte da manhã, algumas autoridades do município vieram para cumprimentar a população, entre eles o vice-prefeito e o candidato a próximo prefeito de Sidrolândia, um vereador e radialista do município. Por alguns minutos estiveram presentes uma professora da UFMS e seus alunos de graduação e pós-graduação que desenvolvem projetos na TI Buriti.

Antes de começarem a servir o almoço decidiram fazer um breve discurso de agradecimento pela presença de todos, mas nesse momento, o cacique também não se manifestou, não fez uso da fala. O filho mais velho do Sr. Basílio, notando o constrangimento, tomou a frente e fez os agradecimentos. As mulheres entraram para

apresentar a dança ensaiada por elas (Foto 05) e logo veio o churrasco. Depois disso, as famílias se dispersaram, voltaram para suas casas e os comentários mais gerais eram sobre a falta de atividades durante a semana, das gincanas e premiações que não aconteceram, e da qualidade da comida servida.

A figura da liderança, representada pelo cacique ficou visivelmente enfraquecida durante esse evento. Mais tarde, em minhas conversas com a família de Sr. Basílio, eles me disseram que faltava no cacique maturidade para tratar, não só dos assuntos internos, mas os externos também. Disseram-me que "[...] ele é muito novo, não tem experiência, o cacique tem que ser o exemplo, o modelo". Mencionaram o fato de ele não ter feito o discurso durante a confraternização, que, segundo eles, "[...] isso não pode acontecer".



Foto 05 - Crianças e jovens apresentando a dança *putuputu* durante o Dia do Índio - 19/04/1012

Embora simples, este acontecimento demonstra o quanto os Terena da Lagoinha esperam da figura do cacique. Ele não é um administrador que trabalha nos órgãos da FUNAI, mas representa os indígenas nas ocasiões em que o contato com a sociedade envolvente se faz necessário. E se, por algum motivo, a liderança não sabe como se comportar ou demonstrar o orgulho de ser Terena - e pelo que presenciei, essa demonstração deve ser tanto na fala quanto no comportamento - incorre na possibilidade da legitimidade de liderança ser questionada.

Os troncos não questionaram o cacique quanto à legitimidade de ter sido eleito e ocupar o posto, mas a forma como se comporta enquanto tal. Os pré-requisitos mencionados anteriormente de pertencer a uma família de *fundantes*, ser jovem e com estudo, estavam todos lá. Faltava, então, possuir as características que constituem o líder terena, de saber conversar com todos, de estar presente na resolução dos conflitos, de se relacionar com a sociedade nacional. Muitas destas características são inspiradas nos *troncos* aos quais pertencem.

Por isso, muitas vezes vi os jovens agrupados em torno do *tronco*, querendo aprender e participar dos eventos que ele promovia. É o caso do neto do Sr. Basílio, o jovem Josimar Gabriel, de vinte e três anos, presidente da Associação Indígena da Aldeia Lagoinha, estudante de administração da UEMS e que, junto ao seu avô, pretende implantar um curso para aprendizagem da língua Terena. Eles buscam, antes de tudo, um referencial de vida na figura dos *troncos* mais antigos, pois, sendo estes um propagador da vida e do modo de ser Terena, é natural que seus descendentes o usem como modelo para reafirmar sua identidade.

Existem, portanto, duas formas de liderança: a liderança política – o “cacique”, que é eleito - responsável em fazer o contato e a mediação com os órgãos administrativos externos, como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Prefeitura Municipal e suas Secretarias; e a liderança representada pelos mais velhos - os anciões, os *troncos originários* - que possuem maior conhecimento da história e da "tradição" terena, cuja liderança é mais restrita ao interior da aldeia e ao seu grupo familiar. A falta de diálogo entre as duas formas de liderança se apresenta como a grande dificuldade a ser superada na atual situação político-administrativa da Lagoinha.

## 2.5. Configuração social da aldeia Lagoinha: relações entre os diferentes atores

Os personagens apresentados no capítulo, sejam *fundantes*, *chegantes*, jovens ou mais velhos, compõem um cenário repleto de pequenos detalhes que dão a tônica das dinâmicas sociais existentes. Essa complexa rede de situações envolve os moradores mais antigos, os descendentes diretos dos primeiros *troncos*, os mais jovens que atualmente controlam a situação política e econômica na aldeia, e os *chegantes* que estão na periferia da vida social e política. A apreensão dessas relações são primordiais na compreensão das atividades econômicas que perpassa o uso e manejo dos recursos ambientais, sejam eles naturais ou não.

Por isso faço agora uma breve análise dessas relações e valho-me de conceitos como o de configuração social, cunhado por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em seus estudos sobre o estabelecimento de vizinhanças e a interação entre seus moradores. Os autores analisam as formas como moradores mais antigos e recém chegados em uma vizinhança estabelecem relações de hierarquia, poder e prestígio, ancorados pelo tempo de moradia em uma região, tal como acontece nas relações entre os moradores da aldeia Lagoinha.

A configuração social, conforme Elias e Scotson, é uma composição de diferentes elementos, variáveis que (ao contrário dos métodos estatísticos aonde os elementos são estudados separadamente) fazem parte de um todo, interagem, se modificam e se transformam no decorrer do tempo. Cada elemento, fator, ou variável, possui propriedades individuais, mas que só fazem sentido quando são partes de um todo. As expressões e ideias de um grupo não são forjadas separadamente, "[...] são partes integrantes de crenças e atitudes comuns, mantidas por várias formas de pressão e controle sociais" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 54) e que, na maior parte do tempo não é um processo tranquilo, é conflituoso.

Mais ainda, a compreensão de uma configuração social na contemporaneidade, no caso dos Terena da Lagoinha, não pode ser pensada sem o conhecimento da sua história, no sentido de entender como foi o processo no decorrer do tempo e como chegaram à atual estrutura. Isto porque a estrutura social<sup>46</sup> não é "[...] uma estrutura

---

<sup>46</sup> Nesse momento, sem dar uma definição de estrutura social, prefiro me ater ao que David Maybury-Lewis coloca sobre a posição do antropólogo em campo. Ele, o antropólogo, está em campo não estudando estrutura social, mas "[...] coletando dados a respeito, por exemplo, de relações sociais ou instituições sociais. A ordenação desses dados sob a forma de um modelo capaz de demonstrar certas

concebida como uma fotografia" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 67), em que as figuras que a compõem (a fotografia) estão estáticas, sem movimento ou interação. São os pequenos episódios do cotidiano familiar ou da aldeia, do comportamento de um indivíduo ou de um grupo que, separados, possuem o seu valor, mas ao entrarem em contato com o elemento em comum - o seu território - transformam seus significados individuais e passam a fazer parte de um processo maior. Sendo assim, todo o processo descrito anteriormente, das relações entre os diferentes atores, são resultados das interações entre as variáveis, que definem a atual configuração social da aldeia.

Relembro aqui algumas das premissas da Antropologia Ecológica apresentadas na introdução dessa dissertação e que vêm ao encontro do que foi dito. Em seu último estágio de desenvolvimento, essa vertente antropológica repensou seus conceitos e descartou a hipótese de aceitar a análise de sistemas estudados como um todo, sempre em busca de equilíbrio. Os principais teóricos desse estágio propuseram estudar as atividades e interações específicas entre os diferentes componentes de uma sociedade, partindo de problemas reais enfrentados pela população. Portanto, a partir das "situações reais"<sup>47</sup> encontradas em campo, das especificidades da utilização dos recursos ambientais naturais e antrópicos, das atividades econômicas que resultam dessas práticas, e da interação dos diferentes atores é que se encontra a configuração social dos Terena da aldeia Lagoinha.

Penso que essa forma específica de reorganizar a vida e se adequar a novos momentos em busca do ideal de moradia e de relações sociais que agreguem a tradição, o conhecimento traduzido na figura dos *troncos*, e pela nova geração que está estudando e trazendo outras formas de conhecimento, também pode ser pensado como a busca pelo bem viver. Talvez esses pensamentos estejam, no momento, um pouco nebulosos, confusos e desconexos com a etnografia, mas espero, no decorrer do texto, conseguir relacioná-los aos dados etnográficos e torná-los um pouco mais claro.

Porém, antes de começar a falar das interações propriamente ditas, proponho refletir um pouco sobre o conceito tocado no parágrafo anterior, o do bem viver. Esse é um tema que vem atraindo olhares e pensamentos, desde há muito tempo e que hoje mostra-se como uma das mais importantes reflexões sobre sociedade e natureza.

---

relações cruciais à sociedade estudada faria com que a estrutura social daquela sociedade viesse à tona". (MAYBURY-LEWIS, 1984, p.359)

<sup>47</sup> Vou utilizar a expressão "situação real" ao invés de "problemas reais", pois, como já visto, uma situação ou evento nem sempre se caracteriza como um problema.

Phillippe Descola (1988), ao estudar os Achuar na Amazônia Equatoriana, entre os anos de 1976 e 1980, define o bem viver como a "[...] obtenção de um estado de equilíbrio", que pode ser alcançado através de um bom uso da natureza. E bom uso da natureza, segundo Descola, não é fazer a exploração dos recursos naturais para o acúmulo infinito de objetos de consumo. Ele não retira a busca pelo bem viver da esfera econômica, mas a relaciona diretamente com a "paz doméstica", com a vida familiar. Logicamente, Descola está se referindo, como ele mesmo diz, a uma esfera do microcosmo Achuar, pois é uma análise específica daquela realidade, mas dela nos servimos para pensar a realidade terena na Lagoinha e também as interações entre os diferentes indivíduos.

O pensamento indígena equatoriano sobre o bem viver, também é encontrado em outras etnias daquele país, como os quéchua (ou kichwa) e os aymará, e conhecido como *sumak kawsay*, conforme aponta Eduardo Gudynas (2011) e Carolina Silva Pedroso (2013). Na Bolívia, o mesmo termo possui diferentes expressões, dependendo da região e da população indígena a que se refere, podendo ser conhecido como: *amoa qhilla*, *amoa llulla*, *amoa suwa* (não sejas preguiçoso, não sejas mentiroso nem sejas ladrão), *suma qamaña* (*Viver Bem*), *ñandereko* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem males) e *qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre). Tanto no Equador quanto na Bolívia, o termo já se encontra inserido nas suas respectivas constituições federais, embora com diferenças conceituais.

Na Bolívia, segundo Eduardo Gudynas (2011), o bem viver propõe "[...] uma organização econômica vinculada a princípios como solidariedade e reciprocidade, onde o Estado se compromete com a redistribuição equitativa dos excedentes, através de políticas sociais de diversos tipos" (GUDYNAS, 2011, p. 03), enquanto, no Equador, o bem viver "[...] versa sobre uma ‘vida boa’, que consiste em viver em harmonia com todos os elementos da natureza" (PEDROSO, 2013, p. 05). Mais próximos de nossa realidade encontramos o “bom viver” ou *tekove porã*, entre os Guarani e Kaiowá, descrito na tese de doutorado de Fabio Mura (2006) e melhor apresentado na continuidade do capítulo.

Gudynas (2011) chama atenção para o fato de que não podemos fazer simplificações acerca do conceito, nem tomá-lo como universal, pois se aplica a diferentes sociedades. As diferentes concepções de bem viver estão de acordo com a origem, especificidade cultural, história, contexto social, político, econômico e ambiental de cada povo. Muito embora esteja me arriscando, vou elencar algumas

características similares encontradas na leitura dos autores mencionada: todos se referem a uma exploração do meio ambiente natural de forma mais equilibrada e o viver bem com a natureza; colocam a discussão em uma esfera maior que a econômica, enfatizam as relações sociais e humanas e criticam o modelo atual de desenvolvimento; atribuem o protagonismo da ação de buscar o bem viver principalmente aos povos que possuem contato maior e mais direto com o meio ambiente, caso dos indígenas.

Feita essa breve introdução ao conceito de bem viver, tento agora pensá-lo a partir do contexto da aldeia Lagoinha apresentado nesse trabalho, não querendo, com isso, "encaixá-lo" nas situações, mas pensando reflexivamente sobre elas.

Vimos anteriormente que a territorialização terena na aldeia Lagoinha ocorreu como em quase todas as áreas em que essa etnia se estabeleceu, na agregação de grupos familiares que se ligam por laços de parentesco, aliança e reciprocidade em um mesmo espaço, conforme apontado por Jorge Eremites e Levi Marques Pereira (2012), denominados por eles mesmos de *troncos familiares*. Da reunião e interação entre os diferentes *troncos* que se assentaram na região sul da TI Buriti nasce, então, a aldeia Lagoinha. Dentro dela seus moradores acionam diferentes elementos que lhes dão distintividade entre uns e outros, sendo esta a característica mais marcante da aldeia, suas distinções internas entre *fundantes e chegantes*.

Os *fundantes* e seus descendentes diretos, seja da primeira geração ou das subsequentes, apoiados na concepção de *fundação*, compreendido como "[...] o espaço físico no qual um *tronco* emergente radica pela primeira vez seu assentamento, iniciando uma ocupação que pode ser objeto de sucessão no tempo [...]" (PEREIRA, 2009, p.48), atribuem a si uma distinção dos restantes dos moradores locais. Essa distinção está tanto na ocupação dos espaços físicos (pois os *fundantes*, herdeiros das primeiras *fundações*, ocupam os lugares estratégicos na aldeia) quanto nos padrões de comportamento e conduta dos descendentes dos fundadores da aldeia, o que lhes garante, em tese, uma posição maior de status e prestígio social.

Os espaços físicos ocupados pelos *fundantes* estão mais próximos das principais vias de acesso da aldeia, dos pontos de ônibus, das redes de energia elétrica e de água, das igrejas, da escola e do posto de saúde, conforme visto no croqui apresentado anteriormente. E a ocupação privilegiada não se restringe ao espaço físico, pois os postos de cacique, de professores da extensão da escola, de técnico em enfermagem responsável pelo posto de saúde, de agentes de saúde, de líderes religiosos, de presidente da associação local são ocupados pelos descendentes dos *troncos* fundadores

ou *troncos* originários. Fazem a ocupação simbólica dos espaços sociais, através da posição que ocupam em seus trabalhos, que lhes confere uma posição de prestígio frente a toda aldeia.

Por outro lado, os *chegantes* estão não só estabelecidos nos espaços mais distantes na aldeia, como não ocupam posições nos trabalhos que desenvolvem que lhes tragam prestígio social. Na aldeia, durante o tempo probatório pelo qual devem passar, desenvolvem as atividades que exigem certo esforço físico, como ajuda no plantio comunitário da roça de feijão na área de retomada, a busca de lenha ou de palha de bacuri nas fazendas vizinhas, trabalhos necessários que fazem parte da vida social da aldeia como um todo. Contudo, fazem parte da liderança, conforme visto anteriormente, mas como parte da rede de alianças políticas, numa condição temporária, que pode variar no decorrer do tempo e de acordo com o grau de interação que se estabelece entre as duas categorias.

Assim o *chegante*, ao se estabelecer no local, necessita criar vínculo com a tradição local da aldeia Lagoinha, com os ancestrais dos principais *troncos*, com o espaço físico geográfico, com a *fundação*. É o sentimento de pertencer ao local e a determinado *tronco familiar* que dá o tom das regras de comportamento, de convivência e sociabilidade a serem seguidas. A evocação da ancestralidade e da tradição familiar é que faz a diferença entre os descendentes dos primeiros *troncos* e os *chegantes* na aldeia Lagoinha. Os *fundantes* pertencem a um *ethos* terena local, desenvolvido pelos troncos que primeiro chegaram naquela região. O *ethos*, de acordo com Levi Marques Pereira (2009), é entendido como a demonstração de civilidade entre os membros de uma determinada formação social. É uma demonstração que, segundo o citado autor, "[...] envolve palavras, atos e formalidades reciprocamente adotados para demonstrar respeito mútuo e consideração" (PEREIRA, 2009, p.84). O *ethos* da Lagoinha é, portanto, uma forma de conduta comportamental que os *fundantes* possuem, porque já estão a mais tempo expostos ao modo como os *troncos* regem a vida social de seus grupos familiares. Para que haja a reciprocidade no modo de tratamento entre eles, os *chegantes* precisam absorver e compartilhar a mesma forma de conduta dos moradores mais antigos da aldeia Lagoinha.

Portanto, a distinção entre as duas categorias não é apenas um recurso analítico, uma classificação para estabelecer diferenças entre aqueles que primeiro habitaram a região, daqueles que se estabeleceram depois ou das atividades que cada um desenvolve. É demonstrar o processo gradativo pelo qual os *chegantes* devem passar

para fazer parte do todo social da Lagoinha, como o Sr. Sebastião Pinheiro, por exemplo, que ainda é considerado *chegante*, apesar de morar na Lagoinha há dez anos. Ele já conquistou parte do espaço social, compartilhando da mesma religião dos moradores mais antigos, pois ele é evangélico, e fazendo parte do Conselho Tribal. Para isso teve que fazer certo esforço e se "submeter a certos parâmetros de conduta", como nos disse Levi Pereira Marques (2009). Para Norbert Elias e John L. Scotson (2000), esse esforço é como uma recompensa que vem "[...] sob a forma de status e poder para contrabalançar a frustração das limitações impostas e da relativa perda de espontaneidade" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 171).

Para tentar chegar à compreensão da relação entre essas duas categorias êmicas existentes na aldeia Lagoinha, de *fundantes* e *chegantes*, vou continuar fazendo uso de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) e seus estudos sobre a relação entre moradores de uma vizinhança, em uma pequena cidade na Inglaterra. Na vizinhança apresentada pelos autores também havia moradores mais antigos e moradores recém-chegados, nominados por eles de "estabelecidos e outsiders". Da mesma forma que entre os *fundantes* da aldeia Lagoinha, os moradores mais antigos daquela vizinhança, os "estabelecidos", se sentiam ameaçados em seu estilo de vida comum e aos padrões dos quais tinham orgulho. Nas palavras dos autores:

Os antigos moradores podiam ter aceitado os recém-chegados, como pessoas que precisavam de ajuda, se estes se submetessem a sua proteção e se contentassem em assumir, na hierarquia de status, a posição inferior que costuma ser destinada aos recém-chegados, pelo menos durante um período de experiência pelas comunidades já estabelecidas, mais estreitamente unidas e conscientes de sua posição. Em regra, tais comunidades esperam que os novatos se adaptem a suas normas e crenças; esperam que eles se submetam a suas formas de controle social e demonstrem, de modo geral, a disposição de "se enquadrar".  
(ELIAS e SCOTSON, 2000, p.65)

A fala de um dos *troncos* apresentada no item anterior, em que demonstra receio em relação aos moradores recém-chegados, por não permanecerem muito tempo em um mesmo lugar - sinal de que não se deram bem-, reflete exatamente a constatação da reflexão feita acima. Enquanto *fundantes*, os moradores possuem um código comum (ELIAS e SCOTT, 2000) que lhes permite situar-se em relação aos outros, saber o que esperar de seus comportamentos e atitudes enquanto grupo, coisa que não acontece em relação aos *chegantes*. A maneira como percebem a disposição destes em se "enquadrar" ao novo local é através da realização das atividades a eles atribuídas durante o período probatório de dois anos pelo qual devem passar.

No entanto, a preocupação maior dos *fundantes* é em relação à conduta pessoal e familiar que deve condizer com os padrões tidos como "normal" pela maioria, cuja condição é muito difícil de ser concretizada, pois, para tanto, deveriam possuir o *ethos* dos *fundantes* da Lagoinha, fazer parte de um *tronco fundador* e ter um elo de ligação muito forte com sua *fundação*. Digo difícil, não impossível, pois, levando-se em consideração a hipótese de que a configuração social não é estática, "concebida como uma fotografia" (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.67), ela vai se modificando na medida em que os atores se relacionam e a intensidade dessas relações variam.

Na mesma medida em que os *fundantes* estabelecem um estatus de hierarquia social ao acionarem sua ascendência, seu pertencimento a um *tronco fundador*, eles possuem redes e alianças políticas com os *chegantes* dos quais são dependentes. Essa relação pode vir a se transformar na criação de laços mais profundos de amizade, afetividade, e se concretizar em uma relação consanguínea através de um casamento entre eles. E o contrário também é verdadeiro: as relações de consanguinidade e laços de afetividade podem vir a arrefecer, pela distância física ou oposição política (Pereira, 2009), como no caso mencionado entre os dois *trancos* fundadores. Essa configuração social, conforme apresentada por Elias e Scott (2000), é dinâmica, através da qual as pessoas estabelecem relações a todo o momento, seja em suas atividades de trabalho, seja nas atividades sociais, e assim criam interdependências entre elas.

Até aqui foram analisadas duas categorias êmicas, a *fundante* e a *chegante*, que se diferenciam em base do tempo que residem no mesmo local. Os primeiros moradores, *fundantes*, portanto, desenvolveram um *ethos* que se propaga através do tempo e do espaço pela figura do *tronco*. O que chama atenção é o *ethos* ser uma construção social passível de ser modificada no decorrer do tempo. Assim, as pessoas que não nascem dentro dessa configuração social, ao entrar em contato a mesma, estão sujeitos a se modificar e ser modificado por ela e, provavelmente, vir a se tornar parte dela.

Paul E. Little (2002) explica que o pertencimento a um local não deve ser confundido com a noção de originariedade - ou seja, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica - nem requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, no sentido de buscar uma pureza desta. O pertencimento e a identidade tanto podem advir do nascer no local quanto de um processo de etnogênese. Mais ainda, o autor diz que a categoria identidade pode ser ampliada, na medida em que a relação com os territórios é construída com base em sua cosmografia, ou seja, pela forma como usam

socialmente os espaços e mantêm o seu vínculo afetivo com os mesmos. Portanto, a hipótese que aqui proponho é a de que, no decorrer do tempo, a categoria *chegante* vá se diluindo e, gradativamente, o indivíduo ou família que se encontra nela, passe a pertencer à categoria *fundante*, desde que haja um fortalecimento do vínculo com o território e a absorção do *ethos* terena da Lagoinha.

Posso inferir ainda, dentro da minha hipótese, que os *chegantes* podem vir a se tornar *fundantes*, num processo em que as categorias se influenciam mutuamente, na busca do seu bem viver, em que as relações familiares e pessoais tornam-se mais importantes que o poder político, o estatus ou o fator econômico. Conforme Phillippe Descola (1988), o “bem viver” vai além da acumulação de objetos de consumo e procura na “paz doméstica” e convivência familiar as condições para a satisfação de suas necessidades pessoais e alcançar o estado de equilíbrio.

Quanto ao estado de equilíbrio que Descola destaca, lembro-me de Rappaport e a propriedade de autorregulação dos ecossistemas apresentada e defendida por ele e Vayda e comentado por Walter Neves (2002). Em seu comentário, Neves destaca que “[...] os ecossistemas em que os humanos são a espécie dominante (ecossistemas antropocêntricos), a regulação não só existe, como é de fato exercida por eles a favor da reprodução de seus sistemas sociais” (NEVES, 2002, p.68). Não quero com isso dizer que a configuração social dos Terena da aldeia Lagoinha seja de caráter estático, como pressupunha a autorregulação, mas que algumas propriedades do sistema se mantêm e outras se modificam ao longo do tempo, para que ele, o sistema, se adapte ao novo momento. O embate entre as duas categorias êmicas não serve para a “reprodução” do sistema social, conforme Rappaport apresenta, mas para a adequação do mesmo. E, assim sendo, penso que o bem viver, caracterizado aqui como a busca da “paz doméstica” entre *fundantes* e *chegantes*, quando alcançada, traz com ela um estado de equilíbrio, mesmo que seja provisória.

O caráter de “desordem” e “distúrbio” que mexe nas estruturas da aldeia é percebido na prática das relações sociais do cotidiano entre os Terena da Lagoinha, quando o embate entre as duas categorias *fundante* e *chegante* está no campo das relações políticas e administrativas da aldeia. Isso porque as relações nesse campo, entre os *fundantes*, são bastante sensíveis, pois se trata de grupos familiares intimamente ligados por laços de consanguinidade e afetividade, disputando poder em um espaço territorial bastante restrito. Por isso a disputa por cargos da liderança política se resolve através da figura do *chegante* e do quanto conseguem articular com eles as alianças para

se chegar ao poder. Não são, portanto, situações harmoniosas o tempo todo; ao contrário, na maior parte do tempo envolve tensão no convívio entre as pessoas, independente de qual categoria faça parte ou de seu estatus social.

Isso não quer dizer que os indivíduos estejam, declarada e constantemente, se opondo um ao outro a todo momento; ao contrário, a figura do líder eleito é inquestionável, independente de fazer parte de sua rede de alianças políticas ou não. Como disse no capítulo anterior, os Terena respeitam o processo como se dá a eleição de um líder e a sua posição, mas questionam decisões que não lhes parecem corretas. Os questionamentos de uma ou outra ação da liderança eleita acontecem de maneira informal, de forma velada nas rodas de conversas. Mas têm o intuito de minar a confiança na liderança. Essa percepção muito provavelmente reflete o momento que a aldeia Lagoinha passa em termos de liderança política, pois seu líder é jovem e tem pouca experiência administrativa.

Sendo assim, para além da relação entre as duas categorias, outra dinâmica se destaca na vida social dos Terena na aldeia Lagoinha: a participação dos jovens na vida política. Para se credenciar a essa participação, os mais jovens acionam outro vínculo, além da ancestralidade, a escolaridade. Eles acionam o prestígio e estatus dos mais velhos ao se declararem membros das famílias *fundantes* e das habilidades dos *trancos* de fazer a articulação política entre as famílias aliadas, assim como também acionam os conhecimentos adquiridos através da educação formal<sup>48</sup>, como o domínio da arte da escrita e da oratória na língua portuguesa.

Dessa forma conquistam posições de destaque dentro da liderança política na aldeia, caso emblemático do atual cacique, que é neto de fundadores, formado em pedagogia e professor da escola local, assim como são jovens a maioria dos membros de seu Conselho Tribal. No entanto, o que se presenciou foi uma forte crítica a atual liderança<sup>49</sup>, pela pouca habilidade em fazer o esperado jogo político, a articulação necessária para trazer os benefícios esperados para a aldeia, como a água encanada, por exemplo, ou a formular projetos que possam ser apresentados nas prefeituras municipal ou outros órgãos do Estado e, dessa forma, concretizar algumas das demandas da população local. Os mais velhos falam da necessidade de o cacique possuir mais

---

<sup>48</sup> Entendida como a educação obtida através das escolas oficiais e com reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura - MEC.

<sup>49</sup> Liderança política administrativa, conforme visto anteriormente.

conhecimento da "tradição" local e habilidade para conversar, característica dos *troncos* mais antigos.

Na última ida à aldeia Lagoinha, no dia dezesseis de abril mais precisamente, tive a oportunidade de me encontrar rapidamente com o cacique. Geralmente nossos encontros eram rápidos, entre um compromisso e outro, porque sempre que marcávamos uma conversa surgia um imprevisto que exigia sua presença. Na ocasião, minha intenção era, de forma bastante sutil, abordar as questões levantadas pelos moradores com quem conversei. Por isso lhe fiz perguntas gerais sobre as questões da comunidade e como ele percebia os jovens e a educação, já que ele era professor do ensino básico da escola local. O cacique, então, me falou da vontade que tinha de desenvolver um projeto educativo de preservação ambiental com as crianças e os moradores da Lagoinha. Sua ideia era trazer um curso sobre reciclagem para as crianças e mostrar aos jovens e adultos um "reflorestamento já pronto", como ele mesmo falou, e, dessa forma, incentivar a comunidade a participar dessas atividades, tanto no espaço da Lagoinha quanto na área da retomada. Eu lhe respondi que achava muito boa a ideia e perguntei se ele já havia apresentado essa vontade ao Conselho Tribal, à direção da Escola, ou mesmo conversado com o restante dos moradores. Sua resposta foi "não, eu ainda não fiz isso, só vou fazer quando tiver alguma coisa certa na mão".

Para os mais velhos, o movimento deve ser o contrário, primeiro se conversa com todos os interessados e a partir da demanda coletiva é que se vai atrás de recursos. Mais tarde, no mesmo dia, conversando com o Sr. Basílio sobre o mesmo assunto, ele me respondeu: "Não deve ter vergonha de pedir não...". E explica o que quer dizer "pedir": "[...] não é ir de cabeça baixa, é pressionar o governo, políticos ou entidades que nos ajudem a conquistar o que precisamos". A passagem narrada mostra como as gerações possuem diferentes formas de lidar com o mesmo problema. Enquanto a jovem liderança procura trazer recursos através de editais e projetos, os mais velhos preferem o antigo jogo de "corpo a corpo", ou seja, conversar e articular pessoalmente os recursos financeiros.

De um lado encontram-se os candidatos mais jovens à liderança que, segundo eles mesmos, de posse de seus diplomas deveriam estar mais capacitados se candidatar a uma posição de destaque na vida política, pois dominam os códigos da sociedade do entorno. Do outro lado encontram-se os mais idosos e todo o conhecimento da tradição local. O conhecimento da tradição local, para os mais jovens, traduz-se em conhecer a história terena na região e como se deu o assentamento na Terra Indígena Buriti e na

Lagoinha. Para os mais velhos, além disso, é também possuir as habilidades da liderança tradicional, dos *troncos*, de agregar as pessoas, de resolver conflitos e propagar o estilo de vida terena (Pereira, 2009). Esperava-se da jovem liderança, como se viu anteriormente, a junção das duas habilidades: que fossem capazes de articular os moradores da aldeia, tanto os mais velhos quanto os mais novos, a tomar posse efetiva das áreas de retomada e, ao mesmo tempo, hábeis em suas falas com os juízes e promotores no convencimento do quanto as novas terras são importantes para a manutenção de seus modos de vida.

A população mais jovem mantém expectativa em relação à nova liderança e aos rumos que a aldeia seguiria com a posse da área de retomada. Para eles existe a possibilidade de conseguir novas terras, o que lhes garante no futuro um espaço para constituir suas famílias, mas, no momento, não se sentem motivados a fazer parte desta conquista. Trago essa percepção, mas lembro sempre que ela é bastante limitada ao momento da pesquisa, portanto, é um apenas um recorte dentro do universo social Terena e não pode ser tomada como sendo dos jovens terena em geral.

Atualmente estudam nas escolas locais ou nas universidades da região, trabalham em suas casas, nas fazendas ao redor, ou nas indústrias. A área de retomada é física e geograficamente distante da realidade dos jovens, não possui água encanada, energia elétrica, transporte público, acesso à internet, entre outras comodidades do mundo contemporâneo. As novas atribuições nas atividades econômicas familiares, através do emprego nas indústrias da região, lhes proporciona participar ativamente da economia local, o que, de certa forma, lhes traz prestígio, transformando a relação entre eles e seu grupo familiar. O valor simbólico da atividade econômica remunerada equivale ao valor de possuir atributos de *tronco*.

Entretanto, a expectativa de que a liderança possua atributos, como os dos *troncos*, ainda permanece entre os mais velhos, caracterizando, assim, um evidente conflito entre gerações na aldeia. O conflito geracional que a aldeia Lagoinha vive é o de imbuir de sentido as práticas desenvolvidas pelos jovens da aldeia. Os mais velhos falam com orgulho de seus jovens que estudam, que trabalham e se relacionam com a sociedade envolvente, usando os mesmos códigos de linguagem. Ao mesmo tempo, lembram de suas próprias dificuldades no tempo em que eles iam para a escola e que tudo era mais difícil. Nas palavras do Sr. Vitor Marcelino, em uma de nossas conversas:

"Eu morava lá do outro lado (aponta para a região aonde sua família estava estabelecida, na fazenda Estrela). Ainda assim ia na escola todos os dias, saía

cedinho, as vezes nem comia nada e quando dava levava uma mandioca cozida prá comer. Era nosso lanche né? Fiz só até a terceira série, não sei muita coisa, depois tive que ir trabalhar com meu pai.

A meninada de hoje mora do lado da escola, prá você ver, a escola tá ali do lado e no dia que chove a meninada fala que não vai. Eu falo prá eles, vocês vão sim tem que aproveitar porque tá tudo de mão beijada. Ganha comida todo dia. Eu, se tivesse tido condição, tinha estudado mais".

(Sr.Vitor Marcelino, entrevista gravada em 13 de fevereiro de 2012)

Da mesma forma que o Sr. Vitor, também D. Leonora me contou histórias de quando morava mais longe e fazia o trajeto a pé com seus irmãos.

Naquela época só tinha escola lá na Sede (ela se refere à aldeia Buriti, aonde fica o posto da FUNAI na TI Buriti) e a gente ia a pé. Ninguém tinha moto igual hoje, né? E a gente morria de medo de passar por aqui (mostra a estrada em frente da sua casa) porque era tudo mato. A gente vinha em fileira um atrás do outro e ninguém queria ficar prá trás ....(risos)

Eles falam de uma trajetória de vida nada fácil e que tentavam valorizar as oportunidades quando apareciam, como ir à escola e aprender novas coisas. Ao mesmo tempo falam da necessidade do jovem querer aprender e ressignificar as atividades que desenvolvem, remetendo-as ao que eles entendem por tradição, ou seja, ao código de conduta local, ao seu *ethos*.

O embate entre as diferenças gerações da aldeia Lagoinha no que diz respeito à tradicionalidade pregada pelos mais velhos versus a educação formal recebida nas escolas também foi sentida por Claudionor do Carmo Miranda (2006). A sua pesquisa realizada entre os Terena na Terra Indígena Nioaque, localizada no município do mesmo nome, trás o conflito entre as gerações mais relacionado ao modo como executam as práticas agrícolas no cotidiano da Terra Indígena. Aos anciãos é atribuído o "saber tradicional", enquanto aos mais jovens é atribuída "[...] uma outra visão baseada na educação e no acompanhamento às novas tecnologias" (MIRANDA, 2006, p.112). E ele continua dizendo:

"O fato dos jovens verem uma nova perspectiva de desenvolvimento nas comunidades Terena, não significa que haja um rompimento total da visão da juventude com os saberes dos anciãos. As técnicas ocidentais, na realidade vão entrando nas comunidades indígenas, porém são submetidas a outra lógica [...] Hoje já se pode ver jovens nas lideranças das comunidades Terena, com propósitos inovadores, defendendo que os caciques precisam ter um certo grau de instrução escolar para representar as comunidades externamente, não tomando em consideração apenas a força de suas parentelas agnáticas para conseguir esse cargo ." (MIRANDA, 2006, p.112)

A situação analisada por Claudionor do Carmo Miranda (2006) vai ao encontro da situação vivida pelos moradores da aldeia Lagoinha. A expectativa centrada na figura do jovem cacique era a de que ele pudesse acionar o conhecimento adquirido fora da aldeia, na universidade cursada, durante sua visita e fala junto aos juízes em São Paulo, e ainda ser capaz de incentivar, se não toda, pelo menos boa parte dos moradores locais e ir tomar posse das terras retomadas.

Percebe-se, portanto, que não basta aos jovens acionarem sua descendência nem possuir um diploma universitário para buscar uma posição de destaque e liderança. Ao fazer parte de um *tronco*, ele já está inserido em um código de conduta que lhe integra socialmente e fortalece sua identidade enquanto Terena. Porém, deve fortalecer sua identidade enquanto líder e, para manter esse estatus, o jovem, principalmente o que almeja uma posição de liderança, deve, como diríamos coloquialmente, "engolir alguns sapos" e se submeter às normas do grupo, conforme Elias e Scott (2000):

O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso [...] estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo [...] A satisfação que cada um extrai da participação do carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais.  
(ELIAS e SCOTT, 2000, p.26)

Ouvir os anciãos, mesmo que não seja de sua vontade, participar de reuniões e se manifestar, enquanto líder, é uma forma de demonstrar que está disposto a se sujeitar às normas de convivência e sociabilidade. Se o líder não se mostra disposto a fazer concessões e ajustes em nome da coletividade, é possível que busquem outra liderança em que se espelhar e continuar a manutenção do *ethos* terena, caso da aldeia Lagoinha. Como disse anteriormente, no começo do ano de 2013 houve nova eleição para cacique na aldeia e foi eleito o Sr. Basílio Jorge, antigo líder e um dos principais *trancos* de toda TI Buriti.

Toda a reflexão apresentada até agora me remete a Pierre Clastres (2008) e suas discussões sobre chefia indígena, que pode gerar algumas comparações com o que foi dito até agora. Nessa discussão, ele apresenta alguns traços que um chefe tupinambá deve possuir, como, por exemplo, ser um fazedor de paz, um bom orador e generoso. Tais características também são buscadas na liderança terena da Lagoinha. Em muitas ocasiões presenciei a necessidade de o líder, enquanto bom orador, se expressar publicamente para aquietar a mente (basta lembrar os episódios da celebração do Dia do

Índio ou do plantio do feijão) e trazer um pouco de alegria e esperança aos moradores. Assim estaria juntando duas das características citadas por Pierre Clastres. A generosidade que, para o autor, se configura em dar o que é pedido pela população, mesmo sem ter de onde tirar, e que, muitas vezes "[...] é quase uma servidão" (CLASTRES, 2008, p.49), também está presente na Lagoinha. Por muitas vezes percebi o cacique nesse mesmo desafio de se submeter às normas e padrões estabelecidos naquilo que se entende ser um cacique terena, mesmo não gostando de estar nesta situação.

Ao mesmo tempo em que Clastres (2008) apresenta os traços característicos de um chefe, ele também aponta que, em algumas sociedades indígenas, mesmo possuindo esses traços, os chefes carecem de um poder político efetivo, o que seria paradoxal. A questão levantada por ele é como compreender a "[...] estranha persistência de um poder, quase impotente, de uma chefia sem autoridade, de uma função que funciona sem conteúdo" (CLASTRES, 2008, p. 47). Mais à frente, ele mesmo responde à questão, dizendo para não confundir o modo de constituição do poder e o seu modo de operação, ou seja, o seu *ser* e o seu *fazer* (Clastres, 2008). Anteriormente me referi a essa questão na Lagoinha, quando mencionei, mais de uma vez, o fato de eles não questionarem a figura do líder, mas a sua conduta, o seu fazer. O chefe tem o poder de planejar, mas não tem segurança de que será feito, pois o poder de realizar depende da boa vontade do grupo, como Clastres bem coloca. Se o grupo não quiser e a todo tempo contestar suas decisões, não há como realizar qualquer atividade.

Com esse pensamento volto, novamente, a colocar a necessidade de pensar a pesquisa aqui apresentada como um recorte no tempo, no momento político-administrativo vivido por eles em que é pulsante as questões relativas à retomada de terras. Até mesmo as tensões geracionais apresentadas são específicas à aldeia Lagoinha, e portanto, sofrem as limitações e condicionantes de uma pesquisa focalizada.

Continuarei no próximo capítulo na tentativa de compreender como a configuração social Terena na aldeia Lagoinha aqui apresentada se manifesta nas atividades práticas econômicas em face dos limites espaciais e ambientais em que se encontram inseridos.

## CAPÍTULO III

### DA ALDEIA LAGOINHA E SEUS PORMENORES

Depois de explicitar o contexto no qual os Terena foram acomodados na atual Terra Indígena Buriti, de conhecer um pouco de sua história e da situação econômica e ambiental na qual estão inseridos, é chegada a hora de conhecer um pouco mais a aldeia Lagoinha e os pormenores de suas práticas econômicas. Não quero dizer, com isso, que "dou conta" de descrever todos os aspectos da vida material e social da aldeia, mas trago algumas contribuições para a compreensão do modo de vida Terena em seu contexto mais contemporâneo.

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto ambiental e as práticas econômicas decorrentes do uso dos recursos ambientais naturais e antrópicos na aldeia e nele se encontra grande parte dos dados etnográficos colhidos no campo de pesquisa. Ao apresentar esse contexto, pretendo demonstrar como o processo de territorialização terena na aldeia Lagoinha se constitui. Para pensar acerca desta territorialização utilizo-me dos conceitos sobre territorialidade e território apresentados por Paul Little (2002), em que territorialidade é entendida por ele como "[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu

ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2002, p.3). E "território" entendido não somente como um espaço físico e geográfico, mas como um produto histórico de processos sociais e políticos, resultantes da ação das condutas de territorialidade de um grupo social (LITTLE, 2002).

Veremos assim, como os *troncos* fazem uso dos espaços geográficos por eles ocupados, suas *fundações*, que funcionam como unidades territoriais, conforme apontado por Paul Little (2002). Para conhecer melhor a territorialização do espaço faço, neste capítulo, uma descrição do ambiente físico e econômico, do uso dos recursos naturais e antrópicos existentes nos mesmos e o modo, a partir das descrição anterior da maneira como estão organizados socialmente na aldeia. Tais descrições irão, posteriormente, embasar a análise do atual manejo dos recursos naturais e seus possíveis desdobramentos quando da posse definitiva da área, agora tida como "retomada".

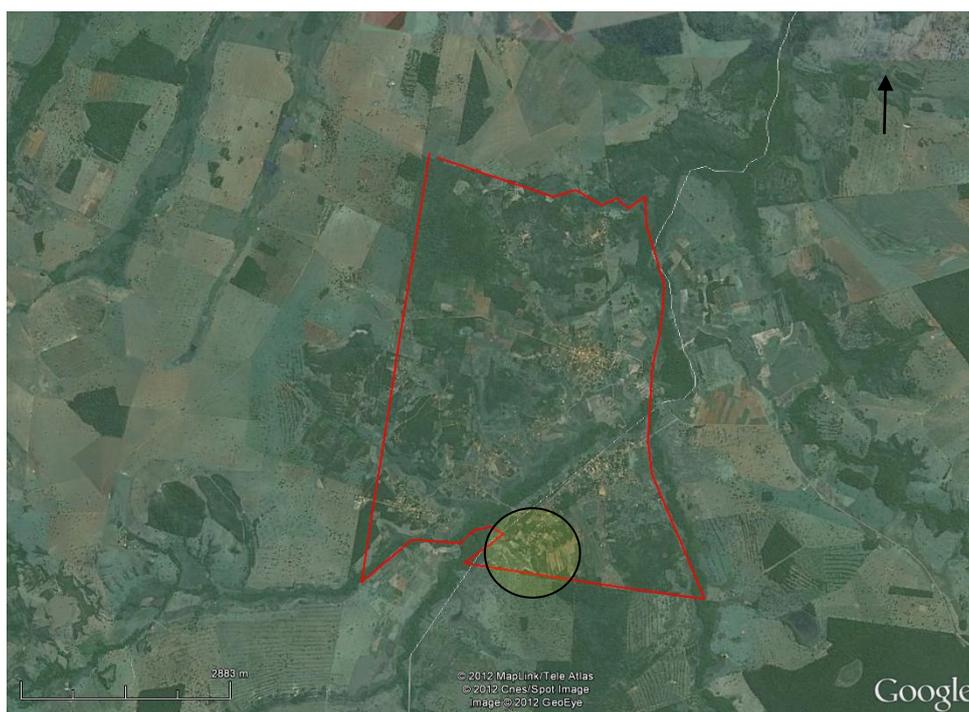
A descrição da matriz ambiental em que a aldeia está inserida atualmente é apresentada com base nas características vegetativas, de solo e na rede de drenagem da região. Tal descrição é baseada em dados técnicos levantados na pesquisa de campo, da bibliografia técnica específica apresentada no decorrer do capítulo e de imagens de satélite. Pelo tempo escasso de pesquisa de campo não fiz um levantamento da forma como os terena descrevem seu ambiente, nem utilizei-me de seus conceitos. Portanto para descrever o ambiente físico me restringi ao meu conhecimento técnico anterior e aos conceitos do homem branco e de sua visão do mundo. Ainda assim considero essa descrição é de suma importância para compreender o momento em que os Terena vivem na aldeia Lagoinha, da escassez de recursos ambientais naturais e antrópicos, e de como estão organizados para fazer a gestão dos mesmos.

Como dito anteriormente, não pretendo fazer uma descrição de todos os aspectos da vida dos Terena da Lagoinha, mas, se possível, aproximar-me da compreensão da sua cosmografia, como colocada por Paul Little (2002):

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p.4)

Assim sendo, volto a repetir, não se trata da compreensão do modo de vida Terena na Terra Indígena Buriti. É uma aproximação da compreensão dos modos específicos com que os Terena, moradores da aldeia Lagoinha, se relacionam com o

espaço físico ocupado por eles, o que envolve sua história, a memória de seus moradores, o uso dos espaços, como bem colocado por Paul Little. Vale à pena lembrar, portanto, que se trata de um universo de, aproximadamente, trezentas pessoas entre adultos, jovens e crianças que ocupam cerca de 150 hectares, localizados ao sul (Mapa 3) do atual espaço oficialmente demarcado da Terra Indígena. Passo, então, às especificidades da aldeia Lagoinha.



Mapa 3 - A linha em vermelho indica os atuais limites de 2.090ha da Terra Indígena Buriti. O círculo indica a localização aproximada da aldeia Lagoinha. Limites sobrepostos em Imagem do Google Earth, acessado em 9 de setembro de 2012.

### 3.1. Dos espaços físicos da aldeia

Em janeiro de 2012, na primeira vez em que estive junto ao cacique e ao Conselho para apresentar o projeto, combinar a estadia e marcar uma data para que eu voltasse e desse início à pesquisa, foi designado um acompanhante para andar comigo pela aldeia. Ficou subentendido, nesse encontro, que se tratava de eu conhecer os aspectos do ambiente físico<sup>50</sup>, dos recursos naturais existentes, e saber como faziam uso desses recursos. Portanto, para eles e para mim havia a necessidade de esse

---

<sup>50</sup> Até então eu não havia me dado conta das relações interpessoais e da importância de sua compreensão para fazer a análise da gestão ambiental.

acompanhante conhecer a região, as plantas e saber o seu uso. Detalhe curioso é que, durante a reunião, brincaram entre si dizendo que não havia muitas pessoas disponíveis, pois poucos se encaixavam nesse perfil de conhecedor de plantas e seu uso, uma vez que esse é o perfil de um xamã, figura que não existia mais na aldeia porque praticamente todos são evangélicos e não mais se utilizam desse recurso. Após alguns momentos de brincadeiras sobre a figura do xamã, chegaram a alguns nomes de pessoas que poderiam me ajudar.

Apresentaram-me, então, o senhor Adão da Silva, conhecido entre eles por "Miranda", apelido pelo qual eu passei a tratá-lo também. O senhor Miranda é indígena Terena e parte de sua família mora na aldeia há muito tempo, mas, mesmo assim, é considerado um *chegante*, porque viveu muito tempo entre os Guarani e Kaiowá na região de Dourados e aonde, segundo ele mesmo, aprendeu a conhecer as plantas e usá-las com fins medicinais. Sendo assim, ele estava habilitado a me levar a conhecer a aldeia e seus recursos naturais e me apresentar aos moradores locais.

Com o passar dos dias e em minhas visitas posteriores pude conhecer melhor os moradores e identificar outras pessoas que também possuem conhecimentos sobre as plantas, mas, como dito antes, não são considerados xamãs. Entre elas encontra-se a senhora Renice Amélia Pereira, que é uma *purutuye*<sup>51</sup>, viúva de um antigo xamã já falecido, com quem aprendeu a fazer os remédios. Seu atual esposo, o senhor Orlando dos Passos Ferreira de Souza, também não é indígena, mas aos dois foi dado o direito de morar na aldeia, pois ela foi casada durante muito tempo com um Terena e possui um filho com ele. Além de dona Renice, outra pessoa que cultiva e se utiliza de ervas medicinais é o senhor Joel Vicente, também um *chegante* que foi convidado a morar na aldeia por ser evangélico e amigo de muitos moradores mais antigos, mas, como ele mesmo disse, "[...] gosto de plantar, mas não uso muito não...". Como se percebe, as pessoas nomeadas aqui são *chegantes* na aldeia e, com exceção do senhor Joel Vicente, não são evangélicos.

Essa é uma das características da maioria dos moradores da aldeia Lagoinha: eles não negam o conhecimento e o valor das ervas medicinais, ao contrário, muitos ainda fazem uso delas, pois presenciei visitas e consultas com a dona Renice, só não a identificam com a figura do xamã, uma vez que a prática religiosa agora foi

---

<sup>51</sup> Designação para uma mulher que não é indígena terena, ou, segundo eles mesmo disseram "uma mulher branca de fora".

transformada<sup>52</sup>. Assim sendo, eles foram meus interlocutores para identificar algumas espécies vegetais e seu uso. Em alguns momentos, o senhor Basílio Jorge também participou desse processo, muito embora negasse "conhecer muito", evidenciando que, em sua atual condição de evangélico, já não poderia falar muito do assunto. Foi assim que, de volta à aldeia no mês de fevereiro, primeira vez que lá estive por um espaço de tempo mais prolongado, fomos então, eu e o senhor Miranda, andar pelos arredores e, a partir daí, com base em minhas observações de campo, pude recolher os dados agora apresentados.

### 3.1.1 Caracterização do meio ambiente físico

A paisagem vegetativa natural da aldeia Lagoinha é constituída por pequenas áreas remanescentes da vegetação típica de Cerrado e Campo (características descritas anteriormente) encontrada a partir dos aspectos da topografia local. Isso porque a aldeia está localizada em uma área de declive que vai se acentuando desde seu começo, no limite com a aldeia Córrego do Meio, terminando às margens do córrego Buriti, formando uma grande depressão.

Na parte mais alta da aldeia há pequenos remanescentes florestais de espécies nativas com estratos arbóreos altos, médios, baixos e plantas rasteiras. Esses remanescentes estão espalhados nos espaços ocupados pelos grupos familiares, as *fundações*, nas áreas de uso coletivo, como, por exemplo, uma área de aproximadamente 02 hectares, que é de salvaguarda e usufruto da Associação da Aldeia Lagoinha, e na divisa com a fazenda Cambará, em que ainda se pode encontrar espécies com bom estado de preservação (Fotos 06 e 07).

Conforme andávamos pelas *fundações*, o senhor Miranda mostrava as espécies e falava de sua utilização, dados que, em conversas posteriores com dona Renice, senhor Joel Vicente e senhor Basílio, foram confirmados. A partir dessas informações montei um quadro (Quadro 3) demonstrativo de algumas espécies vegetativas encontradas, dando preferência pelas espécies nativas, que são mais raramente encontradas na atual situação de degradação ambiental, ou pelas espécies mais utilizadas pela população local, segundo o que me foi dito pelo senhor Miranda. Algumas espécies foram

---

<sup>52</sup> Levi Marques Pereira (2009) faz uma interessante apresentação dos processos de construção da identidade terena no cenário multiétnico de interação com a sociedade nacional. Entre essa interação encontra-se a entrada das igrejas cristãs nas aldeias, como vimos no capítulo anterior, que reordenou a identidade terena.

identificadas através do livro de Harri Lorenzi (1995) "Árvores brasileiras" ou pelo site do Instituto Brasileiro de Florestas<sup>53</sup>. Algumas das espécies citadas pelo senhor Miranda não foram identificadas, por isso a coluna referente ao nome científico da mesma ficou em branco.



Foto 06 - Sr. Miranda ao lado de uma espécie remanescente de mata nativa - Jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*)

---

<sup>53</sup> [www.ibflorestas.org.br](http://www.ibflorestas.org.br), acessado em maio de 2013.



Foto 07 - Remanescentes de mata nativa - Ipê roxo (*Tabebuia spp.*)

Quadro 03 - Espécies vegetativas nativas encontradas na aldeia

Nome Comum	Nome científico	Descrição
Tambori/Timbó	<i>Anadenanthera falcata</i>	Madeira p/ móveis
Aroeira	<i>Miracrodruon urundeuva</i>	Madeira de lei
Almiscar	<i>Malva moschata L</i>	Inflamação e doença respiratória
Ipê Roxo	<i>Tabebuia spp.</i>	Medicinal e madeira de lei
Copaiba	<i>Copaifera landesdorffi</i>	Inflamação
Jatobá	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>	Fruto/alimentação
Bocaiuva	<i>Acrocomia aculeata</i>	Fruto/alimentação
Araticum	<i>Annona crassifolia Mart.</i>	Alimento/fruto
Ipê amarelo	<i>Tabebuia spp.</i>	Madeira de lei
Jacarandá	<i>Dalbergia nigra</i>	Madeira de Lei
Cumbaru	<i>Dipteryx alata</i>	Madeira de lei, medicinal e p/ artesanato
Cipó prata	<i>Banisteria Argyrophilla</i>	Medicinal - bom p/ sangue
Carapiá	<i>Dorstenia brasiliensis</i>	Medicinal - doença respiratória
Fava d'anta	<i>Dimorphandra mollis Benth.</i>	Madeira de lei
Ninho de Arara		Madeira de Lei
Luceiro		Arbusto medicinal-febre, inflamação
Pariparoba	<i>Piper umbellatum L.</i>	Planta de brejo, arbusto medicinal - inflamação
Coração de negro	<i>Poecilanthe parviflora</i>	Madeira de lei
Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides Kunth</i>	Madeira de lei e medicinal
Ingá	<i>Inga spp</i>	Fruto e sombra
Capitão Bravo		Árvore p/ lenha, comida de pássaros e medicinal
Querendina		Medicinal - picada de cobra
Cabelo de anjo	<i>Chevreulia sarmentosa</i>	Erva medicinal p/o coração
Cana-brava	<i>Erianthus Sccharoides</i>	Erva medicinal p o rim, bexiga, próstata
Guatambu	<i>Aspidosperma parvifolium</i>	Arbusto/ madeira para cabo de enxada
Guariroba	<i>Syagrus Oleracea.</i>	Palmeira frutos e artesanato

Sangra d'água	<i>Croton urucurana</i>	Árvore p/ artesanato
Mamica de cadela	<i>Zanthoxylum caribaeum</i> Lam	Madeira
Linhático		Árvore madeira de lei
Leiteira	<i>Tabernaemontana hystrix</i>	Árvore medicinal
Anjico	<i>Anadenanthera falcata</i>	Madeira de lei e medicinal

Conforme vemos no quadro apresentado, existe ainda uma razoável variedade de espécies nativas consideradas "madeira de lei", ou seja, uma madeira nobre de grande utilidade para construção civil e outros empregos, como o artesanato, por exemplo. No entanto, a quantidade existente é baixa, pois, para cada espécie descrita foi encontrada duas ou três plantas. Por isso o cacique, em todos os momentos que nos encontramos fala da necessidade de se ter um projeto de reflorestamento na aldeia, em que seja feita coleta de sementes e plantio de mudas das espécies nativas.

Na parte mais baixa da aldeia, que vai até as margens do córrego Buriti (Fotos 08 e 09), encontra-se uma formação vegetal estritamente campestre, ou campos de vazante (SEMAC - ZEE, 2008), com um número pequeno de arbustos e subarbustos, nele prevalecendo um revestimento vegetal de pastagem artificial do gênero *brachiaria spp.* Os moradores locais não estão seguros quanto ao período em que a *brachiaria* foi introduzida na aldeia. Para alguns o pasto foi formado ainda no tempo em que a área era fazenda, para outros, como o senhor Basílio, as sementes foram trazidas involuntariamente pregada nas roupas dos trabalhadores das fazendas ao redor. O fato é que grande parte da parte mais baixa é formada por pastagem artificial, sem muita proteção vegetativa de maior porte.

Existem pequenas árvores e arbustos que estão recompondo a vegetação de Cerrado como a Embaúba (*cecropia sp.*), mas ainda com pouco vigor físico. Esse espaço ocupa uma grande área da aldeia Lagoinha e uma parte dele era usada, em anos anteriores, para atividades agrícolas como o plantio de arroz, milho, feijão, entre outras culturas, mas foi deixada de lado pela baixa produtividade. Atualmente possui três tanques para criação de peixes, mas eles ao seu redor continuam com o pasto para o gado. Tais atividades e seu manejo são descritas com maiores detalhes, mais adiante.

Por fim, a vegetação arbórea que compõe a mata ciliar do córrego Buriti, e que passa dentro da TI, encontra-se relativamente preservada, com espécies de médio e

grande porte e com predominância da taquara (*Bambusa sp.*)<sup>54</sup>, muito utilizada por eles em suas construções.



Foto 08 - Área de várzea na aldeia Lagoinha



Foto 09 - Área de várzea na aldeia Lagoinha

A parte baixa da aldeia Lagoinha é rica em recursos hídricos. Além do córrego Buriti que corre em quase toda sua extensão pelo lado Oeste, a aldeia possui nascentes

---

<sup>54</sup> Segundo a literatura especializada, existe cerca de 600 a 700 espécies de bambú, por isso a dificuldade de identificação.

de considerável vazão. No entanto, as nascentes não estão protegidas e têm sido constantemente pisoteadas pelo gado, o que prejudica seu manejo e manutenção. A parte mais alta da aldeia não possui nascentes, e as casas, escola e o posto de saúde são abastecidas pela rede de encanamentos dos serviços da empresa saneadora do Estado, a SANESUL. No entanto, a rede de abastecimento é ligada a um poço de captação de água pertencente à aldeia Córrego do Meio, que fica prejudicado, na medida em que há maior volume de uso por parte desta comunidade. Explico melhor, quando existe uma demanda maior por água na aldeia Córrego do Meio, ou quando há uma desavença entre as lideranças das duas aldeias, o abastecimento de Lagoinha não acontece.

Na aldeia Lagoinha já existe um poço perfurado, mas não se encontra em funcionamento, porque faltou verba para o término da rede de encanamento que levaria água a toda a aldeia. Os moradores locais atribuem ao cacique e sua liderança a responsabilidade pela falta de água para uso doméstico e nas áreas de serviço, pois, na visão dos mesmos, seria responsabilidade das lideranças fazer essa articulação junto aos órgãos estatais competentes.

Muito embora o córrego Buriti ainda seja um importante recurso natural, sua qualidade foi comprometida ao longo do tempo com a colonização da região, conforme vimos anteriormente sobre os recursos hídricos na TI Buriti. Seu leito está assoreado (Foto 10), resultado das ações externas na nascente do córrego, e já não possui a quantidade e variedade de espécies de peixes que compunham a alimentação dos moradores da Lagoinha.

Na memória dos moradores mais antigos ainda está guardado o tempo em que iam ao córrego para pescar e se banhar e da grande variedade de animais na região e que vinham beber água como a anta (*Tapirus terrestris*), onças (*Panthera onca*), quatis (*Nasua nasua*). Durante minhas estadas, pude observar somente a presença de um pequeno roedor, a cotia (*Dasyprocta aguti*) e alguns pássaros, como o tucano (*Ramphastos toco*) e a arara canindé (*Ara ararauna*), entre outros de menor porte.



Foto 10 - Córrego Buriti

O solo da aldeia é predominantemente o *latossolo*, característico do Cerrado, podendo ocorrer manchas aonde se encontra o *latossolo* vermelho-escuro, de textura média associado aos *neossolos*, ambos com baixa fertilidade natural. Encontra-se no mesmo processo de perda de fertilidade, causada pelas intempéries naturais como ventos e chuvas, mas, principalmente, pelo gradativo desmatamento que vem ocorrendo e pela necessidade de abertura de novas áreas para criação do rebanho de gado, plantio e construção de moradias. Importante característica da área é sua declividade (mencionado anteriormente quando descrevi a vegetação da região), pois ela controla os processos de formação e modificação dos solos, por afetar diretamente a velocidade do fluxo de água superficial e subterrâneo, bem como seu teor e o potencial de erosão/deposição, e muitos outros processos importantes (GALLANT; WILSON, 2000). Em algumas áreas da aldeia já se pode encontrar inícios de erosão que, se não controladas, podem se tornar sérios problemas para seus moradores.

O clima na aldeia, assim como em todo Estado de Mato Grosso do Sul, sofre mudanças constantes causadas pelas dinâmicas de diferentes massas de ar que atuam na região. O clima é classificado como tropical, com inverno seco e estação chuvosa no verão, de novembro a abril. A temperatura média anual é de 23,3°C e, nos meses mais frios, é superior a 18°C. A precipitação pluviométrica anual é superior aos 750 mm, podendo atingir 1.800 mm (EMBRAPA, 2011).

Vemos, com essa pequena caracterização dos aspectos físicos do ambiente que,

apesar de ocupar um pequeno espaço geográfico, ele já é comprometido em termos ambientais. Seu terreno forma uma declividade acentuada, o que significa portanto que em grande parte, não pode ser usado para atividades como a agricultura. As áreas que possuem remanescentes de mata, possuem pouca variedade de espécies utilizadas pelos moradores locais. O solo possui baixa fertilidade natural. É, portanto, um quadro pouco favorável à manutenção das atividades agrícolas ou pecuárias a que estão acostumados.

Vou adentrar na descrição das atividades econômicas que decorrem do uso destes ambientes e tentar apreender a maneira como lidam com esta situação.

### **3.2. Dos rearranjos no uso dos espaços para atividades práticas econômicas e de subsistência.**

Antes de iniciar a descrição das práticas econômicas realizadas pelos Terena da aldeia Lagoinha, coloco um rápido pensamento sobre o significado de "prática de subsistência", sem querer entrar em uma discussão mais aprofundada da economia e seus conceitos, mas para pensar a respeito do que é, efetivamente, realizado na aldeia. Comumente pensa-se essa prática como produção, principalmente a agrícola, apenas para consumo interno das famílias envolvidas no processo. Contudo Maurice Godalier (1978) oferece outro pensamento sobre o significado de economia de subsistência que não se opõe ao que foi dito anteriormente, mas o complementa. Para esse autor, o conceito de economia de subsistência, frequentemente utilizado para caracterizar as economias primitivas, mascara o fato de que a produção não é somente para consumo interno das famílias; eles produzem, sim, um excesso, mas sem a finalidade de lucro, que serve para a manutenção do funcionamento das estruturas sociais, através das suas diferentes formas de troca.

Pensar nas atividades práticas na agricultura de subsistência, que os Terena da Lagoinha desenvolvem, é pensar sobre algumas das características da economia de subsistência como: o baixo número de horas trabalhadas por dia; maior uso de ferramentas rudimentares na produção agrícola ao invés de equipamentos que lhes garantam maior aproveitamento do tempo, como o trator por exemplo; e por último, ao produzir, não são estimulados pelas necessidades do mercado. Existem, portanto, características dessa economia nas práticas Terena, mas concordando com o pensamento de Godalier, penso que, ao se dedicarem a estas atividades, estão intencionalmente (mesmo inconscientes disto) objetivando alguma forma de troca que

lhes garanta a manutenção da estrutura social em que estão inseridos. Com essa reflexão em mente é que passo a descrever práticas econômicas que envolvem o uso dos recursos ambientais naturais e antrópicos dentro da aldeia.

### 3.2.1. Das roças e dos hortos domésticos

Para fins de descrição dos atuais espaços usados na agricultura terena da aldeia Lagoinha, uso um recurso metodológico adotado por Tercio Jacques Ferlauer (2004), em seu estudo sobre os Terena da aldeia Limão Verde em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, em que utiliza a distinção entre o espaço da **roça e do horto doméstico** como recurso analítico. A distinção dos dois espaços está no fato de serem física e geograficamente separados, mas ainda de uso extensivo<sup>55</sup> e com produção variada, conforme o potencial ambiental de cada área.

O espaço do **horto doméstico** é próximo às casas, em seu entorno, e em tese com um menor potencial agrícola, pois foi exaustivamente cultivada e seu teor de fertilidade já está comprometido. Mas se os espaços mais próximos às residências perdem em potencial agrícola ganham outro valor, o de convívio social. É ali que se encontram os plantios de árvores frutíferas de grande, médio e pequeno porte, que se dá o cultivo de ervas para uso doméstico na alimentação e medicinal, e onde se cria de animais de pequeno porte. É ali, portanto, que a estética e o ritual se juntam e estão relacionados ao bem viver dos moradores.

Alçar o espaço dos **hortos domésticos** para o patamar de espaço de convívio social, quer dizer trazer para esse local atividades diferentes das relacionadas à produção agrícola e animal. Ali nos hortos, entre as *fundações*, encontra-se também as igrejas, o barracão onde acontece as reuniões sociais da comunidade, o campo de futebol, a escola, o posto médico. E nesses locais, externos às casas e a vida em família, se dá toda a interação entre as pessoas da aldeia. Elas se reúnem, principalmente, embaixo das árvores para discutir qualquer assunto, seja ele político, religioso ou econômico, relacionado à aldeia em geral.

Já os espaços destinados à **roça** encontra-se nos arredores, localizada na parte mais alta, a sudeste da aldeia Lagoinha na divisa com a aldeia Córrego do Meio e aonde, tentativamente, se cultivam espécies mais exigentes em termos de fertilidade.

---

<sup>55</sup> Refere-se ao uso extensivo dos espaços para caracterizar uma agricultura ou outra produção que não pretende uma alta produtividade em um pequeno espaço.

Difícilmente encontrei com grupos familiares ou de amigos que usassem esse espaço para conversas informais. As atuais áreas destinadas à **roça** foram "abertas"<sup>56</sup> para plantio a cerca de dois anos, anteriormente plantavam na área de várzea próxima ao córrego Buriti.

No entanto, simbolicamente não se pode separar os dois espaços, pois eles fazem parte da uma mesma categoria, a *fundação*. Por isso, deveriam ser regidas e manejadas pelas mesmas regras sociais que é desenvolvida por cada cada *tronco* que nela habita. Tercio Jacques Ferlauer (2004) também chega à mesma conclusão quando diz que a categoria “roça”, que é bastante usual entre os Terena não oferece limites e conceitos tão distintos do “horto doméstico” como parece sugerir. Portanto, cada **roça** e **horto doméstico** possui, hipoteticamente, diferenças de uso e manejo de acordo com contexto ecológico e geográfico a que estão inseridos e quanto ao contexto social, pois cada espaço é gerido por diferentes *troncos*, mas em sua acepção possuem o mesmo significado simbólico.

Assim sendo, idealmente, a gestão e manejo dos dois espaços seria realizada pelos *troncos familiares* e seus componentes, ou seja, o líder ou *tronco fundador*, seus filhos, netos e agregados (filhos adotivos, genros, irmãos da igreja, etc.) estabelecidos em sua *fundação*. O espaço físico, ou *fundação*, que cada *tronco familiar* ocupa na Lagoinha, depende do número de pessoas que o compõe e do tempo que está estabelecido na área. Em geral, os primeiros moradores, os *troncos fundadores*, estão radicados em áreas de, aproximadamente, 06 hectares aonde construíram suas casas e, em seu entorno, encontram-se os **hortos domésticos**. Para a constituição das roças foram destinados espaços de, aproximadamente, um hectare para cada família nuclear que compõe o *tronco*, desde que possuam filhos. O casal constituído, mas sem filhos, que ocupa uma moradia separada de seus pais e na mesma *fundação*, não tem direito ao espaço da roça. A regra válida para ter um maior ou menor espaço para roça é ter condições de cuidar da mesma, principalmente a limpeza regular. Em resumo, para a área de **roça**, cada *tronco* tem em média três hectares a serem cuidados por seus membros, de acordo os critérios especificados acima. No entanto, nenhum dos *troncos* tem utilizado essa área, preferindo plantar nos espaços dos **hortos domésticos**. Dos

---

<sup>56</sup> Quando digo abrir novas áreas não me refiro ao modo Terena de como fazem o desmate nas "roças de toco", em pequenos espaços e deixando as espécies vegetativas maiores. O espaço destino às roças foi aberto usando-se o trator em uma grande área e não deixando árvores ou nenhuma espécie vegetativa. Segundo meu interlocutor, sr. Miranda, que me acompanhou em minhas andanças pela aldeia, aquela era uma área de mata em recuperação que foi derrubada com o intuito de incentivar os moradores a começarem novos plantios, o que não se sucedeu.

entrevistados com quem conversei, somente o Sr. Vitor Marcelino e seu filho, Sr. Sidney Marcelino, tentaram realizar o plantio de feijão por iniciativa própria.

O preparo do solo nas áreas destinadas à roça é feito de forma mecanizada, com a utilização de um trator que realiza o trabalho mais pesado de arar e gradear a terra. Logo após o preparo, o plantio é feito manualmente com ajuda de matracas<sup>57</sup>, restando aos membros das famílias o trato cultural de limpeza e manutenção. O trator utilizado foi adquirido através de convênios com os órgãos do Estado e a responsabilidade de sua manutenção é da liderança eleita, ou seja, do cacique e seu Conselho, e seu uso condicionado à disponibilidade, ou não, de óleo para seu funcionamento. As sementes usadas nos plantios das roças também são fornecidas pelos órgãos estatais, raros são os casos de quem guarda sua própria semente para o ano posterior.

Todos os moradores, sem exceção, apontaram a falta de sementes e de óleo de motor para o trator trabalhar como o principal empecilho do plantio e atribuíram essa dificuldade à falta de interesse político do cacique em ir buscar os recursos necessários junto ao Estado, representado pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia e da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Via de regra, o preparo do terreno e o plantio deveriam acontecer entre os meses de janeiro a março, mas nesse período nada aconteceu. As sementes necessárias só foram trazidas no mês de março, durante minha terceira estada entre eles. E quando havia semente não havia óleo para que o trator pudesse fazer o trabalho de limpeza e aragem da terra. No entanto, de acordo com os dados de campo levantados, percebe-se que são poucos os núcleos familiares que efetivamente fariam uso da área destinada às **roças**, mesmo que houvesse recursos financeiros necessários, pois quase todos os homens estão em alguma outra atividade econômica. Dos líderes dos núcleos familiares entrevistados, e eu estive com quase todos eles, cerca de 80% disseram não ter interesse em plantar nas áreas destinadas a esse fim porque não tinham mais condições físicas de fazer o manejo, que é basicamente a capina da roça.

Os líderes, alguns dos *troncos* mais velhos, disseram estar desanimados com o plantio e se sentem cansados. Nas palavras do Sr. Adelor Honorato Lopes, 61 anos, aposentado, que veio morar na Lagoinha no ano de 1972, quando se casou:

Muitos aqui dizem, minha lavoura é o mercado. Eu recebo o salário e vou no mercado comprar. Hoje não dá mais, não produz mais como antigamente. Os que estão plantando estão cercando suas áreas, os mais espertos estão fechando [...] Hoje o tempo já não significa quase nada, já não é mais o mesmo, quem planta arrisca a sorte ...  
(Entrevista com Sr. Adelor no dia 23/03/2012)

---

<sup>57</sup> Equipamento agrícola para plantio manual de sementes.

Deixaram de se dedicar ativamente à agricultura nos espaços destinados à roça há pouco tempo<sup>58</sup>, por isso souberam me contar em detalhes como eram. Plantavam na região mais baixa da aldeia, na área de várzea, próxima ao córrego Buriti, desde quando faziam parte da aldeia Córrego do Meio. De acordo com o relato do Sr. Adelor, plantaram nesse espaço sem a realização de nenhum trato agrícola, tais como correção da acidez do solo ou adubação, dependendo somente da natureza para recompor a fertilidade<sup>59</sup>. Esse trato agrícola só aconteceu uma vez, há cinco anos, quando pressionaram a FUNAI para fazê-lo.

Durante aquele período, as principais culturas foram: o arroz (*Oriza sativa L.*) das variedades amarelão, ferrão preto, ferrujão, semeados entre os meses de agosto a setembro, que colheram em torno de vinte e cinco sacas por hectare; feijão catador (*Vigna unguiculata*), plantado o ano inteiro e colhidas cerca de cinco sacas por hectare; milho (*Zea mays*), plantado de um a dois hectares, o ano inteiro, e produzido de três a quatro "carros de boi", medida que equivale ao tamanho da carroceria de um trator. Toda a produção era voltada ao consumo interno das famílias e fizeram menção de venda do milho somente quando havia excesso e estavam perdendo a produção. Nos espaços entre as fileiras das culturas costumavam plantar outras espécies, como a abóbora (*Cucúrbita moschata*) e a melancia (*Citrullus lanatus*).

Atualmente, na área de várzea, somente o Sr. Basilio Jorge ainda mantém algumas espécies de frutíferas plantadas, plantio que começou há dois anos atrás, mas se encontra em estado de abandono, porque não teve condições de fazer o manejo devido a acometimentos de saúde que o deixaram debilitado fisicamente. O restante da área foi invadido pelo mato e capim, sendo parte dela destinada ao gado.

O que se percebe entre os moradores mais antigos é que ainda guardam na memória as práticas do manejo do solo para agricultura, sabendo reconhecer os diferentes tipos de solo, épocas de plantio e de ocorrência das chuvas, elementos básicos necessários ao bom andamento dos plantios. No entanto, estão desanimados quanto à qualidade dos solos disponíveis para o plantio, da falta de um líder que faça a ponte entre as instituições e os incentive na produção, assim como falta mão de obra jovem

---

<sup>58</sup> Deixaram de plantar há cerca de dois anos, quando perceberam a baixa produtividade da terra, por isso novas áreas foram abertas em terra firme, na tentativa de fazer com que retomassem os plantios.

<sup>59</sup> Vimos, na descrição do espaço físico, o tamanho da área que a várzea ocupa e a diferença entre o ambiente de terra quanto à recomposição da fertilidade e do potencial produtivo.

para ajudá-los nos serviços de manutenção da roças. Adiante falo mais sobre a relação entre jovens e adultos.

São nos **hortos domésticos** que ocorre toda a produção agrícola na aldeia Lagoinha. Nesse espaço há uma variedade de plantios que vão desde enormes árvores frutíferas até plantas rasteiras usadas como medicamentos, ao contrário dos espaços destinados às **roças**. Nos **hortos** trabalham os homens mais novos que não possuem outra atividade econômica na aldeia ou fora dela (em geral estão desempregados das indústrias locais), ou os *troncos* mais velhos que ainda possuem força física para desenvolver esse trabalho. Durante minhas estadias na Lagoinha, vi somente duas mulheres que, efetivamente, ajudavam seus maridos no trabalho de plantio e limpeza dos cultivos nos **hortos domésticos**. O restante das mulheres se dedica aos trabalhos na casa e cuidando dos animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, ou ainda, em geral, trabalham fora, também nas indústrias.

O manejo de cada **horto** e **roça** depende da organização familiar em que estão inseridos, ou seja, do modo como cada *tronco* faz a gestão do espaço. Na Lagoinha, os espaços ocupados pelos troncos mais antigos, na área central da aldeia, quase não existem mais áreas para desenvolver nenhum tipo de novo plantio. As moradias junto às construções como a escola, o posto de saúde e as igrejas tomam quase todo o espaço. A paisagem desses espaços é composta por árvores frutíferas ou remanescentes de mata nativa, que eles evitam cortar, pois fornece sombra e abrigo aos animais (Foto 11). Os *troncos* antigos que possuem, nessa área, uma parte destinada ao plantio de mandioca ou outro cultivo, como o abacaxi, já reclamam da baixa produtividade do solo, pois há muito tempo fazem uso do mesmo sem nenhum trato agrícola. Para algumas famílias, a solução para do espaço está sendo a utilização da sombra natural fornecida pelas árvores, como se fosse um grande viveiro a céu aberto (Foto 12), para produzir mudas de plantas nativas, como a palmeira Guariroba, que tem valor comercial pela extração do palmito, e o Cumbaru, importante madeira de lei .



Foto 11 - Parte do horto doméstico do Sr. Basilio



Foto 12 - Plantio de mudas de Guariroba na *fundação* do sr. Basílio área central da aldeia Lagoinha hortos locais

Nos **hortos domésticos** localizados nos arredores da aldeia, aonde se encontram os *chegantes*, a paisagem possui características diferentes. São espaços em que ainda se encontram pequenas porções de matas isoladas que estão em recomposição e aonde é possível desenvolver o plantio de diferentes variedades de cultivos (Fotos 13 e 14),

entre as quais pequenas plantações consorciadas de mandioca, banana, abacaxi, milho, abóbora, maxixe e frutíferas. Nenhum dos hortos visitados ultrapassa dois hectares de tamanho, condizendo com a regra de ter o espaço que cada família pode cuidar. A produção é basicamente para consumo familiar e para troca entre os parentes e amigos. Enquanto estive na aldeia, não encontrei nenhum **horto** que tivesse sua produção com excedente, que pudesse ser vendida nos mercados da cidade.

Para o plantio nos espaços dos hortos não há interferência da liderança no processo decisório do que plantar e como plantar; a decisão é do líder do núcleo familiar, seja o *tronco* mais velho ou o chefe da família nuclear. Quando necessitam de uma área maior que precise do uso do trator para o preparo do solo, solicitam à liderança; depois o plantio e cuidados são feitos pelas famílias.



Foto 13 - Hortos domésticos nos arredores da aldeia Lagoinha

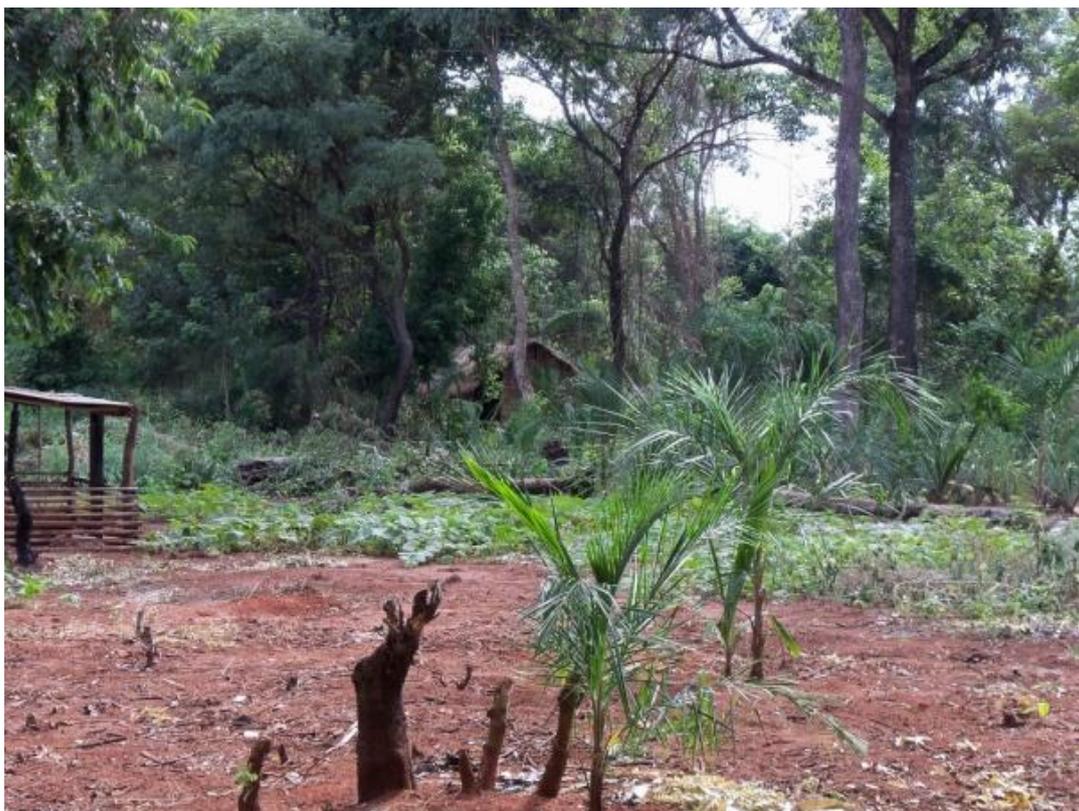


Foto 14 - Hortos domésticos nos arredores da aldeia Lagoinha

Pela descrição das espécies plantadas no espaço de **roça** na várzea e na observação "in loco" dos cultivos nos **hortos domésticos**, percebe-se que existem diferenças quanto ao potencial de fertilidade de cada área. Na várzea havia uma reposição dos nutrientes necessários nos períodos chuvosos, em que o terreno ficava parcialmente inundado pelo córrego e pelas nascentes. Quando a vazão diminuía, causada pelas mudanças ecológicas nos espaços de entorno da aldeia, como o desmatamento, por exemplo, o enriquecimento natural através da inundação deixou de acontecer. O plantio de cultivos de arroz, feijão e milho, naturalmente exigentes quanto à fertilidade do solo, deixou de ser realizado nessa área pelo baixo potencial agrícola que restou depois de muitos anos de uso.

Nos **hortos domésticos**, em terra firme, o potencial de fertilidade já era restrito, pois, nesses espaços, o tipo de solo é o característico dos Cerrados (conforme visto anteriormente que apresenta baixo teor de fertilidade) e pelo processo degenerativo natural de lixiviação e intemperismo. No desmatamento desses espaços para a construção de moradias, perdeu-se muito do potencial regenerativo dessas áreas, pois é a cobertura vegetal que protege o solo dos efeitos destrutivos de erosão e de radiação solar. Mesmo em áreas de hortos, que ainda possuem pequenas porções de mata, esse

processo fica prejudicado, pois é necessário um longo período de descanso para a vegetação natural se recompor e o solo "descansar". Com o passar do tempo, nem mesmo o uso constante de fertilizantes naturais ou artificiais serão suficientes para restabelecer o solo. Assim sendo, somente espécies menos exigentes quanto à fertilidade do solo, caso da mandioca, podem ser cultivadas nesses locais.

O que os *troncos* mais antigos da Lagoinha relataram, quanto ao tempo de fartura, refere-se aos primeiros anos em que o solo ainda não se encontrava fraco e muito do que plantavam tinha sucesso. Ainda assim relataram a necessidade de manter um trabalho fora da aldeia para aquisição de gêneros alimentícios que suprissem as necessidades alimentícias das famílias. Muito do que produziam e ainda produzem são alimentos ricos em carboidrato e pobres em proteína, seja ela animal ou vegetal. Nos dias atuais, as famílias recebem cestas básicas do Governo do Estado, a cada dois meses, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, e a aldeia tem recebido de forma irregular, frutas, verduras e legumes da Companhia Nacional de Alimentos - CONAB. Os produtos que compõem as cestas básicas são também ricos em carboidratos e açúcares e com pouco teor proteico. Mesmo a criação de pequenos animais como porcos e aves nos hortos domésticos não supre essa necessidade.

A criação de animais, porcos e aves, são para o consumo da família e também acontece nos espaços dos **hortos domésticos**. Nem todas as famílias possuem esses animais, seja por falta de espaço, de tempo para cuidar, ou mesmo porque o custo de sua criação é caro. Isso porque a base da alimentação, tanto dos porcos quanto das galinhas, é o milho, em forma de grão, quirera ou de farelo. Como não estão produzindo, no momento tudo o que é gasto com os animais é comprado nos mercados da cidade.

Segundo D. Leonora Jorge, sua família gasta em torno de R\$ 60,00 por mês para comprar duas sacas de milho, de sessenta quilos e cinco quilos de quirera, para alimentar cerca de setenta aves entre adultos e pintinhos. As aves ( Fotos 15 e 16) são mantidas presas em um galinheiro, mas soltas em partes do dia, para que possam "pastar"; dessa forma consomem folhas e bichinhos que ajudam no fornecimento de nutrientes e complementam a alimentação. Para a criação de oito porcos e dois leitões, eles gastam, aproximadamente, R\$ 70,00, adquirindo mensalmente duas sacas de milho e uma saca de farelo, e diariamente são alimentados com, mais ou menos, cinco litros de restos de comida. O uso desses animais na alimentação não é regular; eles preferem guardá-los para os fins de semana ou ocasiões especiais e datas festivas. Em seu dia a

dia consomem os produtos da cesta básica e de outros gêneros alimentícios comprados nos mercados.



Fotos 15 e 16 - Criação de aves nos hortos domésticos

### 3.2.2. Dos espaços coletivos da aldeia

Conforme vimos no item anterior, os espaços da **roça** e dos **hortos domésticos** são utilizados pelos *troncos* e, embora separados geograficamente, fazem parte da mesma *fundação*. As atividades econômicas ali desenvolvidas são organizadas e geridas pelas famílias nucleares que compõem cada *tronco*, mantendo sua particularidade e gozando dos direitos exclusivos de exploração dos recursos existentes nesses espaços. Embora não sejam propriedades particulares, esses espaços não são de uso coletivo.

Os espaços de uso coletivo estão mais afastados do núcleo da aldeia, a sua volta, e são como áreas de reserva para o estabelecimento de novos *troncos*, proteção de matas e nascentes e aonde se introduzem novas atividades econômicas que, em tese, são para usufruto de todos os moradores. É nesse espaço que foram implantados tanques para criação de peixes e onde o gado da aldeia é criado.

Os tanques para criação de peixes estão localizados na parte mais baixa da aldeia, próximos às nascentes (ver figura 02 na página 67). Foram construídos há aproximadamente dois anos, a partir de um projeto desenvolvido entre a Prefeitura Municipal de Sidrolândia e a liderança política da época e, segundo alguns moradores, com o acordo das famílias. No entanto, para outros moradores, como o Sr. Marcelino Manoel Gabriel, "[...] não sabe como foi a decisão da construção dos tanques de peixe e nem se isso afetou o meio ambiente, as nascentes [...]".

Atualmente existem quatro tanques, três deles estão sendo administrados e mantidos pelas famílias dos senhores Gaudêncio Canhete, Vitor Marcelino e José Alfredo Oliveira. O outro tanque deveria ser comunitário e mantido pela liderança, mas está abandonado. A doação da ração e a repopulação dos peixes é feita através da assistência técnica da Prefeitura Municipal.

A grande questão que envolve a criação de peixes na aldeia é como foi feita a construção dos açudes, pois estão muito próximos às nascentes e, segundo a fala dos moradores, as mesmas estão secando depois da ativação desses tanques, porque somente algumas famílias são beneficiadas com essa atividade. Para as famílias que mantêm os açudes, esse foi um acordo decidido e realizado da mesma forma que as roças: as famílias que desejam manter a atividade se oferecem para fazê-lo. Para essas famílias, o tanque de peixes de uso comunitário só não deu certo porque o restante das famílias não teve interesse em sua manutenção.

A outra atividade econômica desenvolvida nas áreas coletivas da Lagoinha é a criação de gado leiteiro e de corte. A introdução do gado na aldeia Lagoinha se deu no ano de 2005, quando a Associação de Moradores conseguiu, através de um projeto junto a "Projetos da Carteira Indígena"<sup>60</sup>, uma ajuda financeira para a formação de pasto e compra dos animais. Neste ano, 2005, plantaram cinquenta hectares de gramínea conhecida como brachiaria (*Brachiaria decumbens*) e compraram vinte cabeças de bovinos para produção de leite. O Sr. Adelor Canhete e o filho Eliezer Canhete, responsáveis pelo gado, me explicaram que o rebanho é composto por animais resultantes do cruzamento entre duas raças, a Holandesa e as raças zebuínas. Esse cruzamento tem por objetivo melhorar a produção de leite, a eficiência reprodutiva e a adaptação ao meio ambiente, pois a raça Holandesa é conhecida como grande produtora de leite e as raças zebuínas conhecidas por sua rusticidade. Essa prática, segundo eles, é bastante comum entre os pequenos criadores de gado leiteiro, por isso optaram por essa compra.

Desde então, o gado da Associação vem sendo mantido nesses mesmos cinquenta hectares, sem que nenhum trato agrícola no pasto fosse realizado, além de limpeza periódica. Em muitos pontos do terreno observa-se que a pastagem já se encontra degradada devido à insuficiente reposição de nutrientes no solo. A vacinação do gado é feita anualmente pela Agencia Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO, mas, além disso, não recebem nenhuma assistência técnica. Qualquer outro tipo de manejo, como a vermifugação, por exemplo, é responsabilidade das famílias envolvidas.

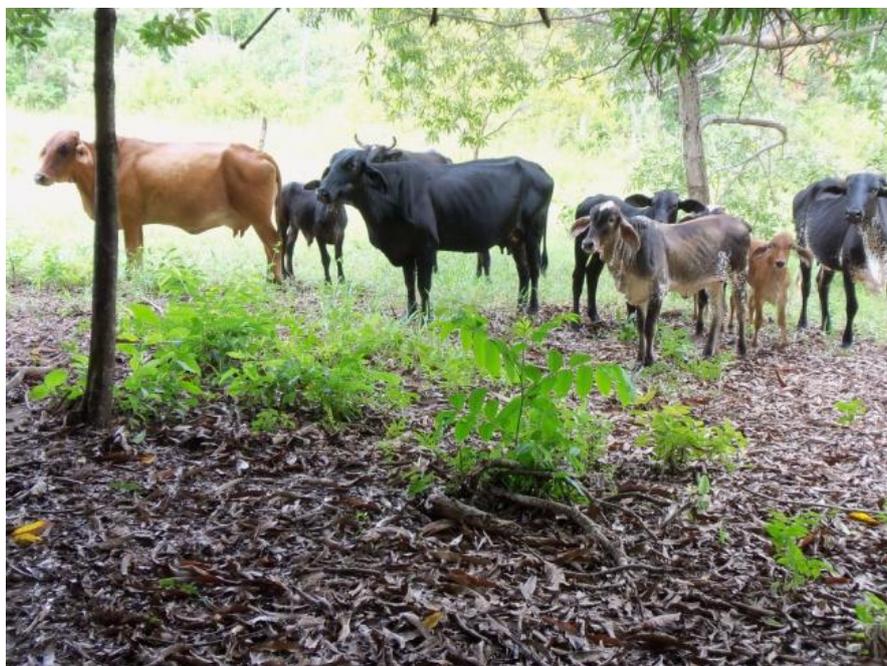
No período em que estive na aldeia havia quatro vacas com cria e produzindo uma média de trinta litros de leite por dia, o que quer dizer sete litros e meio por cabeça. Esta é uma média baixa, se comparada às criações do mesmo porte na região. A produção diária de leite é dividida, a cada dia uma família associada fica com o produto, que pode ser usado para diferentes finalidades.

Mais recentemente, as famílias, separadamente, adquiriram mais cabeças de gado, dessa vez, para produção de carne, conhecido como gado de corte, mas não são de uso coletivo. Cada família é responsável por adquirir sal mineral, medicamentos e

---

<sup>60</sup> É uma ação do governo federal, resultado de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com o objetivo de contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional. ([www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br))

qualquer outra coisa necessária à manutenção do seu rebanho. No entanto, os cuidados diários ficam a cargo de uma só pessoa, aquela que assumiu a responsabilidade perante a liderança, nesse caso o Sr. Gaudencio Canhete. Durante o período de vacinação ou de outro manejo que necessita de mais pessoas, os donos do gado contribuem com o trabalho.



Fotos 17 e 18 - Vacas e bezerros do rebanho comunitário da aldeia Lagoinha

O gado de corte da raça Nelore, chamado por eles de gado branco, vem sendo mantido na área de retomada e forma um rebanho de, aproximadamente, cem cabeças.

A área destinada à atividade de criação do gado é de cerca de cento e trinta hectares, somando os dois espaços, o da aldeia e o da retomada. Tanto em um espaço quanto no outro, o gado tem se abastecido de água nas nascentes locais e nos pequenos lagos formados por elas. No entanto, essa é uma prática que, com o tempo, causa impactos negativos ao ambiente, pois o pisoteio constante dos terrenos próximos às nascentes pode compactar o solo diminuindo sua capacidade de infiltração, deixando-o sujeito à erosão. Com o tempo pode haver o soterramento da nascente (Calheiros et al., 2004).

No entanto há (até o momento da pesquisa) a preocupação entre os moradores da Lagoinha de que, a qualquer momento, seja solicitada a retirada do gado que se encontra na área de retomada, pois o processo de demarcação está em andamento, portanto indefinido. Assim sendo, se houver a determinação judicial de desocupação da fazenda, devem decidir para onde levar seus animais. Algumas famílias já estão se preparando para cercar parte de suas *fundações* e ali, então, colocar o gado. O grande problema dessa situação é o impacto que a presença desse rebanho irá causar. São, aproximadamente, cem cabeças de gado que iriam para dentro do atual espaço da aldeia Lagoinha. Em termos ambientais, a capacidade de suporte desse espaço está superada, isso porque, para um manejo adequado de bovinos em criação extensiva, como eles estão acostumados a fazer, é necessário reservar pelo menos um hectare de terra para cada cabeça de animal. Ou seja, se as cem cabeças de gado retornassem para a aldeia Lagoinha, não haveria espaço para as pessoas, outros animais ou pequenas porções de matas que ainda se encontram por lá. No próximo capítulo faço uma breve reflexão sobre a atual situação da aldeia Lagoinha em termos de capacidade de suporte.

### **3.2.3 Da área de retomada**

Como vimos no capítulo anterior, os estudos para redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti encontra-se em processo desde o ano de 2001<sup>61</sup>, quando o antropólogo Gilberto Azanha elaborou o *Relatório Antropológico para a Redefinição dos Limites da Terra Indígena Buriti*. Deste então, os Terena de Buriti fizeram várias tentativas de se restabelecer na área de dezessete mil e duzentos hectares que o referido relatório identificou como sendo tradicional desta etnia. A reocupação de algumas áreas

---

<sup>61</sup> Adoto essa data como referencia porque, segundo o Laudo Pericial (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012), o Relatório elaborado pelo antropólogo Gilberto Azanha, em 2001, é o documento oficial utilizado pela FUNAI em seus estudos de identificação para a ampliação da área da TI Buriti.

e outras mobilizações teve o intuito de assegurar o direito ao uso da terra, caso ela fosse ampliada, conforme aponta o laudo pericial feito em 2003 por Jorge Eremites e Levi Marques Pereira. Esse processo de reocupação, pacífico ou não, é chamado por eles de retomada.

Passados quase treze anos do relatório elaborado por Gilberto Azanha, a área continua em litígio, entre idas e vindas nas instâncias judiciais no país. No entanto, alguns fazendeiros, que, segundo os Terena, se encontram em condições financeiras difíceis, já concordaram em receber a indenização proposta pelo Estado e permitiram a entrada dos Terena em partes das áreas em estudo para ampliação.

A ocupação das áreas de retomada foi decidida em reunião entre as lideranças indígenas da TI Buriti e os representantes do Estado. Decidiram dividir e ocupar as áreas conforme o número de famílias de cada aldeia e de acordo com a ocupação tradicional, levantados tanto no relatório de Gilberto Azanha (2001) quanto no laudo pericial de Jorge Eremites e Levi Pereira Marques (2012). Portanto, as aldeias que possuem maior número de habitantes terão uma parcela maior de terra nos locais em que seus ancestrais habitaram, conforme levantamento antropológico e arqueológico dos dois documentos citados.

Assim sendo, a área destinada aos moradores da aldeia Lagoinha seria o da fazenda Cambará, localizada ao norte da divisa da aldeia. Mas o acordo sobre a indenização entre o proprietário desta fazenda e o Estado ainda não se concretizou, portanto, ainda não foi permitida a entrada desses moradores. Essa situação foi diferente na fazenda Bom Jesus, cujo proprietário já aceitou o resultado dos estudos preliminares que reconhecem como sendo dos Terena o usufruto da terra, e permitiu a entrada dos mesmos. No entanto, de acordo com a reunião da liderança, a fazenda Bom Jesus seria ocupada pelos moradores da aldeia Córrego do Meio. Decidiram, então, que enquanto não saem os resultados definitivos dos estudos de redefinição dos limites da TI, a aldeia Lagoinha pode ocupar parte do espaço dessa fazenda. Em meados de 2011, os moradores da aldeia Córrego do Meio e da Lagoinha foram orientados pelo Ministério Público Federal a se assentarem nas terras da fazenda Bom Jesus e iniciarem o processo de territorialização com a construção de moradias, plantações ou outra atividade que demonstrasse o interesse em assegurar o direito à terra.

Durante alguns meses do ano de 2011 algumas famílias da Lagoinha ocuparam cerca de cem hectares da fazenda, construindo suas moradias (Foto 19). Foram para as terras de retomada os casais mais velhos, como o Sr. Basilio e D. Leonora, Sr. Adão da

Silva (mais conhecido como Miranda) e D. Dalva Gabriel, os quais permaneceram por quase seis meses. Levaram para lá também o gado das famílias e parte do gado leiteiro da comunidade. Ao perceberem que não haveria ressonância em suas atitudes por parte de outros moradores, principalmente entre os mais jovens, os casais retornaram para a aldeia Lagoinha, ficando o gado e, como eles mesmos disseram, "[...] o gado ficou prá cuidar da terra prá gente".

Em minhas conversas com as pessoas que foram para a área de retomada na tentativa de se estabelecer notei que havia ressentimento quanto ao fato dos outros moradores não os terem acompanhado, principalmente os jovens e quase vergonha frente aos moradores das outras aldeias que não só permanecem nas terras, mas produzem muito. A situação da aldeia Lagoinha em relação à produção agrícola, no período em que estive presente, reflete a falta de uma liderança participativa e, segundo eles, foi a principal causa de não permanecerem na retomada. De acordo com a fala das famílias que se deslocaram e permaneceram na área de retomada, o cacique não só deveria ter ido junto com eles, como também incentivado outros moradores a assentarem na área.

Tal situação de insatisfação com a gestão política da aldeia se acentuou após outro episódio envolvendo a área de retomada e que confrontou as lideranças mais antigas, os *troncos*, com a atual jovem liderança eleita. Tal episódio aconteceu em uma das vezes em que o juiz responsável pelo processo de julgamento da expansão da área da TI Buriti, que se encontra no Tribunal Regional Federal na 3ª Região em São Paulo, solicitou a presença das lideranças Terena da TI Buriti para que falassem sobre a importância das terras para eles. Da aldeia Lagoinha foram o cacique e alguns membros da liderança local, mas não souberam, segundo os *troncos* mais antigos, falar sobre a História dos Terena na região e nem porque as terras da retomada são importantes para eles. Voltaram para a aldeia e logo após ficaram sabendo que o processo é julgado por uma comissão de nove juízes, dos quais quatro tinham tendência a julgar a favor dos fazendeiros e os outros ainda não tinham dado o seu parecer. A FUNAI, então, decidiu enviar a São Paulo as lideranças mais antigas da TI, para que visitassem individualmente cada juiz e tentassem reverter o quadro que se apresentava desfavorável aos Terena da TI Buriti. Até minha última visita à aldeia Lagoinha, o grupo de lideranças selecionadas ainda não havia viajado para São Paulo.

Por se encontrarem numa situação de instabilidade, quanto à permanência na área de retomada, é que os moradores da Lagoinha estão se preparando para retirar o

gado a qualquer momento. Para os mais velhos, a liderança, representada pelo cacique, mais uma vez falhou no momento de defender o interesse dos moradores, pelo desconhecimento da "tradição" e da história.

Ainda na tentativa de fazer a ocupação da retomada, a liderança decidiu, no mês de janeiro de 2012, fazer o plantio de feijão em quinze hectares da área (Mapa 05). Mas devido às dificuldades apresentadas anteriormente no plantio das roças, de falta de sementes e óleo para o trator, essa intenção só se concretizou no início do mês de abril/2012, ultrapassando a época adequada de plantio (Foto 20). A decisão de plantar quinze hectares veio de uma reunião entre a liderança e os interessados em manter o cultivo, sendo que cada família ficou com um hectare para fazer o trabalho de limpeza. O plantio foi feito por uma só pessoa, o tratorista, que é irmão do cacique, e de forma mecanizada, sem a participação das famílias envolvidas. Cerca de quinze dias após a brotação das plantas, havia famílias que ainda nem tinham visitado o plantio.



Fotos 19 - Moradia construída na área de retomada



Foto 20 - Plantio de feijão na área de retomada

### **3.3. As atividades econômicas dos Terena da Lagoinha para além da agricultura e pecuária**

No primeiro capítulo viu-se alguns dados econômicos contidos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2006) realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nestes dados as atividades agropecuárias aparecem ocupando 99,2% da área do território, sendo que a pecuária ocupa 79% , seguida pela lavoura temporária com 14,3% e depois as de produção mista, ou seja tanto lavoura quanto pecuária. Mostraram, portanto, a importância desse setor para a economia daquela região e que toda infra-estrutura de produção, transformação e comercialização estão estabelecidas para atender essas atividades.

A TI Buriti e a aldeia Lagoinha estão, como vimos, inseridos nesse contexto econômico em que é dada prioridade à produção agropecuária voltada para exportação, e muitos dos que moram na aldeia Lagoinha desenvolvem alguma atividade que está ligado a essa cadeia produtiva. São trabalhadores que prestam serviços temporários nas fazendas das redondezas como peões, na limpeza e colheita de culturas, nas granjas de criação de aves ou ainda são empregados na indústria localizada no município de Sidrolândia de abate, corte e armazenamento de frangos. Afora essas, outras atividades

econômicas são desenvolvidas. Vejamos como está composta a rede de trabalho na aldeia para além das atividades que envolvem a agricultura e a pecuária:

- Cerca de vinte pessoas até quarenta anos<sup>62</sup> de idade possuem emprego remunerado na Seara Alimentos S.A. São divididos em três turnos sendo que o primeiro vai das 6h às 13h, o segundo das 13h às 20h e o terceiro turno das 20h até as 03h. Trabalham nos setores de evisceração de frangos, na sala de corte e congelamento, com um salário de aproximadamente R\$700,00;
- Aproximadamente quinze pessoas com sessenta anos ou acima recebem aposentadoria de um salário mínimo<sup>63</sup>, ou seja, R\$622,00;
- Na escola local estão empregados cinco pessoas: três professores distribuídos nos três turnos em que a escola está em funcionamento que recebem cerca de R\$1.200,00 referente ao piso salarial da classe. Os outros dois funcionários são agentes escolares e trabalham na merenda e limpeza da escola, com o salário aproximado de R\$ 506,00;
- No Posto de Saúde da aldeia estão empregados três moradores locais, sendo o auxiliar de enfermagem que recebe o valor de R\$592,40 e duas agentes de saúde cujos salários estão em torno de R\$ 506,00;
- Três pessoas disseram exercer a profissão de pedreiro, cuja renda pode variar de R\$ 500,00 a R\$1.500,00;
- Outras duas pessoas disseram trabalhar na usina Acrissul que é localizada no distrito de Quebra-Côco, no município de Sidrolândia, mas não informaram suas rendas;
- E há ainda aqueles que disseram realizar trabalhos temporários nas fazendas ao redor da Terra Indígena, mas também não informaram a renda.

Por conseguinte, de acordo com dados etnográficos apresentados acima infere-se que cerca de 35% das pessoas adultas, acima de vinte anos de idade, entre homens e mulheres em idade de trabalho, contribuem economicamente em suas famílias através de alguma atividade descrita acima. Cerca de 60% dos moradores da Lagoinha maiores de sessenta anos, seja homem ou mulher, recebem aposentadoria ou auxílio saúde.

---

<sup>62</sup> Fui informada por eles que a indústria Seara Alimentos S.A. não emprega pessoas maiores de quarenta anos de idade.

<sup>63</sup> A pesquisa foi produzida no ano de 2012, portanto, os valores apresentados são referentes a esse ano.

Afora isso, existem ainda pequenos comércios que funcionam nas casas e ainda há famílias que possuem crianças em idade escolar, que frequentam a escola e recebem bolsa família.

Percebe-se que é grande o percentual de pessoas que desenvolvem atividades fora das práticas da agricultura e pecuária da aldeia. No cotidiano eles quase não se encontram em suas casas junto a suas famílias e a ligação com a exterioridade, com a cidade, é perceptível não só pela atividade de trabalho que desenvolvem, mas também em outros setores da vida econômica. O abastecimento das moradias com artigos de primeira necessidade, como produtos comestíveis, de vestuário e de higiene por exemplo, é toda adquirida nos mercados locais do município.

Em geral, quando vão à cidade fazer compras ou tratar assuntos de ordem pessoal, utilizam-se do transporte público, o ônibus. Mas, muitas famílias já possuem meio de transporte próprio, principalmente a motocicleta, e isso faz com que necessitem de combustível, serviços especializados de manutenção, de providenciar a parte burocrática de possuir um bem automobilístico, enfim, jovens e adultos, principalmente os que trabalham fora, estão cada vez mais conectados com a vida fora da aldeia.

Através de toda a descrição das atividades econômicas que ocorrem nos espaços das fundações e fora deles percebe-se que os ajustes econômicos na aldeia estão baseados mais na renda externa do que no trabalho agrícola ou qualquer outra atividade que requeira uso de recursos ambientais naturais ou antrópicos. Nas *fundações*, as práticas da agricultura e pecuária ocupam boa parte da vida social e política da aldeia, mas não é essencial para a vida econômica da mesma.

Se antes, no período de formação das aldeias, o trabalho nas roças ajudava a criar vínculo com a terra, agora a criação desse vínculo passa a ser adquirido muito mais pelo contato com as famílias e os *troncos* do que pelo conhecimento de como realizar as práticas de trabalho na agricultura. No entanto, se a relação com o território é criada mais a partir do social, das relações entre as pessoas, elas também passam a encher de sentido toda e qualquer atividade desenvolvida nesse meio físico, seja ele econômico ou não. Observa-se que a falta de condições ecológicas e espaciais trouxe a necessidade de se buscar alternativas econômicas e as diversas experiências produzidas pela vida contemporânea acelerou o processo adaptativo das famílias. Nada disso, porém, é um processo alheio ao grupo na recomposição e reestruturação de seu território. Lembrando Paul Little (2002), citado no começo do capítulo, o território é muito mais

um produto de todos os processos históricos, sociais e políticos pelo qual um grupo social passa, do que o espaço geográfico que esse grupo ocupa.

### **3.4 Questões do manejo da terra no atual espaço da aldeia e da retomada**

Falar do meio ambiente físico dos Terena da aldeia Lagoinha é lembrar que se encontram em um espaço geográfico bastante específico de aproximadamente 150 hectares, dentro de um universo de 2090 hectares, que é o atual território demarcado da TI Buriti. Portanto é também bastante específico o modo como se dá a relação entre população e ambiente físico, e as análises aqui apresentadas não podem ser generalizadas a toda TI Buriti, nem aos Terena como um todo, pois não estive em toda a área e nela existem diferenças geofísicas, como a topografia, a disponibilidade de água, entre outras características.

Conforme vimos, o manejo da terra e a agricultura dos Terena na Lagoinha estão divididos em dois espaços diferentes que, para efeito de descrição dos ambientes, adotei as expressões "hortos domésticos" e "roça". A primeira expressão foi cunhada por Tércio Jacques Ferlauer (2004) e diz respeito aos cultivos praticados próximos às casas, e a segunda expressão é uma denominação Terena para os espaços em que praticam cultivos como o feijão e o milho, e que se encontram afastados das *fundações* e dos núcleos familiares. Ideologicamente, para os Terena na Lagoinha, os dois espaços fariam parte das *fundações*, mas não é como acontece na prática. Muito embora Ferlauer (2004) tenha dado uma explicação histórica para a divisão dos dois espaços, pois entre os Terena, por ele estudados, essa separação ocorreu gradativamente conforme a população crescia, aumentando a necessidade de espaços para as moradias, tal fato não aconteceu na aldeia Lagoinha.

Os dados etnográficos apontam que, antes mesmo do crescimento populacional da aldeia, eles já desenvolviam as atividades agrícolas, como o plantio de arroz, milho e feijão, em uma área afastada dos núcleos familiares, na área de várzea, pois era potencialmente mais fértil devido às inundações temporárias das águas de chuva e do córrego que traziam com ela material orgânico que se depositava no solo. Esse plantio era pequeno, de cerca de um hectare por família, conforme descrito, com uma produção voltada para consumo interno, familiar. Ao redor das casas já havia pequenos hortos com maior variedade de cultivos como a mandioca, banana, abóbora, entre outros, menos dependentes da fertilidade do solo. Portanto, tais características de plantio, longe

e próximo das moradias, mantiveram-se ao longo do período em que estão assentados naquele local, e não o inverso.

O que mudou no decorrer do tempo foram as características físicas do solo, o clima, a regularidade de chuvas, causadas, entre outros fatores, pelo uso constante do mesmo solo, pela degradação das matas no entorno e outras práticas de manejo do meio ambiente natural adotadas por eles e pela sociedade envolvente. Tais fatores limitaram o uso da várzea para a agricultura, mas não impediu que continuassem a usá-la em outras atividades econômicas como a criação de gado.

Nos dias atuais continuam plantando em pequenos espaços, sem fins comerciais e para alimentação própria e troca entre as famílias, mas em outro local, o da terra firme, deixando alguns plantios que estavam acostumados, como o arroz. Passaram a cultivar espécies vegetativas mais adaptadas a terra firme, como diferentes tipos de feijão ou milho. A roça de toco desenvolvida à maneira tradicional, com cultivo itinerante, também deixou de ser praticada, pelo pouco espaço disponível na aldeia, o que aumentou o empobrecimento do solo causada pelo intemperismo<sup>64</sup> nas áreas que passaram a ser constantemente cultivadas. Poucas práticas de manejo foram realizadas para minimizar o impacto ou para recuperar as áreas atuais de roça, que já se encontram em avançado processo de degradação.

Vimos que, embora o atual espaço geográfico ocupado pela aldeia Lagoinha seja pequeno, ainda existem potencialmente duas áreas destinadas por eles para cultivo, a área de várzea e a de terra firme, mas que se diferenciam em termos ecológicos e, portanto, de manejo. Percebe-se que não optam por plantar nos diferentes locais, por serem mais próximos ou mais distantes geograficamente, eles os escolhem por conhecer o potencial agrícola de cada área e quais espécies vegetativas serão melhor produzidas.

A escolha dos locais de plantio, devido às condições precárias do solo, deve-se basicamente ao critério agrônômico de maior ou menor fertilidade. Por isso decidiram plantar feijão nas áreas de terra firme dentro da aldeia e na área de retomada, pois é a cultura agrícola mais favorecida pelas atuais características físicas do solo. Sem muitos tratamentos culturais na terra, como correção da acidez do solo, incorporação de substrato ou adubação, é o que podem, no momento, realizar.

Trata-se de uma escolha estratégica, na qual usam suas experiências pessoais e que Tercio Jacques Ferlaue diz serem "[...] resultados das experiências históricas e

---

<sup>64</sup> Processo descrito anteriormente de perda da fertilidade do solo.

ambientais [...] (FERLAUER, 2004, p. 96), em que colocam sua "percepção criativa" para a resolução dos problemas e a adequação aos novos contextos sociais, ambientais e econômicos, a que foram expostos. Pode-se fazer uma relação direta da análise de Ferlauer com a de Emilio F. Moran (1994), em seus estudos sobre a adaptabilidade humana às condições de grande estresse e de alteração ambiental, bem como a de Alfonso Gómez Hernández (2005), em seu trabalho sobre as *desehas castellanas*. Podemos ainda inferir que o distanciamento entre os espaços utilizados possuem uma função, a de serem "áreas tampões", aonde cada *tronco* pode continuar a reproduzir seu modo de vida.

Na Lagoinha, o modo de produzir nas roças, assim como a criação de gado leiteiro, peixes, galinhas, plantio de mudas de árvores nativas, entre outras práticas econômicas são resultado da "criatividade" terena em se adequar ao novo momento. Uso o termo adequar, sugerido por Alfonso G. Hernández (2005), para se diferenciar da capacidade biológica de adaptação humana e para dar ênfase à capacidade do ser humano em moldar o seu comportamento conforme a situação exige. Em suas próprias palavras, "[...] quienes se adecúan son los individuos, mientras quienes se adaptan son las especies" (HERNÁNDEZ, 2005, p.40).

No plantio das atuais roças em terra firme, aparentemente dois fatores dificultaram o início do processo: a dependência pelos tratores para fazer o trato do solo e de sementes vindas dos órgãos estatais. Mas a dificuldade maior para o início das atividades e práticas de manejo dos recursos naturais, nesse caso o uso do solo para a agricultura, é que deixaram de ser realizadas, muito mais pela falta de gestão humana, ou seja, da falta de relação nas práticas sociais do cotidiano na aldeia Lagoinha, do que pela limitação de terras para plantio ou qualquer outro fator. Essas práticas sociais seriam as conversas do cacique com os moradores locais, com os anciãos, com os órgãos e instituições do Estado, responsáveis em apoiar as atividades produtivas da aldeia.

Percebe-se, portanto, que as práticas da agricultura, por eles nomeadas de roças, que estão longe dos núcleos familiares, dependem muito mais da atuação da figura do líder e de sua relação com os moradores locais. Mas se essa liderança, como falado no item anterior, for de uma chefia sem autoridade, as decisões não serão colocadas em prática. O aval necessário e que depende da boa vontade do grupo só pode vir através da reuniões entre o cacique, o Conselho Tribal e os moradores interessados. Mas dependem

muito das atuações do cacique em fazer essa intermediação e se mostrar interessado em participar de todo o processo.

Os moradores da Lagoinha enfrentaram um fator ambiental - o desgaste do solo - que limitou a produção na aldeia, mas esse não foi o fator determinante que causou o atraso no plantio das áreas determinadas para as roças. O maior fator limitante do início do plantio foi a questão cultural. Vemos então que a gestão territorial depende muito das formas e das lógicas próprias de cada grupo e, no caso da TI Buriti, aonde existem treze aldeias Terena, em cada uma delas o processo acontece de forma diferente.

A gestão territorial e ambiental da aldeia depende, assim, do processo como cada grupo constrói sua territorialidade. Na Lagoinha, a localização dos espaços destinados às roças mostra-se importante nas questões de manejo da terra. A prática da roça, seja ela na aldeia ou na área de retomada, em hipótese, pertence às áreas das *fundações*; portanto seria um local aonde também se desenvolveriam as relações familiares e sociais na aldeia e aonde o *ethos* terena de sociabilidade, da convivência entre seus diferentes *troncos* e de sua vida política também estariam presentes. Mas na prática, no cotidiano, as áreas de roça encontram-se nos espaços considerados coletivos, assim como os espaços destinados ao pasto, aos tanques para criação de peixes. Essas atividades encontram-se longe das casas, não só do ponto de vista físico, mas também simbólico. O processo decisório da utilização desses espaços está na organização política administrativa da aldeia, junto ao cacique, sua liderança e aos moradores, aos administradores das instituições estatais, muito mais em um âmbito coletivo que entre os *troncos* em suas *fundações*.

Mais ainda, nos dias atuais, nesse espaço decisório coletivo faz-se necessário deixar entrar a presença de elementos alheios à composição social da aldeia que são as instituições, estatais ou não, de apoio à realização de suas demandas. O diálogo bem feito com essas instituições muitas vezes dá ao líder do momento o poder de realizar determinada atividade ou vetá-la, fortalecendo assim sua posição. Nesse momento, muitos se sentem excluídos do processo decisório que se dá nos espaços considerados coletivos, aonde só alguns participam. Essa afirmação fica bastante evidente quando se fala da construção de tanques destinados à criação de peixes na aldeia Lagoinha. Foi um processo em que somente as lideranças foram consultadas, e foram implementados em locais considerados de uso coletivo, mas somente algumas famílias foram beneficiadas.

Sobre a prática de criação de peixes, percebeu-se que os principais questionamentos entre os moradores da Lagoinha foram a utilidade dos mesmos, sua

localização e o impacto que trariam ao ambiente. Os dois primeiros quesitos claramente apontam para as questões que se referem à utilização do espaço considerado coletivo, ou público, por um único grupo familiar. A última preocupação é relacionada às consequências de uma má gestão, o que implicaria na perda de recursos naturais como as nascentes localizadas próximas aos tanques.

A percepção dessa dificuldade dos Terena da Lagoinha em lidar com a utilização das áreas consideradas coletivas, remete às discussões de Paul E. Little (2002) sobre os territórios sociais. Ele nos diz que, entre as comunidades indígenas, muitas vezes encontramos semelhanças nas formas de ocupação e organização dos espaços, o que nos leva à concepção de propriedades sociais. Essa concepção não é baseada na dicotomia entre o público e o privado, mas que, por razões históricas, as comunidades indígenas incorporam e introduzem coletividades que funcionam em um nível inferior ao nível do Estado-nação, que, no caso das Terras Indígenas, são coletividades. Por outro lado, incorpora elementos comumente considerados como privados, no caso de bens pertencentes a um grupo específico de pessoas, mas que existem fora do âmbito do mercado.

Com isso, ele quer dizer que

A existência de propriedade social no interior do território de um grupo não necessariamente implica que toda a propriedade é coletivizada e que não há propriedade individual. Cada grupo possui regras específicas de acesso aos recursos naturais (incluindo a terra) que podem variar de inúmeras maneiras.  
(LITTLE, 2002, p.7)

Portanto, por razões históricas, a *fundação* caracteriza-se como uma propriedade social, em que cada *tronco* possui regras específicas de gerir os recursos existentes nos espaços, não sendo necessariamente tomada como uma propriedade privada. O que acontece no contexto dos espaços coletivos é que historicamente não havia necessidade de uma organização para gerir esses espaços, pois todos usufruíam dos recursos de forma igual, sem uma delimitação espacial fixa. Atualmente há a necessidade de pensar e discutir a relação entre as formas organizacionais dos grupos e a gestão dos recursos ambientais (sejam eles naturais ou antrópicos) no que eu chamei de espaços coletivos, mas que, na bibliografia antropológica, é chamada de território.

Recapitulando brevemente, na aldeia Lagoinha as *fundações* possuem características do que Paul Little (2002) denominou de propriedades sociais e que são geridas nos aspectos sociais, econômicos e ambientais pelos *troncos* ali existentes. A dificuldade, portanto, se encontra na gestão do espaço coletivo, do território pertencente

à aldeia Lagoinha. Tal dificuldade pode ser compreendida através das contribuições de Dominique Gallois, no artigo publicado na página do Instituto Socioambiental ([www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br)), em que fala da dificuldade da sobreposição dos termos Terras Indígenas, territórios e territorialidade. No artigo, a autora destaca que, para muitos grupos indígenas, há um desconhecimento do que seja território e que, pela imensa mobilidade de alguns desses grupos, a noção desse termo é muito ampla, aberta, maleável, sem limites. Mais ainda, Gallois nos diz que a ideia de um "território fechado" só passa a existir a partir das restrições impostas pelo contato e os contextos de regularização fundiária. Segundo a autora, há uma "conversão" dos territórios em Terras Indígenas, o que transforma e redimensiona a relação de apropriação da terra, dando-lhe uma nova concepção de posse ou propriedade.

Inevitavelmente nos remetemos à noção de territorialização proposta por João Pacheco de Oliveira (1997), que traz algumas implicações, como: “[...] 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997, p.55). A territorialização, como descrita acima, é, portanto, um processo que, entre os Terena, começa desde os primeiros contatos interétnicos e continua até os dias de hoje no espaço da aldeia Lagoinha. São reajustes internos que vão lhes conferindo novas identidades e reelaborando constantemente suas culturas.

Portanto, a gestão dos espaços coletivos da aldeia, que a meu ver ainda se encontra em um estágio incipiente, inicial, passa necessariamente por ajustes internos sociais e políticos que irão, ao longo do tempo, se adaptar ao convívio com o externo. No caso da Lagoinha o convívio com o externo é representado pelo contato com a Prefeitura Municipal e seus técnicos, com a Agraer e seus técnicos e com o próprio Ministério Público. De alguma forma, em suas diferentes instancias, cada uma destas instituições interferem nas decisões internas da aldeia. A Prefeitura e a Agraer, ao implantarem projetos econômicos e o Ministério Público ao "sugerir" que o processo de territorialização acontecesse na área de retomada.

A "adaptação" ao convívio com o externo, a meu ver, hoje está relacionada ao aporte de recursos financeiros através dos projetos e editais mencionados anteriormente e muito buscados pelas jovens lideranças. O aporte de recursos financeiros para um líder pode reforçar o seu poder político, mas ela também pode ser coercitiva, no sentido de

impor determinada atividade. É o caso da colocação de gado nas áreas de retomada com o objetivo de garantir a posse da terra. Embora quase todas as famílias tenham experiência com o manejo de gado, pois seus ascendentes e eles mesmos já trabalharam e ainda trabalham nas fazendas ao redor, a introdução do gado representa uma estratégia econômica quase inviável.

Esse processo é muito parecido com o ocorrido entre os Achuar na Amazônia equatoriana, descrito por Descola (1990), em que a criação de gado foi introduzida junto à população para a complementação do sistema produtivo tradicional e, segundo Descola, "[...] por ser a única maneira de obter a propriedade legal de seus territórios tradicionais" (DESCOLA, 1990, p.221). Para que houvesse o manejo adequado, a única técnica viável era a criação extensiva, o que exigia a formação de grandes áreas de pasto. Mas, culturalmente, os Achuar não desmatavam novas áreas de floresta para compor os pastos, usavam aquelas que já estavam abertas para o plantio de cultivos tradicionais. Estes, por sua vez, passaram a ser cultivados nas áreas em declive de seus territórios, local não apropriado para essa prática. Vou apontar somente duas das consequências básicas que Descola descreve para essa a atividade de criação de gado entre os Achuar: primeiro, a aceleração do ciclo de rotação das chacras<sup>65</sup> e a consequente necessidade de se desmatar mais áreas para a formação de novas áreas de plantio; e segundo, a modificação do sistema de trabalho Achuar, que elevou a necessidade de mão de obra e aumentou a jornada diária de trabalho e o seu ritmo. Mesmo que o exemplo fornecido seja de uma etnia que está longe da realidade terena da aldeia Lagoinha, pois faz parte de uma formação ecológica e outro modo de vida que não estava acostumado com o trabalho, ainda assim vale a pena fazer esse adendo.

A inviabilidade da atividade econômica de criação do gado da Lagoinha encontra-se no fato de ser, da forma como está sendo feita na área de retomada, considerada uma exploração extensiva da terra, e, assim sendo, requer um espaço físico muito grande e um manejo com o qual não estão acostumados, de constante correção e adubação do solo. Essa preocupação é estendida às áreas para pasto na aldeia, pois, caso se concretize a necessidade de retirar o gado da área da retomada, aonde ele será colocado? Novas áreas para formação de pasto deverão ser abertas, o que implica na

---

<sup>65</sup> Segundo Phillipe Descola (1990), chakra é um pequeno lote de terreno onde são cultivadas principalmente hortaliças e legumes para uso cotidiano. Uma área que pode variar de 4.000m<sup>2</sup> a três hectares.

derrubada de matas que começam a se recompor, impedindo o plantio de novas culturas por falta de espaço.

Existem, no momento, cabeças de gado de posse coletiva em nome da Associação local e que, segundo eles, pode ser colocada nos espaços coletivos, pois são apenas vinte animais. E o gado de propriedade das famílias? São quase noventa animais que seriam colocados nos espaços das *fundações*. Conforme dados da pesquisa, algumas famílias já estavam se organizando para cercar um espaço no local de sua *fundação* para abrigar esse gado. Mas, em termos ambientais, é quase impossível, fisicamente, os moradores e o gado permanecerem na mesma área sem ultrapassar sua capacidade de suporte<sup>66</sup>.

Alguns números devem ser levados em consideração para que o atual espaço da aldeia Lagoinha consiga manter a sua capacidade de suporte, que explico brevemente. Para manter as atuais cem cabeças de gado dentro da área da aldeia Lagoinha, com o sistema de manejo de criação extensiva, eles devem reservar pelo menos um hectare de pasto para cada cabeça de gado, o que quer dizer cem hectares do atual espaço que possuem. Para que haja uma circulação de materiais orgânicos no solo e reposição de oxigênio no ambiente, seria necessária uma reserva de vegetação que corresponderia a, pelo menos, dez por cento do espaço, ou seja, aproximadamente quinze hectares de área. De acordo com cálculos da Organização não governamental World Wide Fund for Nature - Brasil<sup>67</sup>, cada ser humano necessita de, no mínimo, 1,8 hectares para sua sobrevivência. Portanto, com uma população de, aproximadamente, trezentos habitantes, seria impossível não exceder a capacidade de suporte da aldeia.

O cenário que se apresenta, portanto, é o de uma área pequena, com uma variedade de atividades desenvolvidas por diferentes *troncos* e que nem sempre são as alternativas mais viáveis economicamente, mas acionam questões de poder e estatus dentro da aldeia. A dificuldade na gestão dessas atividades e dos seus possíveis impactos no meio ambiente, seja para o bem, seja para o mal, encontra-se em estabelecer senão um equilíbrio, pelo menos um diálogo entre todos os atores que compõem o cenário e atuam sobre ele, compondo a dinâmica social da Lagoinha.

O estabelecimento do diálogo, das conversas e das decisões, fatalmente passa pela figura do líder estabelecido, o cacique. Essa é a questão fundamental para a

---

<sup>66</sup> É o nível de utilização dos recursos naturais que um sistema ambiental ou um ecossistema pode suportar, garantindo-se a sustentabilidade e a conservação de tais recursos e o respeito aos padrões de qualidade ambiental. <http://www.licenciamentoambiental.eng.br>

<sup>67</sup> [www.pegadaecologica.org.br](http://www.pegadaecologica.org.br)

continuação da prática da agricultura, da criação do gado, dos peixes e de qualquer atividade que envolva todos os moradores e o uso dos espaços coletivos. Conforme visto anteriormente, ele, o cacique e seu conselho são os responsáveis em realizar todo o contato com o exterior, através da FUNAI, da Prefeitura, da AGRAER, das Universidades, entre outras instituições que atuam na aldeia. E, ainda mais, o líder deve possuir características que estejam de acordo e reproduzam o *ethos* Terena.

Por outro lado, os hortos familiares são como uma extensão da organização dos grupos familiares, *os troncos*. No âmbito das relações sociais, o grupo familiar extenso, composto pelo *tronco originário*, seus filhos, netos e genros (muito embora nem todos participem ativamente das atividades agrícolas e cuidados da terra), cuida das roças nos espaços mais distantes; as decisões sobre o quê plantar e como plantar são tomadas em grupo, mas levando-se em consideração a experiência e palavra do mais velho. No horto, mais próximo das casas e considerado um espaço mais doméstico e íntimo, a responsabilidade dos cultivos e trato dos animais é das famílias nucleares, que subentende-se o pai, mãe, filhos ou outro morador da casa, membro consanguíneo ou não. Refiro-me ao grupo familiar extenso que trabalha nas roças somente no masculino, porque encontrei apenas duas mulheres que acompanham seus maridos na roça, D. Leonora Gabriel Jorge e D. Dalva Gabriel, enquanto o restante delas realiza suas atividades nas casas, em seus quintais (hortos), ou estão empregadas fora da aldeia. Portanto, o espaço da roça e suas tarefas se apresentam como predominantemente masculinas.

Ao contrário das áreas de roça, os hortos domésticos são compostos por uma grande variedade de cultivares, plantada de forma ordenada e intercalada, conforme o tamanho de extrato arbustivo, ou seja, desde grandes árvores frutíferas até plantas rasteiras, descrição feita no capítulo anterior, e quase todas são usadas na alimentação. Tal configuração e uso do espaço permitem um manejo mais fácil, pois os cultivos estão mais próximos, e fornecem um conforto térmico maior devido à alta densidade de árvores perto das casas.

Assim, o ideal de local de moradia do passado, em que buscavam conforto e melhores condições ambientais, é mantido e agregado ao ideal terena de se estabelecer próximo aos parentes (Pereira, 2009), mesmo que isso implique em se aglomerar nos atuais espaços ocupados pelos *troncos* na aldeia Lagoinha. É ainda nos espaços dos hortos que as famílias propõem inovações em suas práticas produtivas, como o plantio

de mudas de espécies nativas, em face da necessidade de se adequar ao momento econômico e visando um mercado de venda até então distante de todos eles.

Diferentemente dos espaços da roça, o processo de decidir o uso desse espaço é familiar, é íntimo, não há interferência externa de instituições ou pessoas. Em cada *tronco*, de acordo com sua própria dinâmica, são estabelecidas atividades de acordo com os recursos humanos ou financeiros disponíveis. Portanto, os espaços dos hortos domésticos são o que (Pereira, 2009) caracteriza como *fundação*, ou seja, os espaços físicos em que os diferentes *troncos* ocupam e estabelecem seu modo de vida, e isso inclui o manejo dos recursos naturais. Idealmente, tanto a roça quanto o horto doméstico comporiam essa categoria, mesmo não se encontrando em uma mesma localização geográfica, mas na prática não é o que ocorre. Pelas razões explicitadas anteriormente, os espaços destinados às roças acabam por se tornar, simbolicamente, mais coletivos, distanciando-se do caráter mais doméstico, de intimidade, aonde o *ethos* terena é reproduzido.

A dinâmica da economia também sofreu modificações ao longo do tempo, conforme vimos anteriormente. Já não dependem mais tanto dos recursos naturais e seu manejo, seja ele do solo através das atividades agrícolas, das atividades de extração e coleta ou criação de animais domésticos, já não é essencial para a sobrevivência física dos moradores. Atualmente o emprego nas indústrias ou mesmo dentro da aldeia e as aposentadorias são o grande aporte de recursos financeiros que movimentam a economia local, e vai ao encontro do que colocou Claudionor do Carmo Miranda (2006) "[...] não se vive mais *da* reserva, mas *na* reserva".

Retornando às reflexões acerca do que seria o bem-viver, parece-me, que o momento em que vivem os Terena da Lagoinha se assemelha muito ao processo descrito por Gallois, que se encontra no mesmo artigo citado anteriormente, em que ela fala do conceito Zo'é de *koha*, cujo significado abrange muito mais do que a noção de território e pode ser entendido por "modo de vida", "bem viver" ou "qualidade de vida". Mais ainda, para os Zo'é, o conceito incorpora saberes e conhecimentos acumulados que estão sendo ampliados a partir do contato. É como se fosse um processo permanente de atualização de saberes, em que o conhecimento herdado incorpora novos elementos e se transforma. Transportando esse pensamento para a Lagoinha, diria que é a "tradição" propagada através dos *troncos* que está se adequando às influências externas e criando novas formas de gestão dos espaços, também em busca de seu bem viver.

O bem viver que os Terena da aldeia Lagoinha buscam, no contexto apresentado até o momento, não vai na contramão da economia capitalista, ele simplesmente não segue o mesmo modelo. Trata-se de um modelo que privilegia muito mais as relações pessoais; por isso a importância da família em seus *troncos*, do cacique com sua comunidade. Voltando a Gallois, em seu artigo ainda coloca que sempre há um risco de reduzir a abrangência das relações territoriais à produção e às atividades de subsistência, e que terra, para as populações indígenas, não é só produção. O bem viver, portanto, se sobrepõe às questões econômicas, por mais que sejam elas que se destaquem, à primeira vista, nas relações sociais dos Terena da aldeia Lagoinha.

Para Descola (1988), a eficácia de um sistema econômico não é medida pela quantidade de riqueza que produz, mas pela sua capacidade de satisfazer aos objetivos que lhes são atribuídos. No caso de sociedades em que suas atividades econômicas de exploração dos recursos naturais não têm a finalidade de acúmulo - e a aldeia Lagoinha se encaixa nessa descrição -, o bom uso da natureza nada mais é do que a procura por um "bien-vivir" (DESCOLA, 1988, p.415).

O planejamento das atividades agrícolas e do manejo dos recursos naturais, como o replantio de mudas de espécies vegetativas nativas e proteção das nascentes na área de retomada, são alternativas que visam menos à economia do que à continuidade da reprodução da configuração social Terena na Lagoinha. Por isso a necessidade de novos espaços serem ocupados e *troncos* emergirem em novas *fundações*, criando, assim, o ambiente ideal buscado pelos Terena para viver em família.

Porém, a iniciativa de ocupar o espaço destinado aos moradores da Lagoinha, na área de retomada, não coube aos mais jovens, partiu dos membros mais velhos da aldeia, dos *troncos* já estabelecidos. Certamente, por já possuírem a capacidade de articular seu próprio grupo de parentes, motivaram-se a ir para os novos espaços. O vínculo com o espaço territorial historicamente construído também é outro fator que leva os mais velhos, e não os jovens, a se estabelecer nesse novo local.

Resta a nós esperarmos o desenvolver dos acontecimentos nas áreas de retomada para saber se a atual configuração social irá se reproduzir, e com isso o manejo dos recursos ambientais naturais e antrópicos, ou se haverá diferentes desdobramentos nesse novo espaço territorial que estão a conquistar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se tratar de uma pesquisa mais voltada aos aspectos materiais da vida na aldeia Lagoinha, e procurar abordar questões referentes ao uso e gestão dos recursos ambientais naturais e antrópicos, ainda assim, falar da configuração social em que se encontram organizados mostrou-se vital para compreensão dos aspectos mencionados acima. As atividades consideradas mais "práticas" e que dizem respeito à subsistência e sobrevivência das populações não estão desconectadas dos aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos dos grupos, ao contrário, fazem parte de um todo sistêmico em que uma parte é sempre influenciada pela outra.

Por isso mesmo conhecer o processo histórico, ambiental e econômico apresentado no primeiro capítulo da dissertação é de real importância para a compreensão do atual momento vivido pelos Terena da aldeia Lagoinha, localizada na Terra Indígena Buriti. O processo histórico apresentado é somente uma parte da história dessa etnia no estado do Mato Grosso do Sul, e pretendeu representar as transformações ambientais e sociais ocorridas a partir de alguns eventos mencionados no texto.

Conforme a história oficial mostra, desde a região do Chaco, sua chegada às terras do atual estado do Mato Grosso do Sul foi cercada por intenso contato interétnico, seja entre indígenas, seja com os brancos. Através dessa característica de sociabilidade passaram por situações que transformaram as relações internas de seu próprio povo. Atravessaram uma guerra, conhecida como Guerra do Paraguai, em que grande parte da sua população foi dizimada. Sofreram um processo de inserção numa territorialidade precária ao retornarem aos seus territórios de ocupação tradicional no pós-guerra. Foram acomodados em pequenos espaços geográficos denominados de reservas indígenas, o que dificultou a manutenção de seus modos de vida no que diz respeito à sua agricultura tradicional e sua relação com a terra.

Viram seu território ser dividido e ocupado por colonizadores que em um primeiro momento os trataram como escravos e em um segundo momento como indesejáveis. Viram também esse mesmo território ser ambientalmente prejudicado ao destruírem a vegetação nativa, contaminarem rios e nascentes, exterminarem espécies animais de grande valor alimentício para sua população, conforme demonstrado no item que tratou do contexto ambiental. Dentro das reservas, foram submetidos a novas experiências de sociais ao entrarem em contato com as igrejas, com a escola, com o Estado na forma dos Chefes de Postos e capitães.

No contexto econômico regional viu-se que atualmente vivem sob o jugo de uma economia voltada à exploração agropecuária da terra e que tem como principal interesse a produção massiva para fins comerciais. Forma de produção essa contrária ao modo como o fazem dentro de suas *fundações*, pois cultivam e produzem alimentos somente para o consumo familiar e interno. Mas nem por isso perderam a identidade Terena, absorveram todas as vivências e deram a elas novos significados, mantiveram suas características étnicas diferenciadoras, como sua forma de organização social em troncos e aldeias. Sua imensa capacidade de se relacionar com o outro permitiu se adaptar ao novo momento e foram ao trabalho, tanto dentro quanto fora das reservas, onde construíram e territorializaram esse espaço. No entanto, como vimos, esses espaços já não são suficientes não só para a reprodução física como também para a reprodução social de seus modos de vida.

Assim, no terceiro capítulo, a vida cotidiana da aldeia Lagoinha foi esmiuçada e seus pormenores relatados. Demonstrou-se que os espaços a eles destinados estão ambientalmente comprometidos pelo uso excessivo. Assim sendo, a agricultura, uma das características mais vibrantes da personalidade do povo Terena que os conecta à terra e reafirma sua identidade, têm sido prejudicada a ponto de ser quase esquecida.

Viu-se que o uso dos espaços se relaciona à forma como estão organizados socialmente dentro da aldeia, em *fundações* e *troncos*. As *fundações* entendidas como o espaço físico no qual um *tronco* radica pela primeira vez seu assentamento e *troncos* entendidos como grupos familiares que se adensam ou agregam em torno de um líder, conforme nos mostrou Levi Marques Pereira (2009). É o *tronco* que propaga o estilo de vida Terena dentro de seu grupo familiar, e o faz a partir das interpretações dos padrões morais e na efetivação da regra de convivência estabelecidas desde o tempo dos seus ancestrais.

Mas na aldeia Lagoinha existem diferenciações internas entre os *troncos*. Duas categorias étnicas separam os indivíduos entre *fundantes* e *chegantes*. A diferenciação entre essas duas categorias está baseada no tempo em que cada *tronco* radicou sua *fundação* naquela região. Os grupos familiares descendentes dos primeiros *troncos* que se estabeleceram naquele espaço geográfico são conhecidos por *fundantes*, os que chegaram depois de algum tempo de estabelecida a aldeia, são denominados *chegantes*.

A configuração social dos Terena na aldeia Lagoinha também passa pela relação entre as diferentes gerações que compõe os grupos familiares. Os mais velhos, revestidos do saber tradicional procuram manter o estilo de vida baseado nas regras e

interpretações morais de seus antepassados, características dos *troncos*, como vimos. Enquanto os mais jovens estão em busca de novas formas de se relacionar com a sociedade do entorno, principalmente através da educação escolar formal.

As relações entre os diferentes atores e a sua relação com o meio ambiente físico, que é apresentada no terceiro capítulo, se transformou pelas diferentes experiências vividas por eles no decorrer do tempo. Já não sobrevivem apenas da agricultura e criação de animais realizadas dentro da aldeia. Estão em diferentes frentes de trabalho que vão desde o emprego nas indústrias da região ao trabalho como professores na própria aldeia. Buscam alternativas à degradação ambiental ocorrida com a implantação de modalidades diferentes de exploração dos recursos ambientais naturais e antrópicos, e assim sendo, se dedicam a criar peixes, a plantar mudas de espécies vegetais para comercialização. Nuances apresentadas da atual configuração social da aldeia Lagoinha envolvem a relação entre moradores mais antigos, os *fundantes*, e os recém-chegados, os *chegantes*, e as tensões existentes entre as gerações. Somado a esses fatores há o aumento da população, a degradação sistemática do meio ambiente físico, a introdução de outras práticas econômicas como o maior número de cabeças de gado ou a construção de tanques para a criação de peixes. São as mais variadas experiências vivenciadas no mundo contemporâneo da aldeia que, como eu disse ao final capítulo anterior forçam e aceleram o processo adaptativo das famílias e, muitas vezes, colocam em xeque o bem viver Terena. Me remeto a Fábio Mura (2006) para pensar um sobre essas variadas experiências no mundo contemporâneo e suas consequências na vida em comunidade.

Fábio Mura nos diz que as variações experienciais produzidas pela vida contemporânea que atingem a família extensa kaiowa, objeto de seu estudo, ameaçam o *teko porã*, ou seu bom-viver. Essas experiências, que são muito parecidas com as vivenciadas pelos Terena da aldeia Lagoinha e descritas ao longo do texto, desenham um leque muito amplo de posturas morais e conhecimentos muitas vezes considerados incompatíveis entre si pelos líderes dessa unidade sociológica, no caso kaiowá, a família extensa. Assim sendo, essas "variações experienciais" acabam acentuando ou promovendo conflitos intergeracionais, as famílias buscando sempre modalidades para superar os impasses por ele produzidos, bem como tentando processar os novos conhecimentos e modalidades de comportamento adquiridos por seus membros, adaptando-os e hierarquizando-os para que se tornem coerentes com a tradição de conhecimento indígena.

Entretanto, como ainda explica Fábio Mura (2006), no interior da família kaiowá existe uma relação de interdependência em que a autoridade de determinação do modo de agir e se comportar no interior desta sempre se encontrou na figura do *tamōi*, do *jari* ou do xamã. Mas com a crescente diversificação das experiências e dos conhecimentos disponíveis, fez-se necessário a multiplicar os entendimentos de quais seriam os comportamentos mais adequados e/ou eficazes para se alcançar o tão buscado “bom viver”.

Diria que da mesma forma acontece na Lagoinha, mas ao invés de se dar no âmbito da família extensa, as tensões acabam por ocorrer entre os *troncos familiares*. E se dentro dos núcleos familiares da aldeia Lagoinha, o *tronco* é o propagador do estilo de vida Terena, fora dele essa responsabilidade acaba por recair na figura do cacique. E assim como entre os Kaiowá, os Terena da Lagoinha também estão cercados por variações experienciais que constantemente ameaçam o bem viver, fazendo-se necessário transformar o entendimento do que seja o ideal de vida Terena para além dos *troncos*, ou seja, buscar-se mecanismos que regulem as relações entre "jovens" e "mais velhos", "fundantes" e "chegantes", de forma a se adequar aos novos contextos socioeconômicos, culturais e históricos em que estão inseridos.

Essas variadas experiências que o mundo contemporâneo oferece e que Fabio Mura (2006) chamou de "variações experienciais" é próprio do processo adaptativo que vêm ocorrendo nas sociedades indígenas. Quando o saber tradicional, que é repassado pelos mais velhos em seus *troncos familiares*, entra em contato com as "variações experienciais" pode ocorrer duas situações: a primeira de acontecer uma atualização dos saberes herdados, como bem frisou Gallois e a segunda promover os conflitos e tensões entre as diferentes gerações, ameaçando a busca pelo ideal de vida terena, o bem viver. O desafio então está em encontrar um equilíbrio nas atividades praticadas e imbuí-las de um significado próprio do ser terena.

É possível pensar em um estado permanente de equilíbrio? Vimos que não. E não é nem necessário, pois se não houver algo que faça com que a sociedade se mexa e se reorganize, ela fica parada e estática no tempo. Vimos também que isso definitivamente não acontece entre os Terena da aldeia Lagoinha.

Me proponho a pensar a relação com a exterioridade, caracterizada aqui pelas diferentes experiências nos campos da vida social, econômica dos Terena fazendo uma analogia com o que foi colocado por Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira

(2012) quando estes nos falam da importância dos trilhos e dos caminhos para os Terena:

Os caminhos assumem, com efeito, uma importância comparável à da casa, definindo espaços opostos, mas complementares: (1) a casa representa o espaço da convivialidade íntima, da segurança, da reciprocidade plena; (2) o caminho representa a abertura para a exterioridade, o campo da inovação, da novidade, da ruptura no cotidiano da casa e da ampliação do horizonte da vida social. (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2012, p. 137)

Os caminhos que assumem uma importância comparável ao da casa e representam uma abertura para a exterioridade, para as "variações experienciais", está hoje ligada à figura do jovem Terena, pois é ele quem busca e trás para dentro da aldeia os novos conhecimentos, que está no campo da inovação e da ampliação dos horizontes da vida social. A casa, espaço de convivialidade íntima, é o *tronco familiar*, é o porto seguro aonde se dá e em troca se recebe.

Como os autores disseram, são espaços opostos, mas complementares. E assim é na vida contemporânea atual dos Terena da Lagoinha. Ao mesmo tempo em que estão abertos para novas possibilidades, também se voltam ao espaço interno de seus núcleos familiares para manter o rumo do caminho. Por isso não dou como terminada essa história, ela vai continuar sempre a procurar novos caminhos.

## 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENFELDER SILVA, Fernando. *Mudança cultural dos Terena*. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. III, p. 271-379, 1949.

BRAND, Antonio. *Os desafios da “recuperação ambiental” em Terras Indígenas, na perspectiva dos Kaiowá, no Mato Grosso do Sul*. Congresso de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, realizado em Goiânia, de 11 a 14 de Junho de 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia*. Revista Novos Estudos - CEBRAP, N°21, p. 116-132, julho de 1988.

CALHEIROS, R. de O. et al. *Preservação e Recuperação das Nascentes – Piracicaba*: Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ. Piracicaba: CTRN – Câmara Técnica de Conservação e Proteção aos Recursos Naturais, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo: A integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A, 1976.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. B. *Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia*. In: CAPOBIANCO, João Paulo. R. et al (ORG.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

CARVALHO JUNIOR, Waldir de. Zoneamento agroecológico do município de Sidrolândia - MS / Waldir de Carvalho Junior ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2011. 64 p. - (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Solos, ISSN 1678-0892; 178). < <http://www.cnps.embrapa.br/publicacoes>>.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. (Trad. Theo Santiago). São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Org. e revisão técnica de José Reginaldo S. Gonçalves. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DESCOLA, Philippe. *La selva culta: simbolismo e praxis en la ecología de los Achuar*. Trad. COLIN, Juan Carrera; QUELEN, Xavier Catta. Quito, Ecuador: Ed. Abya-Yala, 1988.

\_\_\_\_\_. *Limites ecológicos e sociais do desenvolvimento da Amazônia: um estudo do desenvolvimento da Amazônia equatoriana em relação ao meio ambiente*.

In.: BOLOGNA, Gianfranco (Org.). *Amazônia Adeus*. FILIPPIS, Raffaella (Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DI DEUS, Eduardo. *Antropologia e ambiente: entre transgressões e sínteses*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - UNB. Brasília-DF, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. RIBEIRO, Vera (Trad.). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Goiânia, Revista Habitus, V.9, n.1, p. 169-199, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.seer.ucg.br>. Acessada em janeiro de 2013.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “*Duas no pé e uma na bunda*”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, v. 2, p. 1-20, 2007.

---

\_\_\_\_\_. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.

FEHLAUER, Tércio Jacques. *"Conhecimento indígena" em perspectiva: performance, habilidades e capacidades agrícolas dos Terena da aldeia Limão Verde (Aquidauana - MS)*. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis - SC, 2004.

FERREIRA, Andrei Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. 413f. Tese - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro - RJ, 2007.

FONSECA, Gustavo da; PRADO, Dauro Marcos do. *Discussão sobre o conceito de meio ambiente natural, antrópico e de mosaico e sua apropriação didática no ensino de ecologia e educação ambiental no baixo Vale do Ribeira/SP*. *Revista Didática Sistêmica*. ISSN 1809-3108, Volume 8, julho a dezembro de 2008

GARCIA, Adilson de Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados, 2008.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

GODALIER, Maurice. *Partes mortas, ideias vivas do pensamento de Marx sobre sociedade primitivas. Marxismo e evolucionismo. Tentativa de avaliação crítica*. In.:

CARVALHO, Edgard Assis (Org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978.

GUDYNAS, Eduardo. *Bem viver: germinando alternativas ao desenvolvimento*. Revista América Latina em Movimento - ALAI, nº 462, p. 1-20. Quito, fevereiro 2011,

HERNÁNDEZ, Alfonso Gómez. *Antropología ecológica comparada: las desehas castellanas y las haciendas colombianas*. España: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2005.

IMAD. *Diagnóstico socioambiental do Território da Grande Dourados*. PRONAF/MDA/2005. Dourados, maio/2007.

\_\_\_\_\_. *Estudo avaliativo dos impactos socioambientais da expansão da cultura da cana-de-açúcar no Território da Grande Dourados*. ADT-GD/2009.

LAURENTI, Antonio Carlos; GROSSI, Mauro Eduardo Del. *A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. Rio Branco - Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32p.

LORENZI, Harry. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - vol. 01- 4ª edição*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZI, Harry. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - vol. 02- 2ª edição*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

MARTÍN, Pedro Tomé. *Antropología Ecológica: influencias, aportaciones e insuficiencias*. Institución Gran Duque de Alba de la Excma. Diputación Provincial de Ávila, 1996.

MAIA, Adriano Corrêa; FERREIRA, Darlene A. O. *A construção do lugar do migrante retornado: o caso do povoado norte-mineiro de Cipoal*. In: FERREIRA, Darlene A. O; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Org.). *Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. FALLUH, Cláudia F.; FERREIRA, Balduino (Trad.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAYBURY-LEWIS, David. *A Sociedade Xavante*. (Trad. Aracy Lopes da Silva). Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1984.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande - MS, 2006.

MORAES, Antonio Carlos (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

MORAN, Emilio F. *Adaptabilidade Humana: uma introdução à antropologia ecológica*. Trad.: Carlos A. E. Coimbra Jr. e Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

MURA, Fabio. *À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - PPGAS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Museu Nacional, 2006.

NEVES, Walter Alves. *Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo of Southern MatoGrosso, Brazil*. Institute of Social Anthropology. Publication nº9. Washington D.C., 1949.

PEDROSO, Carolina Silva. *O conceito de Sumak Kawsay e o desenvolvimento equatoriano no governo de Corrêa: o caso da proposta yasuní-itt*. Revista eletrônica do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI, da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP. Ensaio 17, ISSN 2176-8773. São Paulo: abril de 2013. URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

PEREIRA, Márcio de Azeredo. Quem traduz o antropólogo? - Considerações sobre o uso da antropologia enquanto técnica. In: *Antropólogos em ação: experimento de pesquisas em direitos humanos*. FONSECA, C. (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

PEREIRA, Mauri C. Barbosa...[et al.]. *Bacia hidrográfica do rio Miranda: estado da arte*. Campo Grande - MS: Editora UCDB, 2004.

PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da etnografia*. Série antropologia. Brasília: UNB, 1992.

PIMENTEL, Noara; FEHLAUER, Tércio. *Aproveitamento sustentável de espécies vegetais do cerrado em Terras Indígenas da Bacia do Alto Paraguai (MS)*. Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes locais, educação e autonomia. (3. : 2009 set. 08-10 : Campo Grande, MS)

QUEIROZ, Maria Isaura. P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil; (ensaios)*. S.Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP. 1978.

SANTOS, Gilton Mendes dos. *Seara de homens e deuses: uma etnografia dos modos de subsistência dos Enawenw-Nawe*. Dissertação de Mestrado apresentado ao

Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas - 2001.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. *Referências Ambientais e Socioeconômicas para o Uso do Território: uma contribuição ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – ZEE-MS*, Vol. I, II e III. Campo Grande - MS, 2009.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. *Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina*. Ciência Rural, Santa Maria, v.37, n.3, p.690-696, mai-jun, 2007.

TOLENTINO, T.L. *Ocupação do sul do Mato Grosso do Sul antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1986.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Dourados. Dourados - MS, 2003.

\_\_\_\_\_. *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói - RJ, 2011.

VIERTLER, Renate Brigitte. *Ecologia Cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: EDIUPE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Olhares sobre o “rural” brasileiro*. Campina Grande, Revista Raízes, Vol.23, nº 1 e 2 (jan-Dez), 2004.

\_\_\_\_\_. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº15, Out./2000:87-145. Disponível em <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acessado em 14 fevereiro de 2013.

WILSON, John. P.; GALLANT, John. C. Digital terrain analysis. In: *Terrain analysis: principles and applications*. New York: Wiley & Sons, 2000, p. 1-27.

WHITAKER, Dulce Consuelo A.; BEZZON, Lara A. Crivelato. *A Cultura e o ecossistema: reflexões a partir de um diálogo*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C.L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.